

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

TRAVESSIAS PELO SERTÃO CONTESTADO:
ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA, NO DESERTO E NA FLORESTA

HELOISA PEREIRA HÜBBE DE MIRANDA

Florianópolis, outubro de 1997

148286

HELOISA PEREIRA HÜBBE DE MIRANDA

TRAVESSIAS PELO SERTÃO CONTESTADO:
ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA, NO DESERTO E NA FLORESTA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de **Mestre em Literatura**, área de concentração em Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Junkes.

Florianópolis, outubro de 1997

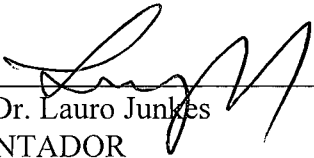
**“TRAVESSIAS PELO SERTÃO CONTESTADO: ENTRE
FICÇÃO E HISTÓRIA, NO DESERTO E NA FLORESTA”**

HELOÍSA PEREIRA HÜBBE DE MIRANDA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título

MESTRE EM LITERATURA

Área de concentração em Literatura Brasileira, e aprovada na sua forma
final pelo Curso de Pós-Graduação em Literatura da
Universidade Federal de Santa Catarina.

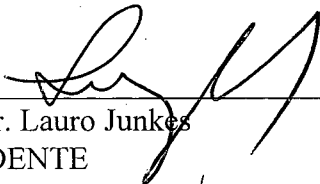


Prof. Dr. Lauro Junkes
ORIENTADOR

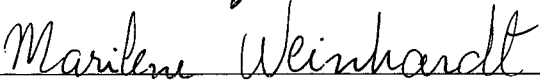


Profa. Tânia Regina Oliveira Ramos
COORDENADORA DO CURSO

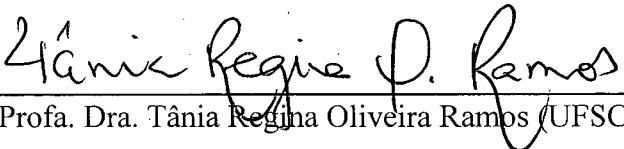
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Lauro Junkes
PRESIDENTE



Profa. Dra. Marilene Weinhardt (UFPR/PR)



Profa. Dra. Tânia Regina Oliveira Ramos (UFSC)

Prof. Dr. Celestino Sachet (UFSC)
SUPLENTE

*Para Luiz Henrique Mello de Miranda,
Minha verdadeira história de amor,
Com todo o meu carinho.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Lauro Junkes, por ter acreditado no meu potencial, pelo encorajamento à criatividade, pela orientação segura, pelas contribuições pertinentes, pela atenção dispensada e pela amizade cativada.

Aos professores do Curso de Letras - Português (graduação) e Curso de Letras - Literatura (pós-graduação), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina, pela base teórica e pela abertura a novos vãos. Em especial às professoras Tânia Regina de Oliveira Ramos e Zahidé Lupinacci Muzart, assim como ao professor Celestino Sachet.

À professora Odília Carreirão Ortiga.

À Universidade do Contestado, *campus* de Caçador, pela atenção dispensada, em especial aos professores Avitor Daci Correia e Virgínia Zimmermann.

Aos escritores e pesquisadores do Contestado, Donaldo Schüler, Guido Wilmar Sassi, Marilene Weinhardt, Nilson Thomé, Marli Auras, Salim Miguel e Walter Piazza, pelas entrevistas reveladoras, pelo material emprestado ou doado e pelas atenções dispensadas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por viabilizar financeiramente um ano de meus estudos.

Ao Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial aos professores Candido Geraldo Freitas e Washington Portela de Souza, assim como à Gilza Maria dos Santos, pelo incentivo.

À Empresa Santo Anjo da Guarda, em especial ao Sr. Arno e D. Santina Damiani, pela viabilização das inúmeras e incontáveis viagens Florianópolis-Tubarão-Florianópolis.

Ao eterno e fiel amigo Jaques Caetano Bento.

Às amigas *Ana* Lúcia Kretzer, *Cláudia* Regina Silveira, *Isabel* Zoldan da Veiga, *Maria Lúcia* Freitas Fontes e *Rosinete* dos Santos Freitas Lopes da Silva, não somente pelo estímulo, mas, principalmente, pela compreensão de meus silêncios e pela amizade sincera.

À Família Miranda, pelo carinho, amizade e apoio sempre presentes.

Aos meus avôs: Arno Waldemar Johanes Hübbe, pelo exemplo de vida a ser seguido e André Whendausen Pereira, a quem sempre vou amar.

À minha Família.

RESUMO

Este trabalho tem como proposta pesquisar e questionar a relação intertextual entre ficção e história, a partir de dois romances que abordam a Guerra do Contestado, conflito ocorrido entre 1912-1916, no planalto catarinense. Com base na contextualização histórica-social, de um lado e na análise das obras **Geração do Deserto** de Guido Wilmar Sassi e **Império Caboclo** de Donaldo Schüller, do outro, observa-se como se efetiva o processo de fusão desses dois campos. Ao refletir sobre essa relação intertextual, os conceitos de estudiosos como Mikhail Bakhtin (dialogismo), Julia Kristeva (intertextualidade) e Linda Hutcheon (história e ficção) se afiguram como referencial teórico possível, na medida em que desenvolvem importantes questões sobre essa interação. Não se tem, contudo, nesta dissertação, um modelo de aplicação prática de uma teoria específica, mas a incorporação de idéias que possam contribuir para a compreensão desse processo intertextual, ao mesmo tempo que traz à baila um episódio histórico brasileiro e sua problemática universal.

ABSTRACT

This work has the aim of searching and putting in question the inter-textual relation between fiction and history, taking as basis two novels that deal with the Contestado War – a conflict that took place from 1912 to 1916 at the plateau in Santa Catarina state. From the hystorical-social context on one side and from an analysis of the books **Geração do Deserto** by Guido Wilmar Sassi and **Império Caboclo** by Donaldo Schüler on the other, it is noted how the process of fusion of these two fields happens. By reflecting about this inter-textual relation, it is said that the concepts of searchers like Mikhail Bakhtin (dialogism), Julia Kristeva (inter-textuality) and Linda Hutcheon (history and fiction) constitute possible theoretical references, as they develop important questions about this interaction. However, in the present work, there is not any model of practical application of a specific theory, but there is an incorporation of ideas that are able to contribute to an inter-textual process comprehension, at the same time that it brings up for discussion a Brazilian historical episode and its universal problematical question.

SUMÁRIO

Primeiros Passos	01
1. Roteiro de Viagem: uma contextualização histórica-social	09
1.1. Questão de limites: Paraná - Santa Catarina	11
1.2. Coronelismo	14
1.3. Erva-mate	19
1.4. Pinheiro	21
1.5. Monarquia x República	23
1.6. Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande	25
1.7. Trabalhadores da estrada de ferro	28
1.8. Companhias estrangeiras	30
1.9. Os monges e o messianismo	31
1.10. Redutos	39
2. Geração do Deserto: o caminhar pelo deserto	40
2.1. Nosso Guia	42
2.2. Geração do Deserto	46
2.3. O Caminhar pelo Deserto	63
3. Império Caboclo: o caminhar pela floresta	81
3.1. Nosso Guia	84
3.2. Império Caboclo	85
3.3. O Caminhar pela Floresta	107
Encruzilhada	130
Bibliografia	139

PRIMEIROS PASSOS

“História é um romance verdadeiro.”

Paul Veyne

“Os textos ficcionados serão de fato tão ficcionais
e os que assim não se dizem serão de fato isentos de ficções?”

Wolfgang Iser

Estranhamento e simpatia. Essas foram as primeiras sensações que tive ao ler **Geração do Deserto** (1964) de Guido Wilmar Sassi. Na época, 1991, cursava Graduação em Letras na UFSC. A leitura foi sugerida, na disciplina *Literatura Catarinense*, pela Prof^ª. Dr^ª. Zahidé Lupinacci Muzart.

A narrativa aborda a Guerra do Contestado, episódio bélico ocorrido em solo catarinense entre 1912-1916. No decorrer da leitura, as dúvidas foram surgindo. Quais os limites do referencial em um texto ficcional? Quais os limites da ficção em um texto de compromisso referencial? Quais personagens representam ficcionalmente pessoas reais? De início, uma personagem, o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, desperta a minha simpatia na quase homonímia com meu pai, Arno Francisco de Albuquerque Hübbe - primogênito do casal Arno Waldemar Johanes Hübbe e Iracy Julieta de Albuquerque Hübbe. Portanto, o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque é meu bisavô.

O estranhamento tinha suas razões. Nunca tinha ouvido a história de meu antepassado e muito menos a história do Contestado. Segundo meu avô paterno, hoje com noventa e um anos, os documentos e as fotografias, que ele e minha avó guardavam, foram perdidos na enchente de 1974, em Tubarão, Sul do Estado de Santa Catarina. Na ocasião, as águas do rio invadiram a casa, fazendo com que a família saísse às pressas em busca de abrigo seguro. Não sei muito bem as razões, mas a história da participação de meu bisavô no Contestado, ainda hoje, parece ser assunto “proibido” lá em casa. A surpresa também se deve ao fato de, apesar de nascida e criada em solo catarinense, nunca ter estudado a Guerra do Contestado durante todo o período escolar, tanto na história como na literatura.

Conhecer o conflito e compreender as suas motivações passou a ser um desafio. Com essa finalidade, resolvi investigar na ficção um

episódio histórico que fez parte da vida de um antepassado, elegendo, para tanto, duas narrativas ficcionais centradas no Contestado para constituírem o *corpus* principal da dissertação.

Em 1994, ingressei no curso de Mestrado da Pós-Graduação em Letras - Literatura Brasileira e Teoria Literária na UFSC. Já no segundo semestre de 1994, cursei duas disciplinas que me auxiliaram no fortalecimento do trabalho. Um curso ministrado pelo Prof. Dr. Lauro Junkes, *A História no Romance de Santa Catarina*, proporcionou-me o prazer de reler **Geração do Deserto** de Guido Wilmar Sassi. E o outro, com a Prof^a. Dr^a. Tânia Regina de Oliveira Ramos, *Literaturas Contemporâneas*, ensejou a oportunidade de trabalhar com **Império Caboclo** (1994) de Donald Schüler. Ambas as narrativas abordam, através da representação ficcional, o fato histórico da Guerra do Contestado.

A escolha dos dois romances, entre a variedade de narrativas ficcionais sobre o Contestado que surgiram nos últimos anos¹, se deu por diversos motivos. Primeiramente, havia a necessidade de se definir um *corpus*, para o que era preciso fazer escolhas e “recortes”. Com as análises de **Geração do Deserto** e **Império Caboclo**, pretendo mostrar diferentes leituras, ter a possibilidade de observar a intertextualidade entre ficção e história, além de trabalhar com dois escritores catarinenses, resgatando, dessa forma, parte da memória cultural barriga-verde².

¹ As narrativas ficcionais sobre a Guerra do Contestado que tivemos acesso, além das escolhidas para o “corpus” deste trabalho, foram: **O Jagunço: um episódio da Guerra do Contestado** (1978) de Fernando Osvaldo de Oliveira; **Eles Não Acreditavam na Morte: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado** (1978) de Frederecindo Marés de Sousa; **Casa Verde: Guerra do Contestado** (1981) de Noel Nascimento; **Os Rebeldes Brotam da Terra** (1995) de Alcides Ribeiro J. da Silva; **Demônios do Planalto** (1995) de Aracyldo Marques; **O Último Jagunço: Folclore na História do Contestado** (1995) de Euclides Felipe; **Romanceiro do Contestado** (1996) de Stella Leonardos; **O Bruxo do Contestado** (1996) de Godofredo de Oliveira Neto; **O Contestado: Sangue no Verde do Sertão** (1997) de Ângela Bastos.

² Barriga-verde é sinônimo de catarinense. Alcinha, jocosa na aparência, é na verdade honrosa. Tentativas de explicar a origem do termo indicam que a denominação barriga-verde teve sua origem no corpo militar. O único documento autêntico sobre a expressão aparece quando, em 1820, ao terminar a Campanha das Missões, o Gal. José de Abreu solicitou que a tropa desse um “viva aos soldados barriga-verdes”, o que foi registrado na ordem do dia e documentado no Arquivo Militar do Brasil.

Convém ressaltar que não há intenção de contrapor os dois textos, nem mesmo fazer paralelos entre as obras supracitadas e seus respectivos autores. No entanto, encontramos algumas semelhanças entre Guido Wilmar Sassi e Donaldo Schüler: são catarinenses, nascidos na região contestada; apresentam-se escritores consagrados; abordam a Guerra do Contestado e suas causas; e, por fim, apresentam a versão dos vencidos. As comparações não terminam por aqui. Encontramos, por outro lado, algumas diferenças essenciais com relação às suas narrativas: enquanto **Geração do Deserto** apresenta um enredo linear, **Império Caboclo** mostra um enredo “multifacetado”; no primeiro romance observamos um ponto de vista bastante uniforme, já no segundo constata-se um jogo múltiplo e diversificado nas visões do narrador. Enfim, o contraponto se estabelece, visto que um poderia ser chamado de “moderno” e o outro de “pós-moderno”, não apenas pelas datas de lançamento das narrativas, como também pelos seus estilos. Tais comparações não pretendem, porém, expressar nenhum tipo de juízo de valor. Cada narrativa possui seu próprio valor literário.

Trabalhar o Contestado, reconstruindo sua história, pressupõe caminhadas pelas mais diversas estradas. Por isso, o título desta dissertação deseja expressar uma “síntese” dessas andanças. **Travessias pelo Sertão**

Uma das referências fundamentais figura na nota (67) do livro de Carlos da Costa Pereira – **A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina** (Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976, p. 128ss.) – que alude às conotações pejorativas da alcunha até 1886, quando Cristóvão Nunes Pires publicou artigo que tornou o apelido “aceito sem relutância”. Theobaldo Costa Jamundá, (**O Barriga-Verde Versões e Versões**, Florianópolis: IOESC, 1989) busca origens, acepções e usos diversos dessa alcunha.

Segundo esclarecimentos prestados pelo Prof. Dr. Walter Piazza, em entrevista, a expressão está ligada ao Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, organizado em 1739 pelo Brigadeiro Silva Paes, segundo documenta o historiador Manoel Joaquim de Almeida Coelho em **Memória Histórica do Extinto Regimento d’Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina**. O desenho do fardamento foi feito em Lisboa, por volta de 1780. Segundo Lucas A. Boiteux, o apelido seria originário de um peitilho existente no fardamento do Regimento. Walter Piazza formulou sua teoria da forma seguinte: O colete ou casaco do Regimento era azul, nada havendo nele de verde; entretanto, tendo ocorrido que, em certas épocas, por muitos anos, Portugal não tivesse mandado nem fazendas para fazer a vestimenta, nem vencimento para pagar os soldados, e como o Regimento passava anos seguidos de penúria no Rio Grande do Sul, lutando e treinando, em meio à vegetação e rastejando pelo chão, a cor da vestimenta teria passado para verde.

Contestado: entre ficção e história, no deserto e na floresta vai ao encontro da trilha principal destas caminhadas, qual seja, a da intertextualidade entre ficção e história, através dos romances **Geração do Deserto** (*deserto* remetendo ao vazio, à desposseção de terras, à busca da terra prometida ou de direito) e **Império Caboclo** (romance que remete à *floresta* – tanto o ambiente intrincado e intrigante das matas conhecidas pelos caboclos e desconhecidas pelos soldados, como a própria estrutura intrigante da escritura romanesca, desafiando a perspicácia do leitor). Sendo assim, a estrutura do trabalho está dividida, basicamente, em três capítulos.

O primeiro capítulo busca levantar, em livros de história e ciências sociais, as causas deflagradoras da Guerra do Contestado. Diversas obras são utilizadas, com perspectivas de vários autores, justamente para não criar uma visão parcial ou unilateral do episódio histórico. Para cada motivo, múltiplos pontos de vista, para enriquecer, dessa forma, o trabalho.

O segundo capítulo concentra-se na análise da narrativa ficcional **Geração do Deserto**, de Guido Wilmar Sassi.

O terceiro capítulo é dedicado à análise do romance **Império Caboclo**, de Donaldo Schüller.

Nestes dois capítulos centrais, será pormenorizado o processo intertextual entre ficção e história, em cada um dos romances, partindo-se do enfoque dado às causas do conflito bélico, bem como será focalizado o trabalho dos autores na reconstrução e reflexão do fato histórico, anos depois do acontecimento narrado.

Como uma série de “conclusões” já integrarão os capítulos dedicados aos dois romances em apreço, o trabalho se encerra com a *Encruzilhada*, não conclusiva nem definitiva, porém, ressaltando as lições aprendidas diante do episódio do Contestado.

Preparando o momento do diálogo entre história e ficção, convém introduzir alguns delineamentos básicos sobre história e intertextualidade.

A origem da intertextualidade entre história e ficção, com a presença do "referencial" no "ficcional", parece confundir-se com a própria origem da literatura. Segundo já observava Homero, "Os deuses criam acontecimentos para que os poetas do futuro possam cantá-los"³. Assim, aproveitar o fato histórico na produção literária é uma postura estética que remonta à Antigüidade Clássica.

As grandes mudanças nos rumos da história provocam, em geral, mudanças importantes no campo da literatura. Da mesma maneira, os momentos de maior fecundidade literária coincidem, quase sempre, com os períodos mais densos da história. Essa influência de mão dupla talvez explique a atração que os temas históricos exercem sobre os escritores.

O conceito de história, há séculos transmitido de geração a geração, explicita que história é a "narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral. Conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e/ou por meio de documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade."⁴ Nesse sentido, relaciona-se a história a três palavras-chave: fatos heróicos, documentos, verdade.

Nas duas últimas décadas, os historiadores vêm buscando novos conceitos para história, através de olhares diferentes, com outras "versões". Dividida em campos mais especificamente delimitados: história

³ HOMERO. Citado por FREITAS, Maria Teresa de. "Romance e História" (Artigo fotocopiado, utilizado em sala de aula, sem referências bibliográficas).

⁴ FERREIRA, Aurélio. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. revista e aumentada, 23ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 901.

social, história econômica, história política e tantas outras subdivisões (como história da publicidade, do meio ambiente), seu universo se expande e se fragmenta.

Para Peter Burke “nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional.”⁵ Este dizia respeito essencialmente à política e marginalizava, assim, outros tipos de história, como por exemplo história da arte ou história da ciência, pois se restringia à história oficial dos vencedores (desprezando totalmente essa outra vertente da história que poderia ter sido, a história dos vencidos, vigorosamente defendida por Walter Benjamin, por exemplo em “Teses sobre Filosofia da História”⁶).

Segundo o autor, toda atividade humana é interesse da nova história, onde o relativismo cultural destrói a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na história.

Através de um contraponto, Burke nos apresenta as diferenças básicas entre história tradicional e nova história. Enquanto os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa de acontecimentos, a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas. A história tradicional oferece uma visão “de cima”, no sentido de que se tem concentrado sempre nos grandes feitos dos grandes homens. Por outro lado, vários novos historiadores estão preocupados com “a história vista de baixo”; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social. Segundo o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos (registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos). Entretanto, o movimento da “história vista de baixo”, por sua vez, expôs as limitações

⁵ BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro.” In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica) p. 10

⁶ BENJAMIN, Walter. “Teses sobre Filosofia da História”. In: KOTHE, Flávio R. (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

daquele tipo de documentos. Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte, como cartas e depoimentos.

A preocupação com toda atividade humana encoraja os historiadores a serem interdisciplinares, no sentido de aprenderem com antropólogos, economistas, críticos literários, sociólogos, psicólogos, etc. Os historiadores de arte, literatura e ciência estão mantendo um contato mais regular com os historiadores tradicionais.

A interdisciplinariedade e o fato da história ser um discurso nos remetem a Mikhail Bakhtin, para quem toda palavra que usamos traz uma carga de “outrem”, e todo texto, conseqüentemente, relaciona-se a outros já escritos, pois tudo, em última análise, está em diálogo permanente. O texto, desta forma, pode constituir um “intercâmbio discursivo, uma tessitura polifônica, na qual se confluem, se entrecruzam, se corroboram ou se contestam outros textos, outras vozes e outras consciências”⁷. A partir das colocações de Bakhtin surge a noção de intertextualidade. Este termo foi criado por Julia Kristeva para designar o fenômeno observado pelo teórico russo. Dando prosseguimento ao estudo bakhtiniano, Kristeva afirma que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar de intersubjetividade, instala-se a de ‘intertextualidade’ e a linguagem poética lê-se pelo menos como ‘dupla’.”⁸

Encarando-se texto como “sistema de signos”, a história constituiria um texto e sua relação com a literatura seria também uma forma de intertextualidade. Kristeva afirma que “Bakhtin situa o texto na

⁷ BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense – Universitária, 1981.

⁸ KRISTEVA, Julia. “A Palavra, o Diálogo e o Romance” In: **Introdução à Semanálise**. Tradução: Lúcia H. F. Ferraz. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. (Debates, 84) p. 64.

história e na sociedade, encaradas por sua vez como textos que o escritor lê e nas quais se insere ao reescrevê-las”⁹. Veremos esse processo intertextual mais adiante, ao estudarmos as narrativas **Geração do Deserto**, de Guido Wilmar Sassi e **Império Caboclo**, de Donaldo Schüler. Antes, porém, é preciso fazer algumas colocações históricas a respeito da Guerra do Contestado, tema dos referidos romances.

⁹ id. *ibden.* p. 62.

ROTEIRO DE VIAGEM:

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA-SOCIAL

“Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...”

Guimarães Rosa

“A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento.”

Milan Kundera

A Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912-1916, no interior do Estado de Santa Catarina, foi um conflito armado entre os sertanejos¹⁰ e as tropas do Governo Federal. Os motivos que deflagraram o conflito foram vários. Políticos, sociais, econômicos ou religiosos, a maioria estava ligada à terra - objeto de sobrevivência para uns, de interesses para outros.

Guerra do Contestado, Campanha do Contestado, Guerra dos Fanáticos, Guerra dos Pelados, ou, simplesmente, Contestado. Independente da nomenclatura dada, o fato é que esse conflito armado, apesar da pouca repercussão diante de sua importância, está mencionado em diversos dicionários e enciclopédias. Destacamos algumas publicações nacionais: **Dicionário de História do Brasil** de Antônio da Rocha Almeida (1969, p. 74-8); **Enciclopédia Brasileira Globo**, organizado por Álvaro Magalhães (1974, s/p.); **Dicionário das Batalhas Brasileiras** de Hernâni Donato (1987, p. 169-171); **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos** de Antônio Carlos do Amaral Azevedo (1990, p. 105-6) e **Dicionário de História do Brasil** de Moacyr Flores (1996, p.

¹⁰ A denominação do homem do Contestado é rica em substantivos e adjetivos, mudando de acordo com a visão de quem relata, vencedor ou vencido, simpatizante ou de ideologia oposta. Caboclo, camponês, cangaceiro, crente, facinora, fanático, insurreto, jagunço, marginal, matuto, revoltoso e sertanejo são alguns exemplos. Neste trabalho, optamos pelos nomes caboclo e sertanejo, por não terem uma carga semântica muito forte, nem juízos de valor arraigados. Convém ressaltar, no entanto, que os sertanejos, no início do movimento, resolveram se diferenciar dos demais raspando a cabeça e a barba. Saberiam, assim, quem estava do lado deles. Passaram a aplicar a si mesmos a denominação “pelados” e tratando como “peludos” os demais homens da região, principalmente os soldados. Maurício V. de Queiroz (1966, p. 127) acrescenta: “Importa observar que, além do significado expresso, a palavra ‘pelado’ possui a conotação pejorativa de ‘indivíduo pobre, sem dinheiro’, enquanto ‘peludo’ se refere a ‘quem tem muita sorte’.”

O jornalista Gilberto Dimenstein possui uma outra versão para estas nomenclaturas, conforme declara em seu artigo “Contestado – A Guerra do Paraíso” (Revista *Visão*, de 04/10/1982, p. 85): “prenderam um adepto de José Maria. Rasparam sua cabeça. A partir daí, os partidários do ‘monge’ passaram a chamar-se de pelados e os inimigos, peludos.” Essa passagem expressa claramente os pensamentos e atitudes dos soldados, coronéis e vaqueanos, que encaravam o sertanejo como um fanático, um louco. Nesse sentido, o jornalista Nunzio Briguglio nos conta em seu artigo “A Guerra Esquecida – Contestado: a primeira matança pela posse da terra” (Revista *Afinal*, de 08/07/1986, p. 45) que “pistoleiros norte-americanos foram contratados para expulsar os sertanejos. E aqueles que se insurgissem tinham o cabelo raspado e eram surrados com vara de marmelo. Daí surgiu a denominação pelado.”

Percebemos, no entanto, uma outra leitura possível: os caboclos “pelados” encarados como índios, isto é, sem pêlos e nativos da terra e os coronéis, estrangeiros e soldados, os “peludos”, vistos como os civilizadores, que querem por força dominar os “pelados”. Lembramos que a região do planalto catarinense antigamente era povoada por índios, ou bugres, como eram comumente chamados. Ainda hoje existem reservas indígenas no Oeste barriça-verde.

155-7). Além disso, encontra-se um breve histórico da Guerra do Contestado em publicações internacionais como: **Enciclopédia Mirador Internacional**, volume 6 (1995, p. 2816-7); **Nova Enciclopédia Barsa**, volume 4, (1997, p. 385-6) e **Enciclopédia Delta Universal**, volume 4, (sem data, p. 2267-8). Ora dando ênfase à questão de limites Paraná – Santa Catarina, ora denunciando o messianismo existente na região, ora relacionando o Contestado com a Campanha de Canudos, ocorrida nos sertões da Bahia, em 1897, o enfoque geralmente se dá a partir da versão oficial do conflito armado.

Para obtermos uma melhor compreensão desse fato histórico e podermos, mais adiante, fazer a ligação com a ficção, analisaremos, a seguir, os diversos motivos que, somados, culminaram com a Guerra do Contestado.

Sendo assim, buscamos em livros de História e Ciências Sociais os pontos cruciais para representar no presente o que foi o Contestado.

Questão de Limites: Paraná - Santa Catarina

A questão de limites entre as Províncias do Paraná e de Santa Catarina foi um dos motivos da guerra e o que lhe deu o nome.

Em **História do Paraná**, 1º volume, de autoria dos historiadores Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen (1969, p. 206), encontramos a seguinte versão. “Quando da criação da Província do Paraná [1853], a nova Província deveria ter os mesmos limites da antiga Comarca de São Paulo. Ocorre, porém, que alguns anos antes surgira já questão de limites entre as Províncias de São Paulo e Santa Catarina, a respeito da linha demarcatória ao norte desta

última, justamente na área dos campos de Palmas. (...) Estes campos haviam sido descobertos pelas expedições do século XVIII. (...) A conjuntura favorecia ainda as atividades de criação de gado, valorizadas portanto as terras de campo limpo. Essa a razão pela qual ambas as Províncias, São Paulo e Santa Catarina, desejaram assegurar domínio sobre os campos redescobertos, inaugurando-se, em conseqüência, a questão do Contestado. (...) De outro lado, nas terras de matas, havia extensos ervais nativos, onde se encontrariam as frentes exploradoras catarinense e paranaense.”

Um outro ponto de vista encontramos em **Nova História de Santa Catarina** de Sílvio Coelho dos Santos (1974, p. 97): “À época a terra tinha muito pouco valor. A maioria das pessoas do interior abria uma clareira na mata, plantava uma roça, construía uma casa e se estabelecia. Ninguém se preocupava em documentar a terra que ocupava.”

Santa Catarina, na questão dos limites, opunha suas razões com base na Carta Régia de 1749. O Paraná, por sua vez, alegando o princípio do *uti possidetis*, demonstrava que as terras contestadas haviam sido povoadas por paranaenses, em União da Vitória, Palmas e Timbó (BALHANA e outros, 1969, p. 206-7).

Segundo o historiador Walter Piazza, em **Santa Catarina: sua história** (1983, p. 580), “essa região [área contestada] abrangia todo o planalto meridional entre os rios do Peixe e Peperi-guaçu, bem como boa parte do atual planalto norte catarinense e extremado, ao sul, com a zona de influência das fazendas-de-criação de Lages, equivalente a 50% do território catarinense.” Conforme Sílvio Coelho dos Santos (1974, p. 95-6), “a vila de Lages foi fundada por Corrêa Pinto [1766], a mando do Marquês de Cascaes, governador de São Paulo, em área que estava sujeita àquele governo. Mais tarde, em 1820, D. João VI determinou que a vila de Lages, por se achar muito distante de São Paulo, ficasse subordinada à jurisdição

de Santa Catarina. O fato de Lages ter sido colocada sob jurisdição catarinense passou a fundamentar a posição de Santa Catarina, de maneira que a disputa se instalou.”

A pendência foi se desenvolvendo ao sabor de lentos acontecimentos políticos. Durante o Império permaneceu sempre discutida a questão, porém não resolvida. Instalada a República, esta também não resolve a questão de limites, permanecendo o *status-quo*. No entanto, ela se agravaria, com a competência dos Estados poderem realizar concessões de terras devolutas, o que foi feito na região contestada (BALHANA e outros, 1969, p. 207).

Em 1901, entretanto, o governo de Santa Catarina recorreu ao Supremo Tribunal Federal, reivindicando seu domínio sobre o território em questão. O Supremo Tribunal Federal, em decisão de 6 de julho de 1904, deu ganho de causa a Santa Catarina. O Paraná interpôs recurso e, após dois embargos, confirmou-se a primeira decisão do Supremo, em julho de 1910. Tal decisão não foi entretanto colocada em vigor. As discussões haviam se inflamado a tal ponto que toda a população de cada um dos Estados não estava disposta a ceder (SANTOS, 1974, p. 97).

Inicia-se, então, no Paraná, uma campanha contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, visando ao seu não cumprimento, com movimentação de jornais e de políticos. Todas as soluções são aventadas, desde uma seceção da região “contestada” até a luta armada (PIAZZA, 1983, p. 585).

Maurício Vinhas de Queiroz, em **Messianismo e Conflito Social** (1966, p. 69), acrescenta um outro aspecto da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina. De acordo com o autor, os “embates e escaramuças em virtude da questão de limites entre os dois Estados não só contribuíram para manter agitada parte da população de Serra-Acima, mas levaram também a que se familiarizassem com o manejo das armas e as

técnicas militares muitos sertanejos. Eram eles recrutados e dispensados, armados e desarmados nos bandos rivais. Mas sempre aprendiam algo que mais tarde souberam aproveitar para outros fins.”

Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral em **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**¹¹ (1960, p. 64-5), “finalmente, removidos os últimos obstáculos, a 20 de outubro de 1916, assinaram os Governadores de Santa Catarina e do Paraná, drs. Filipe Schmidt e Afonso Camargo, juntamente com o Presidente da República [Venceslau Brás], o ato do Acordo que iria colocar um ponto final ao secular pleito. (...) [O Estado de] Santa Catarina entrou, a 7 de setembro de 1917, na posse do território que sempre reivindicara; com o Paraná ficaram os Campos de Palmas, que haviam motivado o recrudescimento do pleito”. Interessante que, ao observar as duas datas supracitadas, verificamos que Santa Catarina levou quase um ano para tomar posse de suas terras e demarcar seus limites.

Coronelismo

O coronelismo foi outro motivo que levou os sertanejos à luta.

Em todo e qualquer lugar, havia e era reconhecido um esquema básico de hierarquia social, expresso numa escala de posições típicas dentro da sociedade, em relação às quais sempre se encontravam pontos de referência para avaliar o prestígio, inclusive daqueles que desempenhavam as ocupações mais raras. De acordo com a terminologia

¹¹ Esta publicação veio a ser lançada em segunda edição, revista e aumentada, em 1979, depois da morte do autor. No entanto, além do título, que passou a ser **A Campanha do Contestado**, e do desenho de capa, não percebemos nenhuma modificação no conteúdo da mesma, salvo algumas modificações ortográficas. Dessa forma, optamos, neste trabalho, por citarmos a primeira edição, de 1960, na qual vários outros autores e estudiosos do tema provavelmente pesquisaram. Ressaltamos, porém, que nas bibliotecas e livrarias, a segunda edição é a mais encontrada.

vulgar, assim se escalonava a sociedade sertaneja: a) coronéis, b) fazendeiros, c) criadores ou meio fazendeiros, d) lavradores, e) agregados, f) peões (QUEIROZ, 1966, p. 37).

Em **Coronelismo, Enxada e Voto**¹² (1986, 5ª ed.), de Victor Nunes Leal, encontramos um amplo estudo sobre o assunto em questão. O autor traz em seu livro, na primeira nota, uma contribuição do historiador Basílio de Magalhães, na qual apresenta a gênese da palavra coronelismo: “O vocábulo ‘coronelismo’, ‘brasileirismo’, deve a origem do seu sentido aos autênticos ou falsos ‘coronéis’ da extinta Guarda Nacional [criada em 1831]. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de ‘coronel’ começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político.”

Já Barbosa Lima Sobrinho, ao escrever o prefácio referente à segunda edição do livro supracitado, esclarece a conquista do título de coronel pelos fazendeiros: “Recebida de graça, como uma condecoração, acompanhada de ônus efetivos, ou adquirida por força de donativos ajustados, as patentes traduziam prestígio real, intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada como a que costuma corresponder às sociedades organizadas sobre as bases do escravismo. No fundo, estaria o nosso velho conhecido, o latifúndio, com os seus limites e o seu poder inevitável.”

O coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1986, p. 20).

¹² Sua primeira edição data de 1949.

Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isto se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável (LEAL, 1986, p. 20).

Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema coronelista, quais sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 1986, p. 20).

A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o coronel como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que freqüentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas (LEAL, 1986, p. 23). Nesse sentido, de acordo com Maurício V. de Queiroz (1966, p. 38-9), “todo *coronel* devia - para manter o prestígio - erigir-se em cabeça de algumas dezenas de homens em armas, prontos a executar cegamente as suas ordens; ou, no mínimo, ser capaz de mobilizar, em momentos de crises, um piquete de civis. Consideravam-no uma espécie de chefe de guerra. Não se exigia dele, porém, que comandasse pessoalmente o bando armado; tanto podia fazê-lo como, sem deslustre nenhum, disto encarregar um famoso *bandido* ou *valentão*, protegido seu.”

O binômio ainda é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem

o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o coronel e pelo coronel (LEAL, 1986, p. 25).

A falta de espírito público, tantas vezes imposta ao chefe político local, é desmentida, com freqüência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de *foot-ball*, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada - tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações de utilidade pública (algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos) que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 1986, p. 37). Nesse sentido, Barbosa Lima Sobrinho declara: “Erraria, porém, quem só quisesse observar, no ‘Coronelismo’, os aspectos negativos de sua presença ou de sua ação. Para manter a liderança, o ‘Coronel’ sente a necessidade de se apresentar como campeão de melhoramentos locais, senão para contentar os amigos, pelo menos para silenciar os adversários. E o prestígio político de que desfruta o habilita como advogado de interesses locais.”¹³

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, em **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio**s (1976, p. 19) “duas eram as razões que levavam os grandes proprietários do interior a tomarem

¹³ LIMA SOBRINHO, Barbosa. “Prefácio” referente à segunda edição do livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, publicada em 1975.

partido diante de problemas políticos: em primeiro lugar, seus interesses particulares; em segundo lugar, suas ligações de família e suas amizades, desde que a questão não tocasse em suas posses, no que era ou no que esperava que fosse seu, caso contrário, adeus solidariedade!”

A política se desenvolveu tendo por núcleo o município. Durante a colônia, as dificuldades que encontrou Portugal em dominar e povoar um país do tamanho do Brasil fizeram com que se fomentasse o poder e a independência dos senhores rurais, que dominavam esses pequenos centros. O desenvolvimento interno do país foi se processando por acomodações sucessivas com este poder de fato - poder municipal nas mãos dos proprietários rurais - que, podemos dizer *grosso modo*, se impôs à Metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do país durante a Primeira República (QUEIROZ, 1976, p. 19).

O problema da posse de terra entre fazendeiros e posseiros agrava-se, conforme atestam os historiadores paranaenses: “a questão de terras muito se agravaria, no final do século, na região contestada, pela passagem das terras devolutas para a competência dos Estados, de vez que os seus governos eram controlados pelas oligarquias locais que faziam pesar o seu poderio, conseguindo terras e benefícios e, sobretudo, polícia contra intrusos e posseiros” (BALHANA e outros, 1969, p. 198).

A rivalidade entre os grandes coronéis, adversários políticos, é apresentada por Oswaldo R. Cabral (1960, p. 204) como um dos motivos da Guerra do Contestado. Segundo o autor: “a política iria desencadear a perseguição. O ciúme existente entre duas influências rivais, que disputavam a hegemonia política, iria colocar fogo ao estopim. Cada uma delas olhou apenas para a preponderância do rival, para a ascensão daquele com quem ficasse o Monge. Disputaram-no. E da disputa nasceu o trabalho da dispersão dos crentes, para evitar o prestígio maior do adversário.” Da

mesma forma a questão é vista por historiadores paranaenses: “A sua rivalidade local, em disputa pelo domínio político, é que muito contribuiria para o deflagrar do movimento que foi a explosão da insatisfação agrária” (BALHANA e outros, 1969, p. 200).

Erva-mate

O historiador Maurício V. de Queiroz (1966, p. 9) esclarece que, na região contestada, “é encontrada comumente a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). O mate, embora leve o nome de erva (*ervais* são as suas concentrações naturais ou artificiais), é uma pequena árvore, cujos ramos tenros servem para a preparação da bebida. A erva-mate cresce em terras arenosas e *frias*, consideradas de inferior qualidade para a abertura de roças.”

Mais adiante, Maurício V. de Queiroz (1966, p. 24) afirma que “os fazendeiros permitiam aos agregados e peões prover-se com a planta por acaso encontrada dentro da propriedade ou nas vizinhanças, à qual não atribuíam maior valor. É possível que os excedentes fossem desde então mercadejados, sem que representassem importância de vulto.”

Em contrapartida, para Marli Auras, em **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla** (1984, p. 31), “homens sem terra construíam toscas moradias em áreas devolutas e tinham na coleta da erva-mate seu principal ganha-pão. Na bodega mais próxima era possível trocar o produto de seu trabalho por manufaturados - até então de raro acesso no interior - por sal, açúcar, farinha, fósforos, cujos estoques a Companhia procurava manter em dia.”

A grande extração do mate em zona de domínio catarinense só começou nos fins do Império, depois de aberta a Estrada Dona Francisca,

por onde passaram a descer pesadas carretas coloniais para os engenhos que se fundaram em Joinville. Ao mesmo tempo, no Paraná, o grande comércio e o beneficiamento se centralizavam em Curitiba, através de um número menor de companhias muito mais poderosas.

A exportação da erva deu origem a fortunas em Santa Catarina e principalmente no Paraná. Os intermediários, nas vilas do interior, sempre ficaram com boa parte do lucro, e coube sempre o seu quinhão, maior ou menor, aos fazendeiros e bodegueiros. Entretanto, os homens que descobriam os ervais e se internavam na floresta, para o trabalho extenuante ao longo dos meses mais rigorosos, mal ganhavam às vezes para comer durante a maior parte do ano (QUEIROZ, 1966, p. 27). É preciso considerar que o peão do mate só encontra emprego três ou quatro meses por ano, que seu trabalho é extremamente exaustivo, e que, além disto, há que considerar os gastos de transporte para a região dos ervais e o fato de que muitos homens terão de permanecer meses a fio desempregados, sem o que dificilmente haveria uma reserva constante de mão-de-obra para aquela tarefa rude e intensiva (QUEIROZ, 1966, p. 41).

Nesse sentido, os historiadores paranaenses acrescentam que “os caboclos que viviam dessas atividades, dispersos pela mata, constituíam população numerosa, miserável, e sem terra. Eram, assim, também, posseiros ou intrusos em terra alheia. Até aos ervais e às matas chegava o poderio dos grandes proprietários, senhores também dos ervais e da madeira, ou arrendatários daquelas pertencentes ao Estado. Em conseqüência, tanto os caboclos das zonas de campo, como aqueles das zonas de mata, eram obrigados a seguir adiante, embrenhando-se no sertão, para estabelecer os seus ranchos e roças, intrusando terras ou tirando novas posses” (BALHANA e outros, 1969, p. 198).

A crescente exploração da erva-mate, com fins lucrativos, aumentou a rixa entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina pela posse

da terra. Conforme Maurício V. de Queiroz (1966, p. 67): “a disputa assumiu aspectos melodramáticos na área em que se defrontavam, àquela época, duas frentes extrativas de erva-mate: a paranaense, cuja base era a cidade de União da Vitória, e a catarinense, que se apoiava em Canoinhas. O trecho violentamente disputado por uns e por outros, riquíssimo em ervais nativos, compreendia os vales inteiros do Timbó e do Paciência. Os catarinenses, que ocupavam as suas cabeceiras e grande parte de seus cursos, ambicionavam chegar até as margens do Iguaçu e dominar inclusive União da Vitória. O posto avançado dos paranaenses era Vila Nova do Timbó.”

Um outro aspecto aponta Marli Auras: as áreas devolutas passaram a ser objeto de interesse político e econômico. Segundo a autora (1984, p. 29-30), “as terras passaram a ser alvo maior de cobiça, pois, aliado à crescente exploração dos ervais, o tipo de criação que se exercia só era viável economicamente, quando se podia contar com largos espaços campestres. Assim, paulatinamente, as áreas devolutas eram adquiridas em vastas porções, sendo o título de propriedade formalizado pelos governos imperial e republicano, por todos aqueles que, no jogo econômico-político de então, eram suficientemente fortes para terem seus interesses atendidos.”

Pinheiro

O pinheiro do Paraná, a *Araucaria angustifolia*, dá caráter à paisagem. A araucária ergue-se a mais de trinta metros; porém, à altura do peito de um adulto, o diâmetro do tronco quase nunca ultrapassa um metro e meio. Seu fruto, abundante na época mais fria, alimentava toda uma fauna de aves e macacos, caititus e queixadas, e servia de sustento aos índios

Xócren. Existem lugares onde esse pinheiro cresce desassociado a outras árvores, em bosques singulares (QUEIROZ, 1966, p. 8-10).

De acordo com Marli Auras (1984, p. 41-2), “logo começa a utilização de uma outra grande riqueza praticamente inexplorada em moldes ‘racionais’ - o pinheiro -, fartamente encontrado na região do planalto catarinense. Visando a explorar o vasto potencial madeireiro e promover a colonização das largas terras marginais do leito ferroviário, a Brazil Railway cria, em 1909, a subsidiária Southern Brazil Lumber Company. (...) A Brazil Lumber providencia a construção de duas grandes serrarias, dando início à devastação dos imensos e seculares pinheirais, mecanizando o trabalho desde a coleta das toras até o seu desdobramento e armazenagem - o que implicava uma oferta relativamente escassa de emprego.” Maurício V. de Queiroz (1966, p. 41-2) explica que, “como *toreiros* ou lenhadores, peões havia e ainda há que ganham por quantidade de troncos derrubados e transportados. Outras vezes são pagos por dia. Em julho de 1912, por exemplo, cerca de 800 peões trabalhavam assim no corte e transporte de madeira para a serraria que a *South Brazil Lumber and Colonization Co.* havia montado em Três Barras. Ganhavam quatro mil-réis diariamente, mas tinham de comprar num grande armazém que ‘fornece ao pessoal da empresa os mantimentos de que ele tem necessidade’. Cada trabalhador sofria o desconto mensal de dois mil-réis a título de ‘taxa sanitária’”. Mais adiante, o mesmo autor atesta que os velhos engenhos de serrar madeira que havia na área tiveram de cerrar suas portas, porque a companhia apoderou-se dos meios de transporte e fechou-lhes a saída dos produtos (QUEIROZ, 1966, p.76). Essa afirmação vai ao encontro da visão de autores paranaenses sobre a *Lumber*: “As atividades madeireiras dessa última ocasionaria inclusive a desorganização e a falência econômica dos pequenos industriais serradores de madeira da região” (BALHANA e outros, 1969, p. 199).

Monarquia x República

Outro motivo da guerra do Contestado foi o desejo declarado dos sertanejos de restaurar a Monarquia, em detrimento da República.

Para o historiador Oswaldo R. Cabral (1960, p. 14), os sertanejos “instruídos num saudosismo anacrônico, desejavam a volta ao regime monárquico.” Pois, para eles, de acordo com o historiador catarinense, “a República não permitia os ajuntamentos para a reza pacífica, que não permitia uma liberdade de culto, que não consentia na crença em São João Maria, dispersando os seus crentes quando não os dizimava à bala” (CABRAL, 1960, p. 222). O mesmo autor acrescenta, “para o sertanejo analfabeto, e inculto, (...) a república o perseguia, não cuidava do seu futuro nem do de sua família, expulsava-o de sua terra para entregá-la ao estrangeiro e, além de tudo, maltratava-o. (...) Para facilitar esta disseminação de idéias monárquicas havia ainda um elemento tradicional que não deve ser subestimado: - os que haviam conhecido o segundo João Maria não ignoravam, certamente, que ele, com a sua simpatia sempre manifesta pelos federalistas, freqüentemente atacava, nas suas palestras com os compadres e amigos, o regime republicano” (CABRAL, 1960, p. 226). No entanto, para Cabral (1960, p. 227), “esta história de monarquia não passou de uma burla em meio de uma tragédia. (...) Não é crível que um homem, capaz de escrever uma ‘Carta’ daquelas [manifesto de Dom Manuel Alves de Assunção Rocha], o fosse de pensar que um tal movimento pudesse, partido do Contestado, uma região rústica e mal povoada, encontrar eco em qualquer parte.”

Já para Maurício Vinhas de Queiroz (1966, p. 92), a restauração da Monarquia pelos sertanejos e o conseqüente telegrama do

coronel Francisco Ferreira de Albuquerque ao governador de Santa Catarina, “é uma farsa”. Tudo não teria passado de um grande mal-entendido. No acampamento de Taquaruçu houve certa noite um desafio, uma porfia entre dois trovadores. Um deles terminou a quadra por um viva a Monarquia e, diante disso, deu-se o outro por vencido. Os circunstantes repetiram o último verso vencedor, viva a Monarquia. Tal foi o pretexto de que se utilizou o coronel Albuquerque para telegrafar ao governador, acusando o grupo sertanejo de sedição contra a República. Na verdade, é muito plausível que Rocha Alves e mesmo outros tenham sido coroados, sem que isso representasse, de forma alguma, a proclamação da Monarquia. A Folia do Divino, festejo popular do interior do Brasil, implica na coroação de um Imperador, o Imperador-festeiro.

Ainda, para o autor de **Messianismo e Conflito Social** (1966, p. 153-5), “o modo pelo qual os sertanejos concebiam a sua ‘monarquia’ não se limitava à idealização dos tempos passados, embora possivelmente isto haja servido de ponto de partida. (...) Os sertanejos entendiam por ‘monarquia’ a nova ordenação social instituída por José Maria (a ‘lei’ de José Maria), que tinha caráter sagrado (era ‘lei de Deus’), destinada a vencer e substituir o detestado regime existente (a ‘lei do diabo’). (...) Mas a tendência ao retorno, dentro dos redutos, terminou por adquirir um caráter puramente simbólico, expresso na exigência de que fosse entregue aos sertanejos a coroa imperial. Como os fanáticos eram agentes da institucionalização de um regime social novo, a idéia de ‘monarquia’ prestava-se para distinguir, muito nitidamente, tal regime daquele de que haviam participado e contra o qual estavam em guerra. (...) Para a cristalização peculiar da idéia de ‘monarquia’, esta também teve influência das festas do Divino e de São Bom-Jesus, com todo o seu cerimonialismo altamente valorizado pelos sertanejos. Teve influência também a reinterpretação da História de Carlos Magno, cujos ‘reis’, ‘nobres’ e

‘fidalgos’ eram considerados modelos de coragem, fraternidade e devoção a uma causa.¹⁴ (...) Os sertanejos do Contestado lutavam pela monarquia, não no sentido semântico que a palavra tem para nós, mas por um ‘reinado de paz, prosperidade e justiça na terra’ - a ‘monarquia’ que José Maria lhes tinha prometido.”

Segundo Ruy C. Wachowicz, em **História do Paraná** (1967, p. 154), “as idéias monárquicas de José Maria iriam encontrar nos sertanejos um campo propício. A monarquia, abolida recentemente, parecia-lhes um regime de paz, durante o qual não haviam sido atacados, nem explorados. O velho e barbudo D. Pedro II lhes parecia ser um governante ideal. Com o desenvolvimento da luta, firmou-se entre os sertanejos a idéia de uma monarquia sul-brasileira, que compreenderia os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Uruguai.”

Outros historiadores paranaenses reforçam a questão da posse de terra. “A aspiração monárquica do movimento dos fanáticos do Contestado está, na verdade, diretamente ligada à questão de terras devolutas, que a República passara à competência dos Estados. Um ‘fanático’ deixaria escrito em uma parede da estação de São João: O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertencem à Nação e vende para os estrangeiros, nós agora ‘estemo’ disposto a fazer prevalecer nossos direitos” (BALHANA e outros, 1969, p. 199).

Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande

¹⁴ Maria Isaura Pereira de Queiroz, em seu artigo “D. Sebastião no Brasil. O imaginário em movimentos messiânicos nacionais” (Revista USP, nº 20, de dez/jan/fev/93-94), p. 36, afirma que um dos destaques do folclore nacional é a narrativa de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, “assinalada em inúmeras edições até o presente, figurando na literatura de cordel e nos desafios de cantadores que aprendiam de cor as proezas de Reinaldo, Roldão e Oliveiros. O monge José Maria possuía este livro, que costumava ler para os adeptos. (...) Tanto o romance de Carlos Magno e dos Doze Pares de França como a lenda do Rei Encoberto que se formara em torno de D. Sebastião, rei de Portugal, se entrosavam no grande complexo do catolicismo, como partes do santo combate entre cristãos e infiéis. A dimensão imaginária

Desde o estabelecimento da República no Brasil, havia uma preocupação governamental em abrir uma estrada de ferro para o sul. A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande¹⁵ tornou-se duplo motivo para a guerra, conforme expõem esta e a seguinte seção.

Conforme Marli Auras (1984, p. 35), “com poucos milhares de habitantes e praticamente isolado do restante do Estado e do Brasil, o interior comunicava-se com os centros mais populosos através dos precários ‘caminhos de tropas’. A expansão da área cafeeicultora brasileira imprimia a necessidade de se interligarem seus núcleos urbanos com a região sulina, a fim de que esta os abastecesse de produtos agropastoris. (...) A ferrovia iria rasgar vastas porções de férteis terras devolutas, sobretudo na área compreendida entre o sul do rio Iguaçu e Passo Fundo (RS). Abundavam na área os ervais e as árvores fornecedoras de madeira, sobressaindo, pela quantidade, o pinheiro.”

A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande foi contratada com o engenheiro João Teixeira Soares, que levantou o capital necessário, junto aos investidores franceses e ingleses, fundando a *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*.

No entanto, Nilson Thomé (1983, p. 57-8) esclarece que “a linha tronco original, compreendida entre Itararé e Santa Maria, chegava aos anos 1904-1905 (15 anos depois) com apenas 599 quilômetros abertos ao tráfego, quando a concessão original dava o prazo de cinco anos para a conclusão de todos os 1.403 quilômetros. Foi nesta mesma época¹⁶ que o

subitamente se corporificava neste último caso, subitamente se solidificava na realidade e a transformava.”

¹⁵ Sobre esse tema, a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o pesquisador Nilson Thomé escreveu *Trem de Ferro: história da ferrovia no Contestado*, contando com detalhes e documentando a história da ferrovia. Em 1983, o livro teve sua segunda edição publicada pela Editora Lunardelli.

¹⁶ De acordo com Marli Auras (1984, p. 36-7), Percival Farquhar “passa a atuar no Brasil em 1904 [nos Estados do Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul], incentivado pela política do governo republicano.” Em 1906, Farquhar adquiriu para a Brazil Railway Company a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

então Ministro da Viação e Obras Públicas, o catarinense Lauro Müller, promoveu a vinda ao Brasil do famoso empreendedor norte-americano Percival Farquhar, que fundou a *Brazil Railway Company*, empresa que adquiriu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.”

Em pouco tempo, a *Brazil Railway Company*, além da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, controlava toda a rede ferroviária gaúcha, geria a Sorocabana, possuía voltuosos interesses na Paulista, na Mogiana e na Madeira-Mamoré, obtinha os direitos da Vitória-Minas, dirigia a *Port of Pará* no extremo norte e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, dispunha de armazéns frigoríficos e indústrias de papel, empresas pecuárias, madeireiras, de colonização, etc. A *Brazil Railway* era também conhecida, àquele tempo, por *sindicato Farquhar* (QUEIROZ, 1966, p. 70).

Como parte do pagamento à empresa construtora, o governo da República cedeu quinze quilômetros de terras para cada um dos lados do leito da estrada. Essas terras a empresa poderia explorar e colonizar, sem levar em conta sesmarias nem posses.

O ano de 1911 foi assinalado pelas primeiras expulsões dos posseiros que ocupavam a faixa concedida à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Há dúvidas fundadas sobre a legitimidade dessa concessão, posto que ela feria a Lei Agrária de 1850, que não permitia a aquisição de terras devolutas a não ser por título de compra. Nada disto foi respeitado. Enquanto prosseguiam os trabalhos de construção, a companhia reclamou dos governos do Paraná e Santa Catarina contra o fato de estarem ocupadas terras que, segundo ela, deveriam pertencer-lhe (QUEIROZ, 1966, p. 73).

Em novembro de 1911, a companhia publicava um edital em que dizia: “Este faz saber a todos que é expressamente proibido invadir ou ocupar os terrenos pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, situados em

ambas as margens do rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estadual, a Companhia Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela” (*in* jornal Palm. 5-11-1911) (QUEIROZ, 1966, p. 74).

Em contrapartida, segundo Oswaldo R. Cabral (1960, p. 103-4), para “o sertanejo humilde, que se instalara nas terras devolutas das margens do Rio Peixe, buscando encontrar trabalho para subsistir com a sua prole, como o alienígena ali fixado, viu-se expulso das que ocupara e sobre as quais construía o seu rancho. (...) Um ou outro intruso ficou, desafiando a tomada da terra ocupada por ele, defendido pela agressividade da natureza e pela própria bravura. Mas os outros partiram em busca de outro ponto, onde novos sacrifícios empregariam para reconstruir a choupana abandonada, plantando-a mais longe - onde não chegasse, talvez, a injustiça humana, onde pudesse encontrar novo refúgio para a sua miséria.”

Mais adiante, o mesmo autor conclui: “dir-se-á que a concessão respeitava os direitos de terceiros. Mas a verdade era que os posseiros não haviam (*sic*) qualquer documento a respeito das terras que ocupavam. Estes intrusos, que nem mesmo o usucapião poderiam sequer invocar, acrescidos pelos que, despedidos dos trabalhos da construção da ferrovia, haviam-se instalado nas terras marginais, por serem terras de ninguém, sentiram-se espoliados e contra semelhante espoliação revoltaram-se intimamente” (CABRAL, 1960, p. 344).

Trabalhadores da estrada de ferro: desempregados

Segundo Marli Auras (1984, p. 38-9), “para a rápida construção do trecho da ferrovia - União da Vitória ao Rio Uruguai, percorrendo as terras contestadas - a empresa arrebanhou, prometendo

salários compensadores, cerca de oito mil homens da plebe urbana do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife. Esse denso contingente foi dividido em várias turmas, cada uma delas sob a responsabilidade de um ‘taifeiro’ (feitor) que, segundo a estrutura organizativa da *Brazil Railway*, recebia um determinado trecho da ferrovia, por empreitada, e se responsabilizava pelo pagamento dos operários. Nas estações da estrada, a Companhia construiu armazéns, nos quais os trabalhadores deveriam adquirir os mantimentos necessários. Um bem armado corpo de segurança tratava de eliminar os possíveis focos de descontentamento. Há relatos de conflitos armados entre o corpo de segurança da empresa e os trabalhadores, pela falta de pagamento dos salários e pelos desmandos dos feitores. Para os trabalhadores, ‘Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande’ (E.F.S.P.R.G.) passou a ser traduzida por ‘estrada feita somente para roubar pro governo’.¹⁷

No momento em que tinham sido recrutados, os operários receberam a promessa de que seriam levados de volta, ao findar o serviço. Entretanto, não foi o que aconteceu. De acordo com Oswaldo R. Cabral (1960, p. 102), “terminada a ligação, os remanescentes permaneceram na região. Sem policiamento e sem justiça, sem garantias de espécie alguma, a vida dos sertanejos ficou à mercê dos celerados que infestaram a zona, que conheceu, então, o seu grande ciclo do banditismo.” Conforme Marli Auras (1984, p. 39), “sem outra perspectiva de trabalho, esses homens foram erguendo suas toscas residências ao longo das terras vizinhas ao leito da estrada de ferro.”

Retomando o pensamento do historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral, o fato de milhares de homens estarem vivendo na região sem trabalho não constituía um grande problema. “Uma onda de protestos

¹⁷ Esta “tradução” da sigla EFSPRG encontra-se, inclusive, no romance de Guido Wilmar Sassi, *Geração do Deserto* (1964), p. 123.

surgiu - de protestos singulares, que não chegaram a reunir-se para uma revolta geral - mas que saía apenas da garganta dos prejudicados, isoladamente. Ficou nisto” (CABRAL, 1960, p. 103).

Essa questão é vista por um outro ângulo por Maurício V. de Queiroz (1966, p. 73): “Acredita Setembrino [de Carvalho] que esses antigos trabalhadores, misturando-se à população do Contestado, constituíram o fermento de graves acontecimentos posteriores.” Essa idéia vai ao encontro do pensamento dos historiadores paranaenses: “trabalhadores dispensados pelas companhias de estradas de ferro, aderiram também à revolta. Redutos, redutinhos e guardas se multiplicavam” (BALHANA e outros, 1969, p. 203).

Companhias estrangeiras

De acordo com Maurício V. de Queiroz (1966, p. 75-6), “a fim de explorar as terras laterais à estrada e outras mais que viesse a adquirir, a *Brazil Railway* criou uma nova companhia, a ela subordinada: a *Southern Brasil Lumber and Colonization Company*. Estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, através dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras. O pinheiro, fartamente encontrado na região do planalto catarinense, ensejou a exploração do potencial madeireiro. (...) A ‘Lumber’ montou uma grande serraria em Três Barras e uma outra menor em Calmon, à margem da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Desde a coleta de toras até o seu desdobramento e armazenagem, todas as operações eram mecanizadas. A ‘Lumber’ tornou-se, desse modo, a maior companhia madeireira da América do Sul. Por outro lado, loteou e começou a vender a colonos estrangeiros

terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que dali tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários.”

Marli Auras (1984, p. 43) acrescenta que “colonos de origem alemã e, posterior e secundariamente, italianos e poloneses, oriundos dos Estados do Rio Grande e Paraná, foram atraídos pelas propostas da empresa, fixando residência nas férteis terras ao longo do vale do Rio do Peixe. Vários núcleos coloniais foram ali criados. É claro que, a esta altura, o corpo de segurança da Companhia já havia varrido da região, de forma sumária e definitiva, todos os posseiros, inclusive aqueles mais renitentes.”

Os Monges e o Messianismo

Nessa parte, buscamos, basicamente em **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado** (1960) de Oswaldo Rodrigues Cabral, contar um pouco mais da vida dos três principais monges que conviveram com o povo sertanejo, antes e durante a Guerra do Contestado.

Houve um anacoreta de cabelos longos e grisalhos, a barba longa e o olhar manso, que desejava a solidão e o isolamento, a quietude e as durezas da vida contemplativa. Foi simples, foi bom e foi justo. Mais severo para consigo mesmo do que para com o seu próximo. Este homem, a contragosto, foi empurrado pela solércia e pela ignorância dos seus semelhantes para dentro da História; e, pela ingenuidade de muitos, subiu degraus de um tosco e rústico altar sertanejo (CABRAL, 1960, p. 107).

A sua memória é denegrida por muitos que o apontam como um louco e por outros que o acusam de responsável por uma carnificina. Em compensação, habita no coração dos simples o lugar dos eleitos.

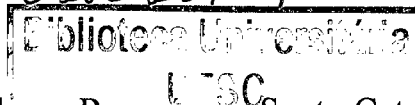
Acalenta as suas esperanças, povoa os seus temores e persiste na sua fé. Canonizado pelo amor do sertanejo, ao lado dos que, com a sua justiça e com a sua sabedoria, a Igreja santificou (CABRAL, 1960, p. 107).

Este homem se chama João Maria, São João Maria. Surge, no entanto, um paradoxo, que surpreende a quantos procuram estudar a vida desse taumaturgo sertanejo com atenção e profundidade: - esse santo não foi um homem. Foram dois, dois homens que confundiram as suas vidas para se tornarem apenas um santo... (CABRAL, 1960, p. 108).

João Maria de Agostini - ou Agostinho - italiano, nasceu no Piemonte, em 1801. Sua vida pregressa é uma incógnita, correndo a respeito dela as mais diversas suposições, de par com as mais infundadas conjeturas. Chegou ao Brasil não se sabe ao certo quando, nem por onde teria entrado. Certo é que viajou para o Rio de Janeiro, chegando à Corte do Império a 19 de agosto de 1844, pelo vapor *Imperatriz* (CABRAL, 1960, p. 108).

Era de estatura baixa, de cor clara, tinha grisalhos os cabelos, pardos os olhos, regulares o nariz e a boca, a barba cerrada e o rosto comprido. Como particularidade digna de nota assinalou ser João Maria de Agostini aleijado de três dedos da mão esquerda. Vestia um hábito, talvez franciscano, sobre o qual caíam-lhe os cabelos compridos e a barba longa. Dormia sobre uma tábua e alimentava-se de frutos, além de algumas dádivas dos sitiantes próximos (CABRAL, 1960, p. 109).

Humilde, na solidão do seu abrigo, tinha apenas os olhos e o pensamento voltados para Deus, em louvor de Quem entoava os seus cânticos e proferia as suas preces (CABRAL, 1960, p. 111).



A sua passagem ficou assinalada no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul¹⁸. Foi visto na Lapa, no Rio Negro, em Lages, no Botucaraí, em Santa Maria (CABRAL, 1960, p. 113).

Em 1865, segundo Aloísio de Almeida, ou 1870, segundo João Lourenço Rodrigues, desapareceu para sempre. Da sua morte correm várias versões. Não deixou a quem quer que fosse os seus restos, os seus ossos, para que viessem a ser venerados como relíquias e sobre eles se levantasse a heresia (CABRAL, 1960, p. 139).

Teria havido um segundo João Maria? Tudo nos leva a crer que sim. Este segundo João Maria esteve na Lapa por volta de 1894, conforme nos informou o velho morador Joaquim Tristão, que já depôs a respeito do primeiro João Maria. O depoente acredita firmemente, segundo nos declarou, que este segundo monge não era absolutamente o primeiro (CABRAL, 1960, p. 156-7).

De estatura mediana, com o seu nodoso bordão, o seu boné de pêlos, alforge a tiracolo, mala de panos, alpercatas, roupas decentes, velho manto de pedaços de cobertor, vestes comuns e limpas, cachimbo pendente da boca irônica, olhos claros e vivos, encravados em órbitas fundas, nariz fortemente adunco, *cavaignac* fino, longos cabelos crespos, orelhas atochadas de cabelos, dava ao conjunto a impressão de um tipo judaico... Dizia-se procedente de Montevideu (CABRAL, 1960, p. 157).

¹⁸ A passagem de monges no interior de Santa Catarina e, principalmente, no Rio Grande do Sul faz parte de uma dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pela UFRGS, publicada em livro, denominada **Monge João Maria: recusa dos excluídos**, de autoria de José Fraga Fachel, uma co-edição das Editoras da UFRGS de Porto Alegre e da UFSC de Florianópolis, em 1995.

De acordo com o Cel. J. O. Pinto Soares, em sua obra **Guerra em Sertões Brasileiros**, 'seu nome verdadeiro era Anatás Marcaf, de origem francesa' (João Maria de Jesus) (CABRAL, 1960, p. 159).

É de supor-se que, tendo entrado pelo Rio Grande do Sul - e em Santa Maria da Boca do Monte tomado conhecimento da memória que se guardava ali do solitário do Botucaraí, cuja fama crescera e cuja santidade era proclamada, vivendo ainda na tradição daquela gente simples do Campestre - resolvesse identificar-se com o velho anacoreta, para facilidade da sua missão, ou então que por ele tivesse sido tomado pelos crentes (CABRAL, 1960, p. 160).

Não resta a menor dúvida de que algumas das suas atitudes se assemelhavam às de João Maria de Agostini. Não aceitava dinheiro, não se agasalhava sob o teto das casas, preferindo a copada das árvores. Não aceitava certos alimentos e, se bem que não tanto quanto o primeiro monge, era contrário aos ajuntamentos. Além disso, procurava aconselhar para o bem, encaminhar os homens para as virtudes proveitosas do trabalho e não se recusava a socorrê-los nas suas dores e enfermidades (CABRAL, 1960, p. 161-3).

No entanto, suas práticas religiosas não apresentavam a conformidade de Agostini, que nunca se afastara da comunidade católica. Marcaf pregava penitências e profetizava calamidades. Batizava as crianças – coisa de que não há notícias de que João Maria de Agostini jamais tivesse praticado. Não era amigo do regime republicano (CABRAL, 1960, p. 162).

Curioso fenômeno, entretanto, é o que se observa: tendo tomado o nome do eremita que o precedera – ou tendo sido com ele confundido – para melhor aceitação, entre as turbas, identificando a sua personalidade com a do piemontês, não cuidando de fazer o seu nome, mas de exaltar o que adotara, fez reviver a sua memória, ampliou a área em que

a mesma se tornaria conhecida e tornou uma só pessoa as que eram verdadeiramente duas (CABRAL, 1960, p. 163).

Este João Maria é que, em verdade, é o santo, o que é reputado como tal pelas nossas populações sertanejas, não o primeiro, cujos contatos com o povo foram muito rápidos e fugazes. São deste as fotografias que correm - e não as de Agostini, que não as deixou de si. São deste os milagres que se contam e as lendas que se formaram (CABRAL, 1960, p. 163). (Entretanto, considerando que houve um processo de confusão e identificação do segundo com o primeiro monge, a glória da santidade teria ficado com o segundo, quando na realidade se formou já a partir do primeiro, como uma soma da ação dos dois em conjunto.)

Um dia, como o seu antecessor, João Maria de Jesus também desapareceu. Tal como o primeiro, não deixou rastro de si... (CABRAL, 1960, p. 172).

E o terceiro Monge surgiu e arrecadou o espólio dos seus antecessores. Para tanto, fez-se passar por irmão do que até pouco antes vivera e tomou o nome de José Maria de Santo Agostinho (CABRAL, 1960, p. 179).

Por volta de 1911, no município catarinense de Campos Novos, na região conhecida por Faxinal dos Padilhas, ao que se diz, surgiu o novo taumaturgo (CABRAL, 1960, p. 180).

Miguel Lucena de Boaventura – como se revelou, mais tarde ser o seu verdadeiro nome – apareceu para continuar a pregação e a obra do anacoreta que deixara de si tão boa fama no Contestado, reiniciando o apostolado que este deixara inacabado ali. Ex-soldado do Exército, dele desertor, ou da Força Policial do Paraná, conforme contam outros, não

possuía ele a mesma constituição mística dos monges que o antecederam. Era menos rigoroso nos seus hábitos, não apreciava o isolamento, não se recolhia para colocar-se em contato com o Criador, não se mortificava nem fazia penitências. A frugalidade, a continência, a caridade, que nos outros foram virtudes patentes, não eram o seu forte. Conta-se mesmo que, da sua fama, que logo adquiriu, procurara tirar lucro e que das suas crentes, quando eram bonitas, fazia suas companhias (CABRAL, 1960, p. 180). (Aspecto que, aliás, os ficcionistas muito aproveitaram, ao desenvolverem o tema das “virgens”.)

A nova do aparecimento de um novo monge, tanto mais dizendo-se irmão do bondoso e querido João Maria, espalhou-se rapidamente – e a sua fama de curador emérito ganhou terreno. Breve viu-se cercado pela multidão dos crentes e dos sofredores (CABRAL, 1960, p. 180).

Tal foi a afluência de povo – pois José Maria, ao contrário dos outros, era amigo da popularidade e gostava dos ajuntamentos – que houve mister disciplinar a horda. Como ex-militar, organizou então os acampamentos, aos quais denominou de *Quadros Santos*, entregando aos adeptos que julgou mais capazes não só o comando como ainda a direção *das rezas e da forma* (CABRAL, 1960, p. 180-1).

Importa aqui lembrar que a região do Contestado vivia, no momento, uma fase angustiosa, em face da questão de limites. E mais: entre os que se agruparam em torno do Monge estava boa parte daqueles que, expulsos das terras, haviam ficado sem domicílio certo, sem fontes de trabalho e de renda, resultado da concessão feita à São Paulo-Rio Grande (CABRAL, 1960, p. 181).

Numerosos acompanhantes de José Maria encontraram a morte no Irani, e o próprio Monge ali tombou, desaparecendo, assim, depois de

curta duração, o apostolado do terceiro e último deles (CABRAL, 1960, p. 185).

Apesar de ter sido morto em condições que facilitariam sobremaneira a conquista de uma auréola de mártir, entre os seus sequazes e perante os seus crentes, a sua memória apagou-se e não é a sua representação iconográfica que figura nos oratórios sertanejos (CABRAL, 1960, p. 194).

De acordo com Marli Auras (1984, p. 48-9), “tendo em vista a pobreza - em todos os sentidos - reinante, a religião é o único apanágio do sertanejo: frente à insegurança e à violência do cotidiano, ela traz a proteção das forças sagradas. (...) Face a um contexto histórico que procura negar até o estatuto de homem ao sertanejo, a práxis religiosa lhe garante a possibilidade de construir sua própria identidade – pela religião ele reproduzia conhecimentos antigos e pela religião ele criava novos conhecimentos, capazes de significar o seu dia-a-dia.”

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em **O Messianismo no Brasil e no Mundo** (1965), nos diz que este fenômeno vem da religião israelita através da interpretação de acontecimentos históricos na luta do povo de Israel contra seus vizinhos. O messianismo seria um fenômeno ocorrido em comunidades chefiadas por um messias (líder) visando a alcançar ou construir um paraíso terrestre, que significará a salvação e a felicidade neste mundo para seus adeptos.

O estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz apresenta-nos diversos movimentos messiânicos, no Brasil e no mundo. Entre eles as crenças sebastianistas brasileiras (no Brasil, D. Sebastião é visto como um grande rei que distribuirá entre seus adeptos imensas riquezas, instalando no mundo o paraíso terrestre) como os “movimentos messiânicos rústicos” de Canudos, conhecido como o “Império do Belo Monte”, liderado por Antônio Conselheiro, em Vila-Barris - Bahia, 1897 e o Contestado,

denominado “Guerra Santa”, liderado por João Maria/José Maria no oeste de Santa Catarina, 1910.

Em muitos aspectos esses dois movimentos assemelham-se. Além do problema da terra, do messianismo e do fato de ambas as comunidades terem sido dizimadas pelas tropas militares do Governo Federal, os dois movimentos foram retratados pela literatura. Como se sabe, Canudos foi o tema de **Os Sertões** (1902) de Euclides da Cunha, um clássico de nossa literatura. Já o Contestado foi abordado, entre outras narrativas, por Guido Wilmar Sassi em **Geração do Deserto e Império Caboclo** de Donald Schüler, como veremos mais adiante.

O messianismo também está presente no pensamento de Walter Benjamin¹⁹ que vê a salvação através do fantástico: “Pois o Messias não vem apenas como o Salvador; ele vem como o vencedor do Anticristo.” Conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz, em sua descrição sobre o movimento messiânico liderado por Antônio Conselheiro, “a República, reinado do Anticristo, era indício seguro de que o fim do mundo não tardava e contaminara já a própria Igreja Romana (...) Mas em seguida D. Sebastião introduziria no mundo o paraíso terrestre, adquirindo Canudos foros de antecâmara do Éden, nova terra de Canaã.”²⁰ No Contestado a República também era vista como o reinado do Anticristo, a responsável pela miséria do povo sertanejo. Por isso, os caboclos acreditavam na volta do monge (o fantástico), que acabaria com a República (seu desejo de progresso, sua ganância por terras e poder), o Imperador reassumiria seu lugar e tudo estaria salvo. Segundo Antônio Hohlfeldt, “a Guerra do Contestado deve ser entendida no contexto de lutas que marca uma profunda modificação na estrutura sócio-política-econômica brasileira, com

¹⁹ BENJAMIN, Walter. “Teses sobre Filosofia da História”. In: KOTHE, Flávio R. (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. (p. 156)

²⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. op. cit. p. 280.

a entrada definitiva do Brasil no universo capitalista, e que redundará inclusive na República Nova de 1930.”²¹

Redutos

O conflito armado durou quatro anos, 1912-1916. Houve diversas batalhas. Logo na primeira, em Irani (na época pertencia ao Paraná), morrem o monge José Maria e o Coronel João Gualberto, chefe da tropa do governo paranaense. A pedido de José Maria, antes de morrer, o povo sertanejo se dispersa, mas volta a se reunir um ano depois, em Taquaruçu. Cresce o número de sertanejos e os líderes rebeldes resolvem formar novos redutos, inclusive, por medida de segurança. O grupo sertanejo conhecia bem a região, facilitando, assim, a sua defesa e o seu ataque. Novos combates ocorreram nos redutos, entre os quais se destacaram Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria. Ao término da guerra, o saldo de mortos era considerável, de ambos os lados do conflito. Os sertanejos que conseguiram sobreviver fugiram ou se entregaram à polícia.

Assim, a Guerra do Contestado gerou e continua gerando textos diversos.

²¹ HOHLFELDT, Antônio. “Ficção e Realidade”. In: MIGUEL, Salim e SOARES, Iaponam (org.) **Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania**. Florianópolis, Ed. da UFSC/ Ed. Lunardelli, 1992. p. 67-8.

GERAÇÃO DO DESERTO:

O CAMINHAR PELO DESERTO

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte.”

Euclides da Cunha

“A ficção é, antes de tudo, um ato de rebelião contra o mundo real.”

Mário Vargas Llosa

GUIDO WILMAR SASSI

**GERAÇÃO
DO
DESERTO**



EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.



GUIDO WILMAR SASSI

**GERAÇÃO
DO
DESERTO**

SEGUNDA EDIÇÃO

ROMANCE
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

MOVIMENTO

I – NOSSO GUIA

Guido Wilmar Sassi, filho de imigrantes (pai italiano e mãe alemã), nasceu em Lages, aos 14 de setembro de 1922. Na juventude trabalhou como balconista e comerciante. É funcionário aposentado do Banco do Brasil. Mora no Rio de Janeiro desde 1963.

No início da década de 50, era integrante ativo do *Grupo Sul*, movimento artístico-literário que trouxe o Modernismo para os catarinenses. Chegou a fundar em Lages uma revista literária denominada **Rumos**. Apesar do sucesso, a revista morre no terceiro número, por falta de apoio financeiro.

Escreve contos e romances, geralmente de cunho regionalista e, às vezes, ficção científica. Suas obras, publicadas até agora, são: **Piá** (1953), **Amigo Velho** (1957), **São Miguel** (1962), **Testemunha do Tempo** (1963), **Geração do Deserto** (1964), **O Calendário da Eternidade** (1983), **A Bomba Atômica de Deus** (1986), e **Os Sete Mistérios da Casa Queimada** (1989).

Piá, livro de contos publicado pela Revista **Sul**, teve amplo reconhecimento. Concorreu em São Paulo ao prêmio *Fábio Prado*, na época o certame literário mais importante do país. Não chegou a vencer, mas tem o seu lugar de destaque garantido.

Já com o romance **São Miguel**, Guido Wilmar Sassi ganha o prêmio *Artur Azevedo*, patrocinado pelo Instituto Nacional do Livro.

Entre 1970 e 1971, **Geração do Deserto** tornou-se o roteiro para um filme do jornalista e cineasta Sylvio Back, denominado **Guerra dos Pelados**. O filme ganhou cinco prêmios nacionais, além de uma menção especial na II Semana Internacional de Cinema de Autor em Málaga (Espanha), tendo ainda sido exibido no Festival de Cinema de Berlim (Alemanha).

Nesses anos todos, Guido Wilmar Sassi vem participando de diversas coletâneas e antologias de contos, como por exemplo: **Contistas Novos de Santa Catarina** (1954); **Maravilhas do Conto Moderno Brasileiro** (1958); **Antologia do Novo Conto Brasileiro** (1964); **Panorama do Conto Catarinense** (1971); **Assim Escrevem os Catarinenses** (1976); **Amor à Brasileira** (1987). Percebe-se que os contos mais publicados são *Noite e Cerração*.

Guido Wilmar Sassi, em entrevista ao escritor Salim Miguel²², afirma “até que um autor encontre o seu modo próprio, seu estilo não passa de uma colcha de retalhos”. Sua afirmação nos remete ao estudo de Julia Kristeva (1974, p. 64) sobre intertextualidade, no qual ela atesta que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto”, bem como lembra o conceito fundamental de M. Bakhtin, ou seja, o universal dialogismo – linguagens e textos se constituem de permanentes e inesgotáveis diálogos, pois a palavra que se usa já vem carregada ideologicamente pelo seu uso anterior por outras pessoas.

Sassi é estudado por diversos pesquisadores da Literatura Catarinense. Destacamos **Introdução à História da Literatura Catarinense** (1958, p. 130) de Osvaldo Melo Filho; **Catarinensismos** (1974, p. 105-114) de Theobaldo C. Jamundá; **Aspectos da Narrativa de Guido Wilmar Sassi**²³ (1977) de Heloisa Helena Clasen Moritz; **O Regionalismo na Literatura de Guido Wilmar Sassi**²⁴ (1979) de Lionete Neto Garcia Melo; **A História de Santa Catarina** (1979, p. 118-9) e **A**

²² MIGUEL, Salim – Série de 14 longas entrevistas publicadas em **O Estado**, Florianópolis/SC, no ano de 1983, respectivamente em 07, 10, 14, 17, 21, 24 e 28 de setembro; 01, 05, 08, 12, 19, 22 e 26 de outubro. (XI, 12/10/83)

²³ MORITZ, Heloisa Helena Clasen. **Aspectos da Narrativa de Guido Wilmar Sassi**. – Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Letras – Literatura, Florianópolis/SC, Janeiro de 1977.

²⁴ MELO, Lionete Neto Garcia. **O Regionalismo na Literatura de Guido Wilmar Sassi**. – Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Letras – Literatura Brasileira, Florianópolis/SC, Dezembro de 1978.

Literatura Catarinense (1985, p. 135-6), ambos de Celestino Sacht; **Aníbal Nunes Pires e o Grupo Sul** (1982, p. 47-54, livro no qual GWS é considerado a mais expressiva revelação do Grupo Sul) e **A Literatura de Santa Catarina** (1992, p. 30-1), ambos de Lauro Junkes; **A Literatura em Santa Catarina** (1986, p. 69-73) de Janete Gaspar Machado e **A Literatura Catarinense em Busca de Identidade: o romance** (1994, p. 47-118) de Antônio Holfeldt.

O escritor firma-se nacionalmente, sendo mencionado na **Grande Enciclopédia Delta Larousse** (1973, p. 6180); no **Dicionário Literário Brasileiro** (1978, p. 618-9) de Raimundo de Menezes e, também, na **Enciclopédia de Literatura Brasileira** (1989, p. 1223), sob a direção de Afrânio Coutinho. Além disso, Sassi é referido como representante catarinense da tradição cultural regionalista em **História Concisa da Literatura Brasileira** (1978, p. 480) de Alfredo Bosi e **História da Inteligência Brasileira** de Wilson Martins (1977-8, p. 322 e 388).

Enfim, considerado um expoente da Literatura Catarinense, Sassi²⁵ e sua obra tornaram-se motivo para diversos estudos que resultaram na publicação **Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania** (1992), organizada por Iaponan Soares e Salim Miguel, lançada pelas editoras da UFSC e Lunardelli. Segundo os autores, “este volume, comemorativo dos

²⁵ O Prof. Lauro Junkes informa que, com razoável certeza, pode-se afirmar que este escritor já foi ficcionalizado e transformado em personagem: Roberto Gomes, nascido em Blumenau e atualmente Professor de Filosofia na UFPR, já com diversas obras de ficção publicadas, editou recentemente um romance vigorosamente denso – **Os Dias do Demônio** (Porto Alegre: Mercado Aberto/ São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995) – cuja ação se situa na região Sudoeste do Paraná, onde explodem épicas lutas dos colonos para manterem a posse de suas terras, contra os jagunços profissionais, contratados pela Companhia para eliminar os ocupantes da terra, nos tempos de Lupión. Na parte final da narrativa – “As Portas do Inferno”-, quando os colonos se organizam e enfrentam, destemidos, os jagunços mercenários, aparece entre os homens da terra uma personagem chamada Guido Sassi. Considerando temática e contexto, não deverá tratar-se de simples coincidência de nome. Essa personagem se vivifica da forma seguinte: “Guido Sassi, que viera de São Miguel, aproveitou para ir até a churrasqueira, retirou um naco de carne gorda e voltou dizendo: se tivesse uma zabumba, umas mulheres, a gente fazia um baile.” (p. 296) Ou: “Joanin (...) examinou (...) nas mãos de Guido Sassi, que abriam e fechavam como se estivessem a cada segundo disparando a winchester...” (p. 300). Ou ainda, quando

70 anos do escritor, visa dar um panorama abrangente de sua trajetória como ser humano e como escritor.”

De toda a sua obra, escolhemos trabalhar com **Geração do Deserto**, por tratar-se de um romance que aborda a Guerra do Contestado. Além disso, por ser a primeira narrativa literária catarinense sobre esse episódio histórico, não poderíamos omitir referência a ela nesta dissertação, nem análise da mesma, cujo objeto de estudo busca as soluções intertextuais entre história e ficção.

II – GERAÇÃO DO DESERTO

Mesclando ficção à história catarinense, Guido Wilmar Sassi aborda a Guerra do Contestado no romance **Geração do Deserto**. Ironia do destino ou mera coincidência, a narrativa foi publicada quase cinquenta anos depois do término do levante caboclo e no início da ditadura militar brasileira. O escritor chegou a ter problemas com a censura. Na verdade, conforme Sassi nos revela²⁶, o romance fora apresentado em 1962 a uma editora de São Paulo (não cita o nome), cujo editor quis cortar diversas passagens, mutilando, assim, todo o texto. Na época, a editora ofereceu uma vultosa indenização para que desistisse da publicação e se calasse. Aceitou. Porém, guardou as provas tipográficas da primeira versão, a título de curiosidade, mas não por muito tempo. Os tempos eram sombrios. **Geração do Deserto** teve sua primeira edição em 1964, pela Editora Civilização Brasileira. Uma segunda edição, em 1982, divulgada pela Editora Movimento de Porto Alegre em co-edição com a Fundação Catarinense de Cultura de Florianópolis, comprova a importância da obra, esgotando-se novamente.

De acordo com o escritor Carlos Heitor Cony (1979, p. 28-32), Guido Wilmar Sassi foi, na área da Literatura, um dos fundadores do “Comando dos Trabalhadores Intelectuais”, no Rio de Janeiro, em 1963. Na publicação d’ “O Manifesto dos Intelectuais”, em dois jornais vespertinos da capital fluminense, os intelectuais signatários foram acusados de comunistas por um grupo de democratas.

Toda essa perseguição política fez com que Sassi se calasse. Foram quase vinte anos de “silêncio”, entre a publicação de **Geração do Deserto** (1964) e **O Calendário da Eternidade** (1983). O próprio escritor

²⁶ MIGUEL, Salim. id. ibid. XIII, 22/10/83.

nos revela: “O ficcionista cria, ou deixa de criar, em sinal de protesto. Se os gritos são considerados sinal de protesto, o silêncio também o é. Eu preferi calar-me, protestando sempre. Eu mesmo coloquei a mordaca em minha boca: foi meu jeito de gritar contra.”²⁷

Da mesma forma, na década de 70, no auge da ditadura, o filme **Guerra dos Pelados**, de Sylvio Back, baseado na narrativa de Guido Wilmar Sassi, foi censurado. Conforme o próprio cineasta esclarece, “o filme investe-se emblematicamente no papel de baixo relevo ficcional de uma reforma agrária autóctone, que se queria legal e respeitada de gatilho em riste. E não foi à toa que a censura da ditadura Medici soube com argúcia ferir exatamente os diálogos em que aparece a palavra-chave ‘terra’ como sinônimo de liberdade e esperança. O filme pernoitou em Brasília por mais de seis meses.”²⁸ Na época da exibição do filme no Festival de Cinema de Berlim, de acordo com Back, “um crítico alemão escreveu que não podia acreditar naquelas imagens de violência, pois do Brasil conhecia seu espírito cordial e conciliatório, e de sua paisagem guardava a luz do Nordeste e que, certamente, meu filme fora filmado no Canadá (para fugir dos braços da censura do regime Medici).”²⁹ Posteriormente, em uma reportagem do jornal **Diário Catarinense**, realizada por Zeca Pires³⁰, sobre uma Mostra de Filmes *Noutra Margem* com realizações de Sylvio Back, encontramos a fala do mesmo, na qual se percebe o motivo para a censura: “escrevi e dirigi filmes que vão direto à jugular da crônica não oficial do Brasil e da América Latina. Fui ao sótão dessa história soterrada, habilmente escamoteada. É com esse prazer, o de mesclar ficção, realidade e simulacro dela, que construí minha obra de 31 filmes.”

²⁷ MIGUEL, Salim. id. ibid. I, 07/09/83.

²⁸ BACK, Sylvio. “A saga dos ‘pelados’ ” In: Revista **Afinal**, 08/07/1986, p. 48-55 (p.50)

²⁹ id. ibden. p. 49

³⁰ PIRES, Zeca. “A Margem que o Brasil Desconhece”. In: **Diário Catarinense** – Revista DC – Florianópolis, 28 de agosto de 1994. (p. 6-7)

Convém ressaltar que **Guerra dos Pelados** é um filme de longa-metragem, produzido por um cineasta catarinense de nascimento, baseado no romance **Geração do Deserto**, de um escritor também catarinense. Além disso, as filmagens foram realizadas na cidade de Caçador, no Centro-oeste de Santa Catarina, na região do Contestado. A história se passa no reduto de Taquaruçu, em 1913. Sobressaem os dramas pessoais das personagens Nenê e Ricarte Branco, sem esquecer do drama coletivo do povo sertanejo, inclusive apontando suas causas e o inevitável confronto bélico com as tropas federais. Alguns atores do elenco são conhecidos nacionalmente, como Jofre Soares (“Pai Velho”), Stênio Garcia (“Nenê”) e Otávio Augusto (“Ricarte Branco”). A luta da posse da terra é mostrada com todas as suas crueldades, com cenas de torturas e degolas explícitas. No entanto, o filme termina quando o povo sertanejo foge de Taquaruçu em direção a Caraguatá. Um sinal de vida, de esperança de encontrar seu lugar, sua terra prometida. A guerra ainda não havia terminado, e, por isso, fica em aberta a questão acerca de quais foram os vencedores e quais os vencidos.

No âmbito do paratexto, é interessante observar que, na primeira edição de **Geração do Deserto**, o desenho de capa, de Eugênio Hirsch, nos leva a múltiplas leituras. Dividida em quatro partes (como a narrativa!), três possuem o fundo na cor rosa e uma em amarelo. Esta última contém apenas o nome do escritor. No entanto, o amarelo, segundo o **Dicionário de Símbolos** (1993, p. 40-2), pode indicar “um caminho de comunicação nos dois sentidos, um mediador entre os homens e os deuses”, papel desempenhado por Sassi. Caberia, aqui, a denominação dada ao

escritor pelo professor e crítico literário Celestino Sachet³¹ de “escritor-monge”. Por outro lado, o amarelo também “é a cor da terra fértil”, composição do planalto catarinense. O cor-de-rosa das demais partes, em um tom forte, causam um certo impacto. Afinal de contas, o romance não é um “mar de rosas”, no qual todos acabam felizes, e sim, a representação de uma guerra. Uma das partes cor-de-rosa mostra um caboclo, “pelado” (de cabeça raspada), com uma espada de madeira na mão, representando o homem sertanejo. Ao lado desta, a outra parte apresenta o trem de ferro, que, se para uns era sinônimo de modernização e progresso, para outros era a espoliação de suas terras. As nuances da cor, de rosa para o vermelho, nos fazem pensar no sangue das tantas mortes causadas pela construção da estrada de ferro e a conseqüente guerra. Essas duas partes juntas nos lembram a personagem Nenê, um rapaz deficiente mental que resolve enfrentar o “Dragão de Ferro” para mostrar valentia e, assim, poder casar-se com a filha do Imperador Rocha Alves. Salientamos, ainda, que o trem é uma das profecias de São João Maria. Já na última parte, aparece apenas um borrão, uma mancha, na cor amarela, que aguça a inteligência. Como se uma borracha estivesse agindo no tempo passado, não para apagá-lo totalmente, mas sim para poder fazer novas leituras do episódio bélico do Oeste catarinense e, assim, compreender o tempo presente. Dessa forma, toda a ilustração identifica-se com o texto de contracapa do escritor Esdras do Nascimento, ao afirmar que “o novo romance de Guido Wilmar Sassi despertará sensações fortes no leitor e o levará, estou certo, à conscientização de um problema gravíssimo (o da terra), que tem servido de assunto a muita discursão oficial, mas continua, inalterado a desafiar a coragem e a capacidade de decisão dos homens públicos e do governo do País.”

³¹ SACHET, Celestino. “A Memória, o Mito e a História na Geração do Deserto”. In: SOARES, I & MIGUEL, S. (org.) *Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania*. Florianópolis: Ed. da UFSC e Lunardelli, 1992. p. 102

Nesse sentido, o desenho de capa da segunda edição, de Mário Röhnelt, retrata o problema da posse de terra pelos sertanejos do Contestado. A cor marrom do fundo atesta essa idéia. A cruz empunhada nos remete ao messianismo. Homens em meio às armas brancas, pintados de preto, com rostos desfigurados, nos lembram a figura da morte. Seus semblantes sombrios nos levam a duas interpretações. Se por um lado eles são considerados fanáticos, por outro estão apenas lutando com todas as garras por suas terras. Uma verdadeira briga de foice.

O prefácio da segunda edição, do escritor Salim Miguel - “velho amigo” de Guido Wilmar Sassi -, fala da importância de **Geração do Deserto**, ao mesmo tempo que levanta hipóteses para sua repercussão. “Não compreendo é a pequena repercussão que ele teve. Quem sabe, o ano: 1964. Outra hipótese: pedia-se muito uma literatura urbana. Como se esta, também necessária, é lógico, fosse impeditiva de uma ficção de cunho rural, que mostrasse os problemas do nosso interior quando sabemos que o Brasil tem um processo de urbanização montado num sistema agrário retrógrado e iníquo, repleto de vícios, contradições e conflitos. E teu livro, dentro de tua resposta, era (é) um retrato de tudo isto. O Contestado não teve, como Canudos (ao qual sob muitos aspectos se assemelha) o seu cronista do dia-a-dia (...). Faltou-lhe, numa palavra, um Euclides da Cunha.” Esta última frase, inclusive, transformou-se em um lugar-comum, pois pode ser encontrada em inúmeros artigos e resenhas que tratam de **Geração do Deserto**.

Em contrapartida, segundo o crítico literário Alfredo Roberto Bessow³², “a saga do Contestado se não teve um cronista a descrever os acontecimentos, a exemplo do que ocorreu em Canudos, ressurgiu graças a

³² BESSOW, Alfredo Roberto. “Romance do Contestado”. In: *Jornal O Estado*, Florianópolis/SC, 01/07/84.

abnegação de alguns, cientes da importância de preservar a veracidade dos dados históricos para a manutenção de uma identidade própria de povo.”

O título **Geração do Deserto** nos leva à **Bíblia**, na parte que narra a história de Moisés, o escolhido por Deus para libertar o povo de Israel. Ele guiou esse povo pelo deserto, durante quarenta anos, a fim de levá-lo à Terra Prometida. Aliás, essa “Terra Prometida” nada mais representava do que a recuperação daquilo que tinha sido do povo de Israel. Esse povo se iniciara com Abraão, que viera das terras de Ur para a região de Israel. Mais tarde, sempre segundo relata o livro do **Gênesis**, nos tempos do patriarca Jacó, fome e carestia (sete vacas magras engolindo as gordas) devastaram essa região e Jacó, com seus filhos – que formariam as doze tribos de Israel –, aceitou o convite do seu filho José – desprezado e vendido por seus irmãos, mas elevado à suprema confiança do Faraó do Egito – e foram todos morar nas terras férteis banhadas pelo rio Nilo. Passadas dezenas de anos, morto José, os israelitas descendentes de Jacó foram reduzidos à escravidão pelos Faraós. E então interveio o enviado de Deus, Moisés, para libertar o povo escolhido e reconduzi-lo à sua terra de direito, a Terra Prometida, fatos pormenorizadamente narrados no livro do **Êxodo** (= saída). Assim como os judeus, os caboclos da região contestada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná lutavam por sua terra. Entretanto, se os judeus haviam anteriormente deixado a sua terra e, no estrangeiro, foram oprimidos e escravizados, ansiando por retornar à liberdade da sua terra, os caboclos do sertão catarinense foram espoliados e expulsos da terra que estavam ocupando, que consideravam sua por posse e produção, por vezes já há muito tempo. A terra do Oeste catarinense era motivo de cobiça nacional e internacional. Portanto, a luta se fazia necessária, pois os caboclos haviam sido expulsos da mesma. Outra diferença pontua o distanciamento. Enquanto no Deserto do Sinai a região é árida e improdutiva, no planalto catarinense a terra é fértil, com muitas riquezas

naturais - madeiras e erva-mate. O escritor retira da **Bíblia** a epígrafe para a sua narrativa, enfatizando a comparação do povo sertanejo com o povo israelita, ambos povos em marcha, em luta, em reivindicação da terra que era sua. Encontramos, ainda, outra semelhança: se no relato bíblico o líder do povo, Moisés, morre antes de entrar na terra da promessa, também nas lutas do Contestado, o líder José Maria é morto no primeiro combate.

Um estudo mais aprofundado sobre a intertextualidade da **Bíblia** na narrativa de Guido Wilmar Sassi encontramos no artigo de Celestino Sachet³³. Sua “leitura eclesiástica”, além de fazer diversas relações, apresenta, ainda, uma visão do “deserto voluntário” do escritor, relacionado com seus longos anos de silêncio. Posicionando-se na perspectiva paranaense, a professora Marilene Weinhardt³⁴ estuda “A Dimensão Bíblica dos Seguidores de José Maria”, através do romance **Geração do Deserto**.

A pretexto de curiosidade, observamos que a relação de Sassi com a **Bíblia** é antiga. Autodidata desde a infância, foi no sótão de sua casa em Campos Novos/SC que ele leu todos os livros lá encontrados, e que não eram poucos. De acordo com o escritor, “tópico especial merece a **Bíblia**, um dos tesouros que descobri no baú do sótão. Exemplar sem capas e sem índice, sem as páginas iniciais e sem as finais. Fui lendo aquele livro estranho, um pedaço aqui, outro ali, como quem lê ficção, pois, realmente, eu não sabia tratar-se da **Bíblia**, o que só vim a descobrir mais tarde,

³³ SACHET, Celestino. id. ibid. p. 85-105.

³⁴ WEINHARDT, Marilene. **Mesmos Crimes – Outros Discursos? Algumas narrativas sobre o Contestado**. Trabalho apresentado como tese para o Concurso de Professor Titular de Literatura Brasileira na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995. Neste trabalho, a autora aborda a Guerra do Contestado, analisando discursos não-ficcionais de um lado (Jornal **Diário da Tarde**, de Curitiba, da época do conflito e **A Campanha do Contestado**, volumes 1 e 2, do Ten. Herculano Teixeira d’Assumpção, 1917/8) e do outro discursos ficcionais (**Eles Não Acreditavam na Morte** – 1978, de Frederecindo Marés de Souza; **Casa Verde** - 1963, de Noel Nascimento; **Geração do Deserto** – 1964, de Guido Wilmar Sassi e **Guerra Camponesa do Contestado** – 1979, de Jean-Claude Bernadet). Nessas análises, Marilene Weinhardt busca os “comportamentos metodológicos que lhe permitem desmontar o discurso verbal, percebendo-o como simulacro e meio de cooptação.”

quando notei semelhanças entre alguns trechos e uns livros de **História Sagrada**, editados então.”³⁵

Na visão do crítico literário Antônio Hohlfeldt, existe uma outra interpretação da expressão: “A ‘geração do deserto’ é também, (...) o povo absolutamente carente e descrente de tudo e de todos, que nada tem e terminará por se agarrar ao mínimo que lhe derem, a menor expectativa de futuro, como aquela trazida por José Maria.”³⁶ Dessa forma, o problema da posse de terra está embutido no título.

Ainda sobre o título. Na entrevista de Guido Wilmar Sassi concedida ao escritor Salim Miguel³⁷, encontramos uma outra leitura possível. Sassi, ao falar de seu livro **Amigo Velho**³⁸, cujo tema é a exploração do pinheiro, afirma ter rompido com a literatura da época, ao retratar a “ganância do homem explorador do homem, que, em sua imprevidência, não se lembra que, ao devastar as matas, está apenas plantando desertos.” A leitura seria, portanto, a *geração do deserto* vista como o povo sertanejo, sem terra, espoliado pelas companhias estrangeiras. Companhias que, aliadas ao Governo Federal e aos coronéis da região, devastaram as matas do planalto catarinense, formando, assim, o deserto barriga-verde. Deserto este que se tornou o chão de muitos caminhantes, entre eles o próprio escritor³⁹: “eu também enveredaria na direção de caminhos ainda não palmilhados, trazendo para o romance, pela primeira vez, o jagunço, crente e adepto dos monges João Maria e José Maria. Pela primeira vez a Campanha do Contestado teria tratamento ficcional.”

Gostaríamos de acrescentar que, em sua tese de doutoramento, intitulada **Figurações do Passado: o romance histórico contemporâneo no Sul** (1994), a autora também trabalha com a narrativa **Geração do Deserto**, de Guido Wilmar Sassi.

³⁵ MIGUEL, Salim. id. ibid. XI, 12/10/83.

³⁶ HOHLFELDT, Antônio. “Ficção e Realidade”. In: SOARES, I & MIGUEL, S. (org.) **Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania**. Florianópolis: Ed. da UFSC e Lunardelli, 1992. p. 70.

³⁷ MIGUEL, Salim – id. ibid. VII, 28/09/83.

³⁸ SASSI, Guido Wilmar. **Amigo Velho** – 2ª ed. Porto Alegre/RS: Editora Movimento, 1981.

³⁹ MIGUEL, Salim. id. ibid. VII, 28/09/83.

Guido Wilmar Sassi constrói **Geração do Deserto** em quatro partes: Irani, Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria – locais onde os caboclos formaram seus redutos e onde ocorreram as maiores lutas armadas entre os sertanejos e as tropas federais.

A narrativa é dividida em quatro partes, sendo que a última delas é subdividida em quarenta capítulos. Lembre-se que a geração do deserto de Moisés levou quarenta anos para chegar à Terra Prometida. Embora o percurso do Egito até Israel não justificasse tão demorado caminhar, interpreta-se esse período de quatro décadas como uma exigência de Deus para que houvesse substituição de gerações, ou seja, para que os hebreus acostumados com a cultura e civilização pagãs do Egito morressem, a fim de que a nova terra recebesse também uma nova geração, liberta de mentalidades contaminadas. Afinal, não é apenas a geração jovem – Tadeu e Valentim e a “mãe” Luzia que logram chegar ao “outro lado”, num vislumbre final de terra prometida (p. 175)? Além disso, a Guerra do Contestado durou quatro anos (1912-1916). Essa intertextualidade, expressa na voz da personagem Mané Rengo, revela o desânimo e a falta de força dos mais velhos.

- Seu Elias e a Bíblia é que tão certos. A nossa gente é da geração do deserto, que nem o povo de Moisés. A geração velha dos judeus ficou quarenta anos no deserto, e nenhum dos velhos entrou na Terra Santa. Faz quatro anos que a gente anda nesta guerra, meu compadre. Vamos morrer todos. Essa terra que você vê aí não vai ser nossa... (p. 147-8)

De acordo com o **Dicionário de Símbolos** (1993, p. 757-8), quarenta “é o número da espera, da preparação, da provação ou do castigo.” A **Bíblia** nos fornece os seguintes exemplos. Espera e preparação: Moisés é chamado por Deus aos quarenta anos, ele passa quarenta dias no cume do Sinai. Provação e castigo: os hebreus infiéis são condenados a errar

quarenta anos no deserto. A **Bíblia** voltará, mais adiante, nos Evangelhos, a ressaltar que Jesus, ao preparar-se para sua missão pública, passa antes quarenta dias no deserto, onde é, inclusive, tentado pelo demônio. No mesmo dicionário, encontramos a interpretação dada por R. Allendy, para quem “este número marca a realização de um ciclo, um ciclo, entretanto, que deve chegar, não a uma simples repetição, mas a uma mudança radical, uma passagem a uma outra espécie de ação e de vida.”

Quanto ao número quatro, encontramos no **Dicionário de Símbolos** (1993, p. 758-762) diversos significados. Entre eles destacamos as ligações simbólicas do quatro com as do quadrado (formação dos Quadros Santos nos redutos de José Maria) e da cruz (presente também nos redutos). “Sua relação com a cruz fazia dele um símbolo incomparável de plenitude, de universalidade, um símbolo totalizador.” Além disso, “a quaternidade constituía um axioma fundamental na busca da Grande Obra e na procura da Pedra Filosofal.”

O enredo do romance de Sassi gira em torno da vida dos sertanejos nos redutos. Mostra o dia a dia daquele povo, que vivia “independente” da sociedade. Havia uma hierarquia de poder. O líder e os Pares de França conduziam e organizavam o grupo, seja nos treinamentos de luta, seja nas rezas, ou mesmo nas festas. O dinheiro da República não valia nada para eles. Tudo que eles tinham era dividido fraternalmente. O que importava era que estivessem junto do monge, lutando por um ideal.

A influência da **História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França**⁴⁰ nos ensinamentos de José Maria para o seu povo não passa despercebida em **Geração do Deserto**. Essa relação intertextual perpassa todo o romance. Já no início, o narrador nos dá a dimensão desse poder:

⁴⁰ FLAVIENSE, Alexandre Caetano Gomes. **História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França** – Traduzida do castelhano por Jeronymo Moreira de Carvalho. Rio de Janeiro/RJ: Livraria Império, s.d.

José Maria abria um volume - *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França* – e lia, em voz alta, as aventuras de Roldão e de Oliveiros, de Urgel e de Ricarte, de Nemé e de Gui de Borgonha. (...) A figura de Carlos Magno, o heróico imperador francês, mexia com a imaginação deles. Seus Doze Pares, invencíveis em todas as refregas, serviam-lhes de exemplo e de modelo. Eles precisavam organizar-se e defender-se. (p. 21)

A escolha de vinte e quatro homens, e não doze, para serem os Pares de França de José Maria, justifica-se na confusão do monge ao denominá-los, como podemos perceber no diálogo do monge com seus fiéis seguidores:

- Você! O seu nome?
- Lauro Machado de Oliveira. (...)
- Deixe ver... Liveira... Liveira pra Oliveira... Oliveiros. Você também vai ser meu Par de França. Vai se chamar Oliveiros.
Coco falou:
- Mas... Seu José Maria... Oliveiros já tem um: eu.
- Não faz mal. É assim mesmo. Por isso que é *par*. Tem que ser dois mesmo. Vocês fazem um *Par*: dois Oliveiros. (p. 22)

José Maria realmente desconhecia o significado da insígnia Par, ou aproveitou-se da ingenuidade dos sertanejos para corrigir um engano seu? A ambigüidade fica no ar. Essa inusitada guarda de honra é citada várias vezes na narrativa ficcional, como podemos perceber na voz do narrador nas passagens abaixo:

Bem atrás, junto ao monge, constituindo-lhe a guarda de honra, os Doze Pares de França, em número de vinte e quatro. (p. 42)

E então, lá no outro extremo do reduto, no meio de uma picada, surgiram novos jagunços montados, trazendo bandeiras brancas. Eram os Doze Pares de França, em número de vinte e quatro. (p. 46)

Logo em seguida, o narrador, ao expressar o pensamento do líder caboclo Elias de Moraes, parece colocar fim à ambigüidade, dando

como certo o engano do monge José Maria quanto ao significado da expressão Par:

A princípio Elias estranhara o número dos Pares, mas logo dera pelo engano do monge, para quem a palavra par significava, tão somente, a reunião de duas pessoas ou objetos. Pensou em retificar o erro, mas, como se tratava de uma instituição criada pelo próprio José Maria, resolveu o contrário, pois os caboclos consideravam uma honra pertencer à Ordem. (p. 56)

No entanto, os nomes dos soldados do imperador Carlos Magno foram copiados, literalmente. Oliveiros (Aparício Borges e Lauro Machado de Oliveira); Ricarte (Vitorino e Aristides Mota); Urgel de Danoa (José de Souza); Guarim de Lorena (Daniel); Jofre, senhor de Bordéus (Gasparino Melo); Roldão, conde de Cenóbia, Gui de Borgonha; Lamberto de Bruxelas; Hoel; Nemé; Bosim de Gênova e Guadeboa; e Tietri, duque de Dardânia. (GD, p. 21-3) E, assim, formou-se a Ordem dos caboclos do planalto catarinense. Inclusive o costume de dar nomes às suas espadas o povo sertanejo “importou” do Exército francês, como podemos verificar na seguinte passagem, na voz do narrador:

Puseram abaixo as árvores e escolheram os melhores galhos. Depois, pacientemente, deram-lhes o formato de facões e espadas. E surgiram a Altaclara e a Fambergue de Oliveiros, a Durindana de Roldão, a Corante e a Salvagina de Urgel, a Joioza de Carlos Magno. Esgotaram todos os nomes das armas famosas dos Pares de França. A imaginação arranhou outros: Corta-vento, Rompe-ferro, Caboclinha, Melindrosa. (p. 36)

É interessante observar que a insígnia Par de França é transcrita literalmente, revelando o imenso poder da história do imperador francês Carlos Magno sobre o povo sertanejo. Senão, os caboclos poderiam ter sido chamados de *Pares do Brasil*, por que não?! Afinal de contas, conforme o **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** (1986, p. 1264), um dos conceitos de par é “membro da Câmara dos Lordes, na Inglaterra”.

O narrador, em terceira pessoa, distancia-se dos fatos narrados, enquadrando-se na categoria de narrador heterodiegético. Mas, fala em nome do povo da região, colocando-se ao seu lado. A estrutura da narrativa é formada por duas vertentes. Uma visão geral, relacionada com a história, na qual encontramos “personagens verídicas”, como o monge José Maria, o chefe militar João Gualberto, os coronéis Francisco de Albuquerque e Henrique de Almeida, os líderes dos caboclos: Elias de Moraes e Adeodato, as videntes Teodora e Maria Rosa. E uma visão particular, relacionada com a ficção, na qual encontramos as “personagens ficcionais”, como Lauro Liveira, Júlia e os filhos Tadeu e Gracinda; Mané Rengo, Luzia e o filho adotivo Valentim; Zeferina e o filho Nenê; o cego Tavinho e o leproso Tibúrcio, entre outros. Para Antônio Hohlfeldt, Guido Wilmar Sassi construiu essa galeria de personagens ficcionais em paralelo com as personagens históricas, “e centraliza sua atenção naqueles que, numa espécie de contraponto, conduzirão, efetivamente, a ação romanesca no sentido que lhe interessa.”⁴¹

Veremos, a seguir, alguns núcleos de personagens fictícias que faziam parte do povo de José Maria, com o intuito de mostrar como as causas da Guerra do Contestado estão imbricadas à ficção no romance **Geração do Deserto**:

- Lauro de Oliveira perdera os pais e irmãos na disputa pela terra com a Companhia de Colonização; ao entrar para o reduto torna-se Par de França (“Oliveiros”), casa-se com Júlia, com quem tem dois filhos: Tadeu e Gracinda (a menina morre de tifo no final).

- O casal Mané Rengo e Luzia também perde as terras para a Companhia de Colonização. Tornam-se amigos de Lauro e Júlia, sendo, inclusive, padrinhos de Tadeu e Gracinda. No caminho de um reduto para outro, encontram o menino órfão Valentim e o adotam. Mané Rengo torna-se uma

⁴¹ HOHLFELDT, Antônio. id. ibid. p. 68.

personagem importante, à medida que continua lutando pelos ideais de seu povo, na esperança de um mundo melhor, apesar das dúvidas que vão surgindo.

- José de Souza, “Gegé”, fugitivo da cadeia de Campos Novos, ao entrar para o reduto torna-se um dos Pares de França (“Urgel de Danoa”). Passou a duvidar do patuá e do Bálsamo de Ferrabrás, quando foi ferido em uma batalha em Santa Maria. Com a fé abalada, suas dúvidas o atormentavam e ele foi perdendo a coragem, o cargo de Par de França, a mulher, a auto-estima. Quis tirar a prova de fogo e atira em si mesmo. Se o patuá e as orações tivessem força, ele ressuscitaria no Exército Encantado de São José Maria.

- Gasparino Melo era proprietário de uma pequena serraria, movida a engenho hidráulico. Sem condições de competir com a Lumber, resolveu entrar, juntamente com a sua família, para o reduto de José Maria. Torna-se Par de França (“Jofre, senhor de Bordéus”).

- D. Delminda é viúva e sozinha. Salvou a vida de Lauro Oliveira. Perdeu a filha, que se suicidou dias depois de ter sido desonrada por homens do coronel Ananias. No reduto trabalha como costureira e parteira.

- D. Zeferina Papuda é lavadeira e vende quinquilharias junto com o filho Nenê, que tem problemas mentais. Como o próprio nome indica, é uma “criança grande”, frágil tanto quanto. Nenê apaixona-se pela filha do Imperador Rocha Alves. A mãe intercede pelo filho, mas o Imperador exige uma prova de valentia: vinte orelhas de “peludo”. Nenê, apoiado por sua mãe, resolve enfrentar o “Dragão de Ferro” (trem), para cortar a cabeça. Ele morre e ela enlouquece totalmente. Aqui, encontramos mais uma relação intertextual. D. Zeferina narra contos de fadas para o filho, e ambos vivem “cambaleantes” entre o sonho e a realidade. Eles pertenciam ao mundo encantado de reis, príncipes, princesas e fadas. Nenê seria igual a São Jorge, sairia vencedor na luta contra o dragão, pois, segundo ela, o

filho “possuía poderes secretos, que lhe haviam sido dados pela fada Leonila, sua madrinha.” (p.66)

- Tibúrcio (leproso) e Tavinho (cego) também fazem parte do reduto. Uma referência à **Bíblia**. Jesus Cristo curou doentes, como os cegos e os leprosos. No entanto, na narrativa não há milagres desse tipo, apesar da fé dos sertanejos nos monges João Maria e José Maria. Como viviam às margens da sociedade (preconceituosa das suas deficiências), serviam de espiões para os caboclos, pois tinham acesso livre na cidade, e não causavam suspeitas às tropas do Exército. Além do mais, um faz companhia/ajuda ao outro. O nome de ambos começa com a letra “T”, pode fazer-nos lembrar tanto da cruz das deficiências como a muleta de entreatajuda. E, de fato, um escora o outro, nada mais. Não chegam a ser amigos. Ou irmãos, como era pregado nos redutos de José Maria.

Segundo os estudos da professora Heloísa Helena Clasen Moritz⁴², “o elemento histórico é importante, mas na medida em que funciona como núcleo do romance, pois que serve de ligação entre todas as personagens. Os conflitos pessoais dessas criaturas não estão unicamente subordinados ao desenrolar das lutas; problemas como amor, ódio, fome, nascimento, morte, vingança, etc... são típicos da criatura humana e acontecem em quaisquer circunstâncias.” **Geração do Deserto** não foge à regra. Dessa forma, encontramos esses conflitos pessoais em diversas personagens. José de Souza (“Urgel de Danoa”) mata Daniel (“Gui de Borgonha”) por ciúmes de Carolina (p. 87-9). Posteriormente, ao perder a fé nas orações e patuás, tira a própria vida com uma arma de fogo (p. 164-5). Aristides Mota (“Ricarte Branco”) era motivo de zombaria por não ter matado nenhum “peludo”. Mata Coco (“Oliveiros”) por engano (castigo por amar a “Virgem” Ana). Transtornado pelo fantasma de Coco, “Ricarte Branco” procura a morte, para aliviar seu sofrimento (p. 150-1). Doquinha

⁴² MORITZ, Heloísa Helena Clasen. id. *ibid.* p. 100.

mata Boca Rica (Par de França), por vingança e inveja, além de estar de olho em Belmira (p. 128-9). Infeliz por não ter conseguido nada com a viúva Belmira e por estar servindo de chacota em todo o reduto, busca a morte, ao entrar na trincheira desarmado e provocando com gestos obscenos a tropa federal (p. 158). É interessante observar que os próprios Pares de França se matam, uns aos outros. Além disso, Adeodato, o último líder, tirano e despótico, manda matar ou mata um dos líderes sertanejo, Eusébio Ferreira dos Santos (p. 116), sua própria mulher (p. 116), Aleixo Gonçalves (p.124) e a viúva de Vitorino, Jovina - grávida (p. 166-7). Esses conflitos das personagens, além de representar os sentimentos humanos, trazem à tona os ânimos da guerra, visto que essas intrigas entre os sertanejos começam a ocorrer no reduto de Caraguatá.

Conforme o professor e crítico literário Lauro Junkes⁴³, em **Geração do Deserto** o “autor obteve grande plasticidade na dramatização de cenas e na pintura da paisagem. Logrou imprimir vida e movimento tanto às lutas como também às cenas do viver diário.”

Todos esses episódios, particularizados, dão vida ao enredo ficcional, ao mesmo tempo que compõem o ambiente de desmantelamento das frágeis estruturas sociais da região contestada. Nesse sentido, percebe-se também o impacto que a modernização causou no sertanejo e a reação do mesmo a esse novo sistema.

Portanto, de acordo com Lauro Junkes⁴⁴, “não querendo fazer trabalho sociológico ou histórico, mas não podendo menosprezar esse substrato indispensável, deve-se afirmar, sob o prisma da crítica literária, que o romance logrou apreciável nível, tanto na sua organização de estrutura narrativa, como no seu lúcido enfoque humano-social.”

⁴³ JUNKES, Lauro. “O Contestado no romance de Sassi” In: *Jornal A Notícia*, Joinville, 28/02/1993, Anexo, p. 4.

⁴⁴ Id. *ibden.* p. 4.

Enfim, ao caminhar pelo “deserto” contestado, observamos alguns caminhos possíveis a serem trilhados. No entanto, sigamos em frente, em busca da intertextualidade entre ficção e história, razão de nossa caminhada.

III – O CAMINHAR PELO DESERTO

Nessa parte seguiremos a trilha da intertextualidade entre ficção e história. Apresentamos a Guerra do Contestado a partir do romance **Geração do Deserto**. Dessa forma, retiramos da narrativa ficcional as causas que determinaram a revolta cabocla, em contraponto com os episódios históricos relatados no primeiro capítulo desta dissertação.

A questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina é apresentada como um motivo a mais, e não como a principal causa do levante sertanejo. Essa circunstância histórica é representada na ficção através dos discursos de Juca Tavares, defensor dos direitos do povo catarinense:

- Então ser catarinense é crime? Desde quando? Essa desordem não pode continuar, meus amigos. Ninguém mais se entende. Um dia um catarinense apanha, pelo crime de ser catarinense, e logo no dia seguinte apanha de novo, pelo crime de não ser mais. Isso porque as fronteiras não são fixas. Um dia mudam para cá, e no outro mudam para lá. Esta zona do Contestado está virando numa terra sem lei e sem dono. Mas os donos verdadeiros somos nós, os catarinenses. E não é só o povo que está do nosso lado, meus amigos. Gente de influência também. (p. 12)

E, ainda, na voz do advogado de Canoinhas, que apóia o movimento caboclo, ao incitar o povo para a luta:

A fronteira de Santa Catarina devia estender-se, pelo direito, até os Campos de Palmas. No entanto, aquele município não é nosso, e sim do Paraná. E o nosso adversário, que não se contenta nunca, ainda quer que o seu território alcance o município de Lajes inteiro, quase lá nos limites do Rio Grande do Sul. É um trato de terras com mais de quarenta mil quilômetros quadrados em litígio. Este Contestado é um país, um mundo! É preciso que o Governo Federal tome providências

e ponha fim à contenda. Se isso não for feito, meus amigos, nós mesmos teremos de resolver a questão. Por bem ou pela força. (p. 13)

Os discursos inflamados de Juca Tavares pareciam não influenciar no modo de agir e de pensar do povo sertanejo, como podemos observar na voz do narrador:

Nada adiantava porém, ao povo do Contestado, os discursos de Juca Tavares. Ele não tinha poderes para impedir as correrias das forças policiais, as perseguições e os abusos. Somente um homem, ou melhor, um santo, seria capaz de dar juízo aos litigantes e terminar com a disputa: São João Maria de Agostinho. Por isso o povo esperava o seu regresso. (p. 13)

No entanto, na terceira parte da narrativa, percebemos que o caboclo passou a acreditar nas idéias do advogado Juca Tavares, depois de devidamente avalisadas por Elias de Moraes. Haja vista o diálogo entre mãe e filha, no reduto de Caraguatá:

- Credo, minha filha! Não cante isso! Não presta cantar essa modinha.
- Por quê, mãe?
- Essa cantiga é da guerra, não ouviu seu Elias dizer? A guerra também é por causa dessa briga entre o Paraná e Santa Catarina. Não presta cantar isso.
- Ara, mãe... Deixe... (p. 86)

O coronelismo, sistema sócio-político da região do planalto catarinense, é apresentado com suas influências e seus desmandos como um dos motivos da Guerra do Contestado, tanto pelo abuso de poder, como pelo problema da posse de terra. A primeira referência encontramos no diálogo entre as personagens José de Souza e Vitorino:

O negro gostava de falar, e foi logo contando sua vida:

- Me cansei de ser agregado do coronel Tidico. Não digo que passasse mal, e também nunca senti fome, mas me aborreci de trabalhar que nem cativo pra engordar ricaoço. Mais dia, menos dia, o coronel me tocava mesmo das terras dele. Resolvi sair antes, por minha conta. Agora vou indo pro Espinilho, lá onde mora o monge São José Maria.

- Então vamos juntos. (p. 17)

Outra referência encontramos na história de D. Delminda (como já vimos anteriormente), velha e viúva, que se integrou ao grupo de José Maria, no relato do narrador, mas na visão da personagem:

Nada a prendia ao ranchinho onde morava, a não ser a sepultura da filha. Natalina se matara, anos antes, mas a velha jamais contara a causa do suicídio. Depois de haver sido desonrada pelos filhos do coronel Ananias, a moça dera para definhar e entristecer, até que um dia amanheceu enforcada numa trave do rancho. Delminda sabia ser inútil pedir reparação ao mal que lhe causaram à filha. Coronel viera ao mundo para aquilo mesmo: desonrar as mulheres e mandar surrar, castrar ou matar os homens. Outra serventia não tinha. (p. 18)

Fora os coronéis Tidico e Ananias (personagens históricos ou ficcionais?), encontramos a personagem histórica Coronel Francisco de Albuquerque, Intendente de Curitiba, com o qual José Maria cultivou uma grande inimizade. Ao longo da narrativa, o referido coronel é apresentado pelo narrador como Cel. Chiquinho. No entanto, seu nome, Francisco de Albuquerque, surge apenas na última parte da narrativa, quando os caboclos invadem a vila de Curitiba, em uma jura de morte. O narrador relata esse episódio:

Há muito que os jagunços vinham prometendo um ataque à vila de Curitiba. (...) Entraram, mataram gente, saquearam e incendiaram casas. O coronel Chiquinho não encontraram, ele se refugiara na capital do Estado. Mas o coronel Francisco de Albuquerque era um homem a quem o monge havia *jurado o couro*, era um homem marcado. Oportunidades haveria, no futuro, para que os caboclos se vingassem do velho inimigo. Ele

podia esconder-se até no inferno. Lá mesmo iriam à sua procura, e haveriam de acabar com a sua raça. (p. 115)

Observamos, porém, que a morte do coronel não é representada nessa ficção.

De acordo com a visão do narrador, a força do coronel estava nos diversos homens que trabalhavam sob as suas ordens, mais conhecidos por capangas. Várias passagens demonstram essa relação de poder. Uma relatada pelo narrador:

Acontecia que nem todos os fazendeiros estavam dispostos a auxiliá-los, oferecendo-lhes gado. Muitos escorraçavam-nos de suas terras. Outros chegavam mesmo a desrespeitá-los e atacá-los. Uns homens do coronel Chiquinho haviam desfeitoado uma das moças do reduto. Os caboclos não puderam tirar satisfação alguma, nem limpar a afronta, porque, ante os capangas bem armados do coronel, sentiam-se fracos e indefesos. (p. 21)

E a outra passagem retiramos do diálogo entre os Pares de França e o monge José Maria:

Os capangas do coronel Chiquinho tão sempre aqui em roda do Quadro Santo, fazendo estrepolias e provocando a gente. É preciso dar um jeito neles. (p. 29)

Além disso, a narrativa ficcional aborda os vários motivos que alimentaram a rixa entre o Cel. Francisco de Albuquerque e o monge José Maria. No sétimo capítulo da primeira parte do romance, encontramos a visão do monge José Maria, para quem a perseguição do coronel tinha causas múltiplas. Primeiro, o coronel teria ficado bravo quando ele não quisera ir em sua casa curar uma neta. Depois, o coronel telegrafou para a cidade vizinha, pedindo esforços para acabar com o ajuntamento sertanejo, porque José Maria era apoiado pelo Cel. Henrique de Almeida, seu maior adversário político. Para o monge, o coronel era republicano, um homem do Governo, que tinha inveja do seu prestígio. Não devia ser ajudado.

Todas essas causas apresentadas para a briga podem ser encontradas em livros históricos, como **Messianismo e Conflito Social** (1966) de Maurício Vinhas de Queiroz e **Guerra do Contestado: a Organização da Irmandade Cabocla** (1984) de Marli Auras. Verificamos, porém, que a visão do coronel sobre o mesmo conflito não é revelada no romance.

É interessante observar que, na ficção, José Maria aproveita-se dessa rixa com o coronel para acusá-lo, diante dos sertanejos, de mandar matar Barnabé (velho conhecido de José Maria, desertor da Força Pública do Paraná). No entanto, o narrador deixa claras as intenções de José Maria ao mandar um de seus Pares de França matá-lo às escondidas, pois queria se ver livre de Barnabé, homem que sabia demais sobre sua identidade e seu passado. Não obstante a simpatia constante do narrador pela causa dos caboclos, colocando-se ao lado dos vencidos, a exigência de objetividade por parte do autor implícito impõe que o narrador esclareça deslizos e fraquezas, como esta, relacionadas com José Maria e os caboclos.

Barnabé possuía documentos dos quais constava o verdadeiro nome do monge – Miguel Lucena de Boaventura – e experimentou fazer chantagem, obrigando-o a dividir com ele o dinheiro das esmolas. José Maria chamou um dos seus Pares, Urgel de Danoa, e contou-lhe, muito em segredo, que Barnabé era um espião da República. (...) A culpa recaiu sobre os homens do coronel Chiquinho, intendente de Curitiba. (p. 29)

A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande agravou a situação do caboclo do Contestado. A companhia estrangeira que executou a obra havia recebido do Governo brasileiro quinze quilômetros de terras de cada lado da ferrovia. Grande número de posseiros foram expulsos de suas terras, sem ao menos uma indenização. O diálogo entre as personagens injustiçadas com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande evidencia esse fato histórico na ficção:

Também necessitavam dele [o monge] os que haviam sido expulsos das suas terras, quando foi iniciada a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Causava espanto, principalmente, a enorme concessão de terras que o Governo fizera à Companhia:

- Mas isso não pode ser! É um mundão de terra que não acaba mais! Vejam só: quinze quilômetros de um lado dos trilhos, quinze quilômetros do outro... O que é que vão fazer com tanta terra, meu Deus do céu? E terra da gente, ainda por cima! Será que eu vou ter que sair daqui?

- Vai, sim. Eu saí das minhas terras, não vê? (p. 13)

Para os caboclos, as profecias de São João Maria estavam se realizando. A primeira delas a se concretizar foi a chegada do “dragão de ferro”, o trem. O bicho que comia terra. Por isso eles não gostaram da construção da estrada de ferro. O diálogo entre os sertanejos, na roda de chimarrão do reduto de Taquaruçu, confirma essa idéia dentro da narrativa:

A velha Delminda lembrou a predição do trem de ferro:

- Pois muitas já aconteceram, como essa do trem de ferro. Ele disse que ia aparecer um burro de ferro pelos campos, soltando fumaça pelas ventas. (...)

Zeferina perguntou:

- E esse bicho come gente?

- Bom... – disse Florêncio. – Comer gente ele não come, mas come terra. Eu tive que sair das minhas terras, por causa dessa praga. E não fui só eu. Muita gente foi tocada das suas casas, das suas fazendas, por causa dessa Estrada. Tudo o desgraçado do bicho comeu.

Aumentou o interesse de Zeferina.

- E ninguém ainda se resolveu a matar esse bicho?

- A gente tá aqui é por causa disso. É contra a Estrada de Ferro que a gente briga, mas não é bem assim pra acabar com ela... (p. 65)

No diálogo entre o advogado Juca Tavares e o povo sertanejo, percebemos a “infiltração” da companhia estrangeira que, com a concessão de terras doadas pelo Governo, começou o processo de atrair imigrantes para povoar o Oeste catarinense, ao mesmo tempo que expulsava os caboclos:

- Isso mesmo. Tem estrangeiro metido no meio. O Governo deu nossas terras pra eles, de mão beijada...

- Mas as terras não eram de vocês?

- Eram, sim. O meu sítio era da minha família, desde os tempos do meu pai... do meu avô... acho que ainda antes. Mas o pessoal da Companhia veio de papel na mão, provando que a terra era deles. Eles tinham documento de cartório e fala de advogado. A gente...

- E vocês saíram?

- Era o jeito. Mas teve gente que não saiu...

- E o que aconteceu?

- Mataram. (p. 14)

A resposta dos caboclos à expulsão de suas terras por parte da Estrada de Ferro foi o incêndio da estação de trem de Calmon. O narrador nos conta esse episódio:

Moveram-se os jagunços para o norte, seguindo a via-férrea. Encontraram, num desvio, um vagão abandonado, as letras se desbotando: "E.F.S.P.R.G." Gasparino Melo perguntou o significado das iniciais. Explicaram:

- Estrada feita somente pra roubar pro Governo.

- Ah, é? Pois então vai bala!

O vagão ficou parecendo renda, de tanto balaço.

Estavam perto de Calmon. Atacaram a estação, matando o telegrafista e mais duas pessoas que tentaram defendê-lo. Depois tocaram fogo em tudo. A odiada Estrada de Ferro, que comia as terras dos pobres, conheceu naquele dia a vingança dos jagunços. (p. 123)

Quanto aos trabalhadores "importados" pela companhia para trabalharem na construção da Estrada de Ferro, a narrativa destaca dois aspectos. Se por um lado o salário era bom, atrativo para os que vinham de longe (o romance não fala dos problemas enfrentados pelos mesmos com a administração da obra); por outro, apresenta a difícil situação dos milhares

de desempregados ao término da construção da Estrada de Ferro. Nesse sentido, retiramos dois excertos de diálogos. Um entre dois caboclos:

- E o que é que eu vou fazer? O que vai ser da minha família?
 - Só tem um jeito: trabalhar de operário na Estrada de Ferro. Dizem que o ganho é bom.

Era. O ganho era bom, de fato, e de todos os pontos do país homens se abalaram, sós ou acompanhados de suas famílias, para trabalhar na empreitada. Um dia, porém, o trabalho foi concluído, e toda aquela gente ficou, da noite para o dia, sem ter o que comer, sem ter para onde ir.

Só restava uma esperança: São João Maria de Agostinho. (p. 13-4)

E o outro entre o monge José Maria e a personagem Coco, no dia da escolha dos Pares de França:

- De onde você é?
 - Da Bahia. Vim com mais uns companheiros, pra trabalhar na Estrada de Ferro. E daí... fiquei por aqui.
 - Não quis voltar pra sua terra?
 - Não adiantava. Lá a gente não ia arranjar serviço. Por aqui, na Estrada de Ferro, enquanto durou, foi bom. Agora o serviço terminou, e a gente ficou sem ganho. Eu e uma porção de companheiros resolvemos ficar. Vamos ver... (p. 21-2)

Da Bahia não vieram para os sertões catarinenses apenas os sertanejos em busca de trabalho, mas também os soldados, veteranos da Guerra de Canudos, ocorrida em Villa Barris, em 1897. A inevitável comparação entre os dois levantes caboclos, Canudos e Contestado, surge em **Geração do Deserto** apenas em duas passagens, ambas na voz dos soldados:

Os veteranos comentavam:

- Bem como em Canudos. Na Campanha de Canudos a gente passou mal assim também. Esses jagunços daqui são iguais aos de lá: umas feras, uns diabos. Mas lá a gente acabou vencendo... (p. 128)

Os velhos soldados, veteranos de Canudos, trocaram confidências. Aquilo não passava de uma repetição da tática dos homens de Antônio Conselheiro. Bem assim acontecera antes, na outra Campanha, quando Antônio Beatinho, à frente de uma multidão de molambos, se entregara. Os fracos se renderam, para que a comida não faltasse aos homens válidos, para que os homens de briga pudessem continuar lutando. Os caboclos do Cotestado livraram-se das bocas inúteis, encarregando o Exército de sustentá-las, livraram-se do peso morto dos velhos e dos enfermos, dos feridos e das mulheres. E tudo isso para que, mais à vontade, pudessem continuar na luta.

- A guerra vai acabar! – exclamavam os soldados novos, jubilosos. – Agora a gente vai pra casa. (p. 159)

A economia da região planaltina baseava-se na extração da erva-mate e da madeira, principalmente o pinheiro. A subsistência do povo sertanejo, dos pequenos posseiros, vinha desses produtos. Com a entrada dos coronéis e dos norte-americanos nesses dois mercados em expansão, os caboclos não tiveram condições de competir. O diálogo entre dois sertanejos demonstra essa preocupação:

- Vou-me embora, minha gente. Isto aqui não é mais lugar pra um vivente de Deus. Erva-mate aqui já foi negócio, hoje não é mais.

- Mas dizem que ainda tá dando lucro.

- Dá sim. Dá lucro bom. Mas é pros estrangeiros. Eles é que são donos de tudo, das terras e dos ervais. E a gente não ganha nada. Não mesmo, com esses nossos barbaquás do tempo de Noé.

- Quando nosso Imperador Pedro II era vivo, isso não acontecia. Ele protegia a pobreza. Esse regime da República é que não presta mesmo. Agora a gente não tem vez. Só estrangeiro manda, faz e acontece. Você não viu o que a *Lumber* tá fazendo? O mesmo que acontece com o mate acontece com a madeira. A *Lumber* comprou tudo quanto foi pinheiro aqui destas bandas. Pra gente da terra não sobrou nenhum, nem mesmo pra tirar pinhão e dar pros filhos comer... (p. 14-5)

Encontramos, ainda, uma relação intertextual de **Amigo Velho** (1957) com **Geração do Deserto** (1964), ambos de Guido Wilmar Sassi. De acordo com Celestino Sachet⁴⁵, “para o autor de Lages, amigo velho é o pinheiro enquanto extensão de um Eu que se descobre na árvore-símbolo do Planalto e dela extrai o sentido da Vida (e da Morte).” Se em **Amigo Velho** todos os sete contos giram em torno do pinheiro do planalto, a temática do pinheiro e sua estreita ligação com o homem aparece também no romance histórico do Contestado através do relato de uma profecia do monge João Maria:

- Pois ele também disse que havia de chegar o tempo do homem brigar com o pinheiro, e do pinheiro brigar com o homem.

Mais uma das profecias de São João Maria os homens lembravam, e, com os próprios olhos, presenciavam agora a sua realização. Os homens, na faina das serrarias, viviam empenhados em luta contra as árvores, derrubando-as. Os pinheiros revidavam – *pau não escolhe lugar para cair*, - na queda esmagando os homens. Era também uma luta, uma guerra. (p. 121)

O narrador, ao contar a história de Gasparino Melo, dono de uma pequena serraria, expõe o drama do sertanejo, ao mesmo tempo que nos remete aos contos de **Amigo Velho**, nos quais o pinheiro, na sua altivez e símbolo de vida e riqueza, constantemente está em contraponto com a opressão, a exploração, a miséria e a morte do trabalhador:

Não podia Gasparino esconder o despeito. Fora proprietário de um pequeno engenho de serra. Vira muitos pinheiros caírem, pois ele mesmo ordenara as derrubadas; vira muita gente morta, esmagada debaixo dos troncos; galhos haviam esmigalhado pernas e braços, isso ele vira; e as toras, rolando sem destino, pegavam os homens pelo meio do corpo, imprensando-os de encontro aos barrancos e grotões – isso ele vira também. E Gasparino tivera ocasião de ver dedos decepados pelas serras, cortes fundos produzidos pelo machado, as feridas mais feias

⁴⁵ SACHET, Celestino. id. *ibid.* p. 88.

que podia haver. Mas a engenhoca dele era pequena. Ele derrubava uma árvore, enquanto a *Lumber*, no mesmo espaço de tempo, derrubava cem; o engenho dele, movido a água, desdobrava uma dúzia de tábuas por dia; quantas desdobrava a *Lumber*? Quantas e quantas? Nem tinha conta. Quantas as toras que se transformavam em serragem, nas máquinas possantes que a companhia estrangeira possuía? Um número incalculável. E pinheiros, Gasparino não pudera mais comprar, porque a *Lumber* de todos se apossara; e preços melhores ele nunca pudera oferecer aos trabalhadores, pois não podia competir com a *Lumber*. (p. 121-2)

No campo político, a simpatia pela restauração da Monarquia por parte dos sertanejos, em detrimento da República, revela mais um motivo para a Guerra do Contestado. Sentindo-se explorados de todas as formas, os sertanejos vêem na República a vilã de todos os males. Por isso desejam e lutam pela volta da Monarquia, regime de Governo que não lhes roubava terra, pinheiro e erva-mate. Na trama narrativa de Sassi, o diálogo entre dois caboclos no interior do sertão catarinense atesta essa idéia:

- Bem como você diz: culpa da República. Se D. Pedro II fosse vivo não deixava.

- Ah, não deixava, não! O nosso Imperador era um homem bom e conhecia as necessidades da pobreza. A *Lumber* tem máquinas modernas... que vieram lá da Europa, e o coitado do madeireiro daqui só tem o engenho-de-serra, tocado à água... É uma injustiça!

- Por isso era bom que a Monarquia voltasse...

- Se era! Fora da Monarquia, só tem um homem pra dar um jeito nisso tudo! São João Maria de Agostinho. (p. 15)

Dessa forma, a figura de José Maria, o novo líder do povo sertanejo, tornou-se mais forte à medida que seus discursos iam ao encontro dos sentimentos caboclos. Os mais idosos chegam a compará-lo

fisicamente com o Imperador D. Pedro II, como podemos verificar na seguinte passagem, na voz do narrador:

O monge, por causa das barbas longas, recordava-lhes o Imperador, e eles suspiravam, saudosos, lembrando como fora bom antigamente. A República não valia mesmo nada. Fora ela quem trouxera os males maiores, tais como a Estrada de Ferro e as companhias estrangeiras que lhes roubavam as terras. Havia justiça, quando D. Pedro II era vivo. Agora, não. Mas, para protegê-los, ali estava o monge. Reencarnação, talvez, do imperador morto. Os bons tempos da Monarquia haveriam de voltar. E então, outra vez, eles teriam justiça e quem lhes defendesse os direitos. (p. 25)

Longas barbas brancas. Convém ressaltar, aqui, a origem dos termos “pelados” para os caboclos e “peludos” para os coronéis e soldados⁴⁶. A ausência ou presença de cabelo e barba indicava, de imediato, de que lado da luta a pessoa estava. Passamos a palavra ao narrador:

Embora o monge usasse barba e cabelos compridos, ordenou aos adeptos que raspassem os seus. Aquele seria o sinal dos que pertenciam à sua gente, aos seus crentes, aos fiéis da Monarquia. Era para diferenciar dos demais os habitantes do reduto, servia para diferenciá-los dos que nele não criam e não o acompanhavam.

- São uns *peludos* desgraçados! – vociferava o monge, durante os sermões. – Os *peludos* da República estão condenados ao inferno, à punição eterna. (p. 40)

O desejo dos sertanejos de lutar contra a República e, conseqüentemente, restaurar a Monarquia, teria aumentado com o conhecimento dos telegramas do coronel Francisco de Albuquerque, enviados às autoridades vizinhas e, posteriormente, ao Governador, nos

⁴⁶ Guido Wilmar Sassi, em artigo publicado na Revista *Comentário*, nº 4, Rio de Janeiro-RJ, 1961, p. 295-301, denominado “O Contestado – uma epopéia trágica e desconhecida”, já apresentava uma possível causa para as denominações “pelados” e “peludos”: “Somente os chefes usavam cabelos e barbas longas. Os demais, em geral, tinham-nos cortados rentes, quiçá para evitar o desenvolvimento de parasitos, de vez que eram precárias as condições higiênicas e das roupas. O pejorativo de ‘peludos’ foi dado aos homens do Exército, aos quais também chamaram de ‘pés redondos’.”

quais ele pedia ajuda para acabar com o ajuntamento caboclo. O narrador expõe essa idéia, captando a cena ao vivo:

José Maria, no dia anterior, havia recebido notícias de que Chiquinho estava cada vez mais zangado com ele, e que não via com agrado aquele ajuntamento de povo perto das suas terras. Agora, na presença dos homens da sua confiança, afirmava que a vibração dos fios era devida ao odiado coronel que se comunicava com as autoridades do município vizinho, fazendo queixas e pedindo providências. (...)

Coco propôs:

- Se o senhor quisesse, Seu José Maria, a gente resolvia a questão.

- Não dá, meu filho. Não dá, por enquanto. O coronel Chiquinho tem muita gente do lado dele: os parentes, os capangas, até mesmo soldados da polícia. Tudo gente armada, e bem armada

(p. 30-1)

Chegou ao conhecimento do beato que o coronel Chiquinho havia telegrafado para Florianópolis, fazendo queixa de José Maria e do seu povo. Todos ficaram sabendo que, atendendo ao apelo de Chiquinho, da capital do Estado partira uma força de mais de trinta homens armados, com a incumbência de dispersar o pessoal e prender José Maria.

Os Ministros e os representantes dos Pares de França foram novamente procurar o monge, a fim de pedir conselhos e ordens. José Maria, uma vez mais, dissuadiu-os da violência:

- Não, meus filhos. Não! O nosso armamento ainda é pouco, e não temos um exército de verdade, apenas uns poucos homens de briga. (...) Se me atacarem, os meus homens me defendem. Mas ainda não chegou o tempo da guerra. (p. 40-1)

Como podemos perceber nos paralelos realizados entre os motivos da Guerra do Contestado e as citações da narrativa ficcional **Geração do Deserto**, principalmente na questão dos limites, na situação dos desempregados da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e no desejo do retorno da Monarquia, o povo sertanejo se sentia espoliado de tantas formas que passou a buscar na religião do monge João Maria forças para continuar lutando pela terra. O povo esperava ansioso a

sua volta, numa espécie de Sebastianismo, confiante que o monge terminaria de uma vez por todas com seus males. Esse “fanatismo religioso” é considerado também como um dos motivos que culminaram com a Campanha do Contestado. Dessa forma, o narrador, já ao iniciar o romance expõe o pensamento do povo sertanejo:

Só mesmo São João Maria de Agostinho para dar um jeito nas coisas e endireitar a vida do povo. Somente ele! (p. 07)

Idêntico procedimento ocorre no desenrolar da narrativa, conforme o diálogo entre os sertanejos abaixo:

Só restava uma esperança: São João Maria de Agostinho.
 - Dizem que ele morreu.
 - Morreu nada! Ele é santo, e santo não morre. São João Maria vai voltar. (p. 14)

A narrativa de Guido Wilmar Sassi revela a confusão na mente dos caboclos, que pensavam ter havido apenas um monge denominado João Maria. No entanto, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, houve dois: João Maria de Agostinho e João Maria de Jesus (Anatás Marcaf). O diálogo ficcional abaixo atesta essa idéia:

As crianças perguntavam:
 - E onde é que ele anda? Quando é que volta?
 Respondiam:
 - São João Maria duas vezes andou pelo mundo. Diz que vai voltar de novo, outra vez. Ele prometeu. Ele volta. (p. 8)

São João Maria, curandeiro e profeta, era benquisto e venerado pelo povo sertanejo, que acreditava fielmente em suas profecias. No início da trama narrativa, o narrador expõe diversas profecias que, no desenrolar dos acontecimentos, vão se realizando. Destacam-se a chuva de

pedra por causa dos pecados do povo (p. 10 e 162); o dragão de ferro – trem (p. 10, 65, 67 e 71) e gavião ou gafanhoto de aço (p. 11 e 124). Lembramos que a primeira vez que o Exército brasileiro utilizou o avião em táticas militares foi na Guerra do Contestado⁴⁷. O narrador revela esse fato histórico:

Setembrino mandou vir, da capital da República, dois aviões e dois aviadores. A nova arma estava dando bons resultados na guerra européia. Do alto, podiam os pilotos localizar os redutos, e até mesmo auxiliar no bombardeio.

Ao ver aquela coisa esquisita voando no céu, os jagunços se apavoraram.

- O gavião de aço! O gavião de aço! (p. 123-4)

Já o monge José Maria, que se dizia irmão de São João Maria, também era curandeiro e profeta, mas não agradou de imediato o povo sertanejo, como podemos verificar no diálogo entre os caboclos, evidenciando como o caboclo, mesmo rude e matuto, conservava perspicácia psicológica:

- São João Maria voltou! (...)

- Não é São João Maria, não.

- Então que é?

- Dizem que é irmão. (...)

- Como é o nome dele?

- José Maria.

- E também é santo?

- Claro que é! São José Maria! É mais novo do que o outro, mas é a mesma coisa. Faz milagres, que nem São João Maria, dá remédios, manda o povo rezar – tudo igual. (...)

Alguns estranhavam:

- São João Maria não gostava de ajuntamento perto dele. Como é que esse, agora, tá reunindo gente?

- O outro era mais de rezar... um profeta. Este também é de reza, mas veio também pra reunir o povo. Decerto é pra dar um jeito no que tá acontecendo. (p. 15-6)

⁴⁷ Sobre este assunto, o jornalista e historiador Nilson Thomé publicou *A Aviação Militar no Contestado: réquiem para Kirk*, Caçador-SC: Imprensa Universal Ltda., 1986, 84 p.

Mais adiante, o narrador retrata a preocupação e a angústia do povo sertanejo:

De vez em quando, os caboclos se punham a comparar o atual monge com o anterior, com o velho e bondoso João Maria (...) Do confronto, José Maria saía perdendo sempre. (...) José Maria, apesar dos defeitos, era irmão do outro, santo e milagroso por sua vez. Os caboclos acreditavam nele. Era o jeito. Em nada mais acreditavam. Não tinham no que. (p. 39-40)

“Era o jeito” bem indica como a sensibilidade do povo percebia as diferenças, mas na falta de melhor opção, aceitavam e acreditavam. O aumento da credibilidade e do respeito do povo sertanejo para com o monge José Maria não passou despercebido pelo narrador, quando da organização do reduto de Taquaruçu:

Uma coisa ele notava com agrado: o tratamento de *Seu* estava sendo substituído pelo de *São*. A sua gente o respeitava, chegava mesmo a venerá-lo. (p. 23)

A partir daí, o monge criou o Bálsamo de Ferrabrás, um líquido capaz de fechar todas as feridas, para os Pares de França, além de fornecer patuás e ensinar-lhes orações. Dessa forma, os caboclos pensavam estar com os corpos fechados, e que não morreriam por ferimentos produzidos por chumbo ou aço dos “peludos”. No caso de João e José Maria, como no de todas as figuras messiânicas que a história pôde estudar, revela-se a perspicácia de tais líderes em incutir nos seus comandados uma forte mentalização, consubstanciada em certas crenças. Trata-se do chamado poder da fé, que pressupõe o princípio psicológico da força decisiva do pensamento: somos o que pensamos. José Maria revela a intuição de que, se obtivesse a convicção dos seus Pares para tanto, o Bálsamo de Ferrabrás ou suas fórmulas de oração produziriam milagres.

No entanto, no desenrolar das lutas do Contestado, com tanta gente morrendo, a inutilidade do bálsamo foi sendo revelada para um e outro, sem ser espalhada. Primeiro o narrador expõe o fim do mistério, na visão de Seu Elias, um dos líderes do movimento caboclo depois da morte do monge, mais racionalista e menos chantagista:

Os Pares de França valeram-se do bálsamo de Ferrabrás que lhes dera o monge. Elias cheirou o conteúdo dos vidrinhos e dos porongos, sacudindo a cabeça, em desalento. De valor nulo, o remédio miraculoso de José Maria. (p. 78)

Depois, as dúvidas que assolaram a personagem Gegé – Par de França “Urgel de Danoa” - iniciaram com a ineficácia do bálsamo e culminaram com seu suicídio:

Gegé, como fazia todos os dias voltou a examinar a ferida. Feia, os bordos avermelhados, vertendo pus. Nem sinal de melhora. Fez novo curativo, em cima da chaga, derramando umas gotas do bálsamo. Grande porcaria aquele bálsamo! E um grande tolo, ele, por acreditar nas suas propriedades. Guardara-o, com o maior carinho, durante aqueles anos todos, porque fora preparado pelo próprio monge. Sempre tivera fé no seu valor. E agora, no entanto, o bálsamo de Ferrabrás se revelava inútil. (p. 115)

Poderíamos dizer que, diminuindo o poder da fé, arrefecendo a convicção da mente, a pura droga não produzia mais efeito. (Se fosse hoje em dia, talvez apelassem para o término do prazo da validade do produto!)

Mesmo assim, a promessa do monge José Maria da ressurreição de todos os caboclos, formando o Exército Encantado, que retornaria à Terra para ajudar, dava forças para o povo sertanejo continuar lutando. Ele não estava só.

A centelha de esperança contida no messianismo é resgatada no final da narrativa, quando Luzia e os meninos Tadeu e Valentim escapam à dizimação do exército sertanejo.

Mané Rengo fixou bem aqueles vultos que se afastavam: Luzia, Valentim e Tadeu. Uma família - a sua família. Estavam do outro lado, a salvo. A imagem dos três ele guardou na retina. Depois uma névoa toldou seus olhos. Não viu mais nada. Largou as ramagens e escorregou devagarinho para dentro do rio. (p. 175)

De acordo com o **Dicionário de Símbolos** (1993, p. 780-2), “o simbolismo do rio e do fluir de suas águas é, ao mesmo tempo, o da fertilidade, da morte e da renovação. (...) O rio simboliza sempre a existência humana e o curso da vida, com a sucessão de desejos, sentimentos e intenções, e a variedade de seus desvios.”

Sassi, ao representar um episódio da história, constrói a partir dele, conforme Antônio Hohlfeldt⁴⁸, “um texto capaz de, definindo-se enquanto Ficção, levar-nos igualmente aos domínios da realidade que é a matéria da História.”

Retomando o pensamento de Alfredo R. Bessow⁴⁹, “**Geração do Deserto** quer mais do que contar a saga de um grupo de fanáticos e colonos espoliados, propõe coragens e vontades. O resultado é a consciência de que, se o Contestado não teve um Euclides da Cunha, teve um romancista da terra com qualidade suficiente para remexer na história e transpor para o ficcional a saga de um povo.”

⁴⁸ HOHLFELDT, Antônio. Id. *ibid.* p. 82.

⁴⁹ BESSOW, Alfredo Roberto. *id. ibid.*

IMPÉRIO CABOCLO:

O CAMINHAR PELA FLORESTA

*“Não se mata uma idéia com balas.”
General Leclerc*

RECEITA

Nicolas Behr

Ingredientes

*2 conflitos de gerações
4 esperanças perdidas
3 litros de sangue fervido
5 sonhos eróticos
2 canções dos beatles*

Modo de preparar

*dissolva os sonhos eróticos
nos dois litros de sangue fervido
e deixe gelar seu coração*

*leve a mistura ao fogo
adicionando dois conflitos
de gerações às esperanças
perdidas*

*corte tudo em pedacinhos
e repita com as canções dos
beatles o mesmo processo usado
com os sonhos eróticos mas desta
vez deixe ferver um pouco mais e
mexa até dissolver*

*parte do sangue pode ser
substituído por suco de
groselha mas os resultados
não serão os mesmos*

*sirva o poema simples
ou com ilusões*

IMPÉRIO CABOCLO

CONTESTADO

Alguns aspectos das últimas plavras de todos os Caboclos, desde o começo do movimento para o fim da escravidão em São Paulo.

1. — (Da direita para a esquerda) Tenente Castello, A. Falcão, Cap. Piva, Cap. Dr. Mar. e Cap. Pissani.
2. — O tenente Cap. Pissani, comandante das forças do Norte.
3. — Tenente Cordeiro, chefe do Estado Maior da esquadra do Norte.
4. — Companhia de metralhadoras, que tomaram parte no ataque a São Paulo.
5. — Batalhão de infantaria que tomou parte no ataque a São Paulo.
6. — Cap. Hieronimo, comandante do batalhão de metralhadoras que tomou parte no ataque a São Paulo.
7. — O batalhão de infantaria, das forças atacantes a São Paulo.
8. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
9. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
10. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
11. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
12. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
13. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
14. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
15. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
16. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
17. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
18. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
19. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.
20. — O bravo sargento alcaide João do Rio Branco, que participou no ataque a São Paulo.

Donaldo Schüller



I – NOSSO GUIA

Donaldo Schüler (1932) é natural de Videira – SC, mas há muitos anos encontra-se radicado em Porto Alegre – RS. Doutor em Letras, é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Colabora com periódicos nacionais e estrangeiros. Como ficcionista publicou também: **A Mulher Afortunada** (1981), **O Tatu** (1982), **Martin Fera** (1984), **Chimarrita** (1985), **O Astronauta** (1985), **Faustino** (1987) e **Pedro de Malas Artes** (1992). Suas preocupações com a narrativa vêm de longa data, tanto na crítica literária, como na literatura ensaística: **Aspectos Estruturais da Ilíada** (1972), **Carência e Plenitude** (1976), **Plenitude Perdida** (1978), **A Palavra Imperfeita** (1979), **A Dramaticidade na Poesia de Drummond** (1979), **Poesia Modernista do Rio Grande do Sul** (1982), **A Prosa Fraturada** (1983), **Literatura Grega** (1985), **Teoria do Romance** (1989), **Eros: Dialética e Retórica** (1992) e **Narciso Errante** (1994).

Donaldo Schüler, regionalmente falando, é citado em **A Literatura Catarinense** (1985, p. 158-9) de Celestino Sachet, como integrante dos “grupos contemporâneos, ficção urbana de caráter psicológico”. Schüler é referido também em **A Literatura de Santa Catarina** (1992, p. 66-7) de Lauro Junkes. Em âmbito nacional, o autor é apresentado na **Enciclopédia da Literatura Brasileira** (1989, p. 1226), de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa.

Sua mais recente obra é **Império Caboclo** (1994), parte do “corpus” deste trabalho, romance publicado em Florianópolis pelas Editoras da Universidade Federal de Santa Catarina e Fundação Catarinense de Cultura, em parceria com a Editora Movimento de Porto Alegre.

II – IMPÉRIO CABOCLO

Conforme Umberto Eco, “a resposta pós-moderna ao moderno consiste em reconhecer que o passado, já que não pode ser destruído porque sua destruição leva ao silêncio, deve ser revisitado: com ironia, de maneira não inocente.”⁵⁰

Enquadrando-se nessa perspectiva, Donaldo Schüler lança, em 1994, **Império Caboclo**, cujo tema é a Guerra do Contestado. Nesta época em que a Literatura está reescrevendo a história no Brasil e a História está se pensando como ficção, poderíamos dizer que este romance surge na historiografia brasileira como uma metaficção. Conforme Linda Hutcheon (1991, p.22), “a metaficção historiográfica [termo utilizado pela autora para designar “os romances famosos e populares que refletem sobre acontecimentos e personagens históricos”] incorpora todos esses três domínios, ou seja, sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas passa a ser a base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado.”

No âmbito do paratexto, a capa, de Paulo Roberto da Silva, na cor cinza, traz estampada uma fotografia amarelada de um jornal com diversas fotografias menores, referentes à Guerra do Contestado. O título aparece em letras vermelhas, em caixa alta e o nome do autor e demais informações, em letras brancas menores. A configuração da capa nos permitiu fazer as seguintes leituras. A fotografia antiga do jornal aparece como a representação de um episódio do passado catarinense. A cor vermelha das letras do título sugere sangue que, ao mesmo tempo, remete à vida e à morte. A cor cinza do fundo da

⁵⁰ ECO, Umberto. *Pós-escrito a O Nome da Rosa*. Tradução de Letizia Zini Antunes e Álvaro Lorencini. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d p. 56-7.

capa lembra o nevoeiro, o passado envolto em névoas. Relacionamos também a cor cinza, cor de chumbo, aos “Anos de Chumbo”, como ficou conhecida a época da Ditadura Militar Brasileira, e de que o escritor também trata nesse romance.

O título, **Império Caboclo**, possibilita fazermos a leitura sob a visão do Sebastianismo, movimento messiânico, de origem portuguesa, do século XVI. O povo sertanejo catarinense acreditava na volta de “São Sebastião” (como eles o chamavam, além dos monges João Maria e José Maria) com o seu exército encantado, exprimindo, pelo mito sebástico, a ânsia do retorno da Monarquia ao Brasil. O desejo foi satisfeito, na medida do possível, pelos próprios caboclos:

Com o nome de D. Manuel I foi aclamado na noite de 6 de agosto supremo mandatário do Império Caboclo do Brasil Meridional. Depois de aclamado, sumiu. Teria morrido com os heróis de Irani? O encoberto é ele. Por viver nos corações dos que nada têm, ele voltará. (p. 37)

Observa-se, nesta passagem, a denominação Império Caboclo do Brasil Meridional, que atesta o desejo separatista do povo sertanejo com relação ao restante do país. O Império seria constituído pelos três Estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, nada relacionado com a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

Ainda sobre o título. Ao mesmo tempo que o termo *império* indica o regime de Governo almejado pelos sertanejos espoliados, revela o “domínio” caboclo, atestando, assim, sua grandeza.

O escritor utiliza-se da metáfora da floresta, em “Segredos da Floresta”, para apresentar um breve conceito de livro, relacionando-o com uma floresta, a título de prefácio do narrador. Para exemplificar:

A floresta é o geral, mas isso não lhe basta. É como se você conhecesse o livro só de capa. Você tem que entrar nele.

Vagarosamente, frequentemente. Cada vírgula importa. A floresta é como um livro, é um livro. O aprendizado é de vida inteira. (p. 07)

Dessa forma, o escritor convida o leitor a embrenhar-se na aventura de ler, lembrando-o da necessidade de se estar atento, para uma melhor compreensão, não só do texto, como também da vida.

Mesclando ficção à história catarinense, o escritor constrói a narrativa em oito partes (contando com “Segredos da Floresta”), cujos títulos nos remetem a uma atmosfera de texto dramático: “Prólogo entre o céu e o inferno”; “Primeiro Ato”; “Segundo Ato”; “Terceiro Ato”; “Quarto Ato”; “Quinto Ato” e “Epílogo”. Do Primeiro ao Quinto Ato, os capítulos são subdivididos em diversos blocos, geralmente curtos, dando-nos a impressão de cenas cinematográficas. O caráter metaficcional da narrativa é atestado no diálogo *Dilemas do compilador* e, posteriormente, no monólogo *Narrador*:

- Você já notou que no seu quebra-cabeça há peças que não se ajustam? Você não violenta os fatos? A visão teatral ou cinematográfica é sua. Os fatos não são teatrais nem cinematográficos nem romanescos. Seu erro está aí. Os fatos não se ajustam a seu esquema.

- E os fatos o que são?

- Ora, os fatos são os fatos. (p. 121)

Meus instrumentos: lápis e borracha. Apago o que os outros escreveram e o que eu mesmo escrevi. Não chego a livro. Começo a escrever com uma idéia, me perco no meio do caminho e acabo com outra. Isso não cabe em princípio, meio e fim. Sinto-me perdido entre um e outro fim. (p. 254)

O Expressionismo⁵¹ (Alemanha: 1905-1920) “não é um dos muitos ‘ismos’ da arte moderna, mas uma tendência permanente, que se manifesta sobretudo em épocas de crise. (...) manifesta-se uma crise espiritual pelo grito, pelo horror, pelo apelo ou renúncia, pelo protesto. (...) Rejeitando os valores da

⁵¹ Nova Enciclopédia BARSÁ, volume 6, Rio de Janeiro – São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1997 (p. 173-5).

sociedade burguesa e o conceito tradicional de beleza, os expressionistas fizeram de sua arte um instrumento de crítica político-social, deformando as figuras para delas extrair uma visão crua e pessoal da realidade, com ênfase na solidão, na dor e nos horrores da guerra. O expressionismo literário encerra um estado de desespero, e apresenta a sociedade, o governo, a religião, o homem, em situação caótica. O estilo é explosivo e errático, não descritivo, acentuando o dinamismo e o êxtase.” O processo narrativo de Donald Schüler torna-se expressionista ao traduzir as dores e as dúvidas que repercutiram na época, do sertão catarinense, para o Brasil, para o mundo, fazendo-o através de uma narrativa fragmentada, com superposições ou multiplicações de perspectivas, nunca de forma expositivo-linear.

Na construção do enredo, percebemos três técnicas narrativas: o encaixe, no qual a história do narrador (personagem Alfredo) se encaixa na outra narrativa, o universo narrado, do Contestado; a intersecção narrativa de duas histórias em tempos diferentes, o presente e o passado da narrativa; e a polifonia, no procedimento de narrar o fato histórico a partir de pontos de vista diferentes. Por não possuir um enredo linear, a narrativa metaforiza-se no caminhar pela floresta.

Você conhece gramática e vocabulário ou por aqui você não anda. (...) A floresta é como um livro, é um livro. (p. 07)

A mesma metáfora é utilizada para definir o Império, a organização cabocla:

O Império é como a floresta: tem caminhos, tem clareiras, tem núcleos. (...) Quem determina para onde ir é você. O caminho você inventa. Esquece mapa, mão única e preferenciais. (...) Esquece oração principal e subordinação. (...) O Império você descreve na andança sem rumo. A cada ponto, uma escolha, uma indecisão. Se você para (sic), escorrega pelas encostas da imaginação. (p. 133-4)

Além disso, como o narrador ressaltará freqüentemente que os Exércitos treinados para guerras “clássicas” não estavam preparados para os imprevistos da floresta, transparecem implícitas as exigências pressupostas no leitor para desvendar o livro.

No “Prólogo entre o céu e o inferno”, inicia-se o processo de metaficção, no qual ficamos conhecendo o escritor Alfredo - nascido em Santa Catarina e radicado no Rio Grande do Sul (seria o autor autobiograficamente ficcionalizado?) - e sua esposa Evangelina, que viajam para uma segunda lua-de-mel, em Florianópolis, comemorando dez anos de casamento. Alfredo já tinha pensado em escrever um romance sobre a Guerra do Contestado. A resolução surge a partir de uma visita de um desconhecido, trazendo-lhe uns documentos sobre o conflito armado. Como esse episódio se passa na época da ditadura, Alfredo chegou a ser interrogado pela polícia, sendo obrigado a retornar para Porto Alegre. Quase foi preso por causa de uma “visita” de Raul Teixeira, o moço que lhe entregou os documentos sobre o Contestado e que a polícia não encontrou em seu poder. A seguir, apresentamos um excerto do diálogo do casal:

O primeiro dia seria meu, um dia de trabalho. Eu queria uma bibliografia o quanto possível completa sobre o Contestado.

- Contestado? Por favor, Alfredo, não misture coisa ruim com boa.

- Coisa ruim? É o meu passado, querida. Eu nasci lá. Preciso saber o que se passou. (p. 09)

Nessa mesma parte, o narrador conversa com o leitor, convidando-o a participar dessa viagem no tempo, a fim de solucionar o enigma:

Em que medida estes papéis ameaçam a segurança nacional? Convoco o leitor para me ajudar a resolver o mistério. Se não tivermos êxito, adquiriremos, ao menos, nova visão de um conflito que roubou a vida de milhares de camponeses - e isso já é muito. (p. 13)

No entanto, ainda no “Prólogo entre o céu e o inferno”, o narrador já nos fornece a resposta, antes mesmo de formular a pergunta, ao transcrever sua conversa telefônica com o amigo César Aleixo, “especialista em assuntos catarinenses” (seria este um descendente de Aleixo Gonçalves de Lima, um dos líderes do levante caboclo e também citado no romance?):

- Interessar-se pelo Contestado foi um erro, meu velho. A guerra do Contestado foi o maior levante popular do Brasil. Oito mil sertanejos em armas, envolvendo vinte mil pessoas numa área de vinte e oito mil metros quadrados! (...) Repetição de Canudos? Canudos foi piada. Quem deu importância a Canudos foi Euclides da Cunha. A guerra do Contestado se prolongou por quatro anos. Não há comparação. Raul Teixeira? Está preparando uma reportagem sobre o Araguaia. Para ele, Araguaia, Canudos e Contestado estão ligados. Envolve-se com um indivíduo desses nesta época... (p. 13)

Ressaltamos, ainda, na citação acima, as relações feitas entre os dois movimentos brasileiros de revolta do povo sertanejo: Canudos (1897) e Contestado (1912-1916). O primeiro, na região Nordeste e o segundo, quinze anos depois, na região sul do país. Por mais que se queira negar, essas relações existem e as comparações se tornam inevitáveis. Nesse sentido, encontramos, no decorrer da trama narrativa de Schüller, diversas passagens, ora relacionando aspectos religiosos entre os dois levantes, como o Messianismo (p. 37) e o fanatismo (p. 58); ora denunciando a revolta contra o sistema coronelício de ambas (p. 97 e 115). Ou, então, apresentando o ponto de vista do jornalista e escritor Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões* (1902), citando seu nome, inclusive, no seu discurso a favor do progresso (p. 98 e 183). E, ainda, atribuindo às revoltas um caráter patológico, tendo sido acometidas pelo câncer do monarquismo (p. 248).

Do “Primeiro Ato” ao “Quinto Ato”, o narrador nos coloca frente a frente com as trincheiras do Contestado. De Taquaruçu a Irani, ou de Bom Sossego a Santa Maria, ficamos sabendo da guerra entre os sertanejos e as

tropas federais, ora na visão dos “pelados” (caboclos), ora na visão dos “peludos” (soldados). Não se observa, entretanto, nenhuma linearidade na exposição, subvertendo-se também a cronologia e diversificando-se as perspectivas do narrador, para corporificar-se a estética expressionista.

Divergências... Há outras. Conversa se espalha, se parte, se agride. Mudando quem fala, muda o enredo. Descobre-se a verdade das pessoas, os fatos estão perdidos para sempre. (p. 17)

Como não seria legítimo submeter um episódio sobre o qual há tantas divergências a um único ponto de vista, o romance apresenta vozes múltiplas, anônimas. As idéias prevalecem sobre aqueles que as emitiram. A prosa se fragmenta em depoimentos, avaliações, sonhos e gritos de dor. De acordo com Linda Hutcheon (1991, p. 146), “a metaficção sugere que verdade e falsidade podem não ser os termos corretos para discutir ficção. Romances pós-modernos afirmam abertamente que só existem *verdades* no plural, e jamais uma só Verdade; e raramente existe a falsidade *per se*, apenas as verdades alheias.”

Conforme o professor e crítico literário Lauro Junkes⁵², “cada ato se fragmenta dinamicamente em inúmeras cenas, por autêntica montagem cinematográfica, quando a irrequieta e como onipresente câmera recorta excertos de ações, lances de reportagens, externando o fluxo do seu pensamento. Essa fusão de partículas narrativas torna-se responsável pela multiplicação de perspectivas, permitindo compor-se gradativamente um imenso painel, deixando ao leitor a tarefa de interligar, confrontar, concluir esses fragmentos para consolidar sua visão dos acontecimentos – o que pressupõe um leitor implícito de vasta cultura, sensibilidade, perspicácia e senso crítico.”

⁵² JUNKES, Lauro. “Império Caboclo: Encantos desnorteantes”. Trabalho apresentado no **Colóquio Internacional de Literatura I – O Romance**, organizado pelo Curso de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 18 a 21 de março de 1997. (Anais..., no prelo)

Além dos redutos supracitados, nos quais ocorreram as maiores batalhas, sabemos que havia diversos outros redutos menores, de acordo com as normas da vidente Maria Rosa, a fim de dar maior força e segurança ao movimento e garantir a sobrevivência. Assim, novas “cidades-santas” foram surgindo: Perdizes Grandes, Pedras Brancas, São Sebastião, São Pedro, entre outras. Nesse romance, o narrador nos apresenta o reduto São Miguel, como sendo o local da batalha final:

Adeodato retirou de Santa Maria os últimos homens para os abrigar no recém-fundado reduto de São Miguel. (p. 204)

Um outro exemplo retirado da narrativa:

Encontramos Taquaruçu, a cidade sagrada, em cinzas; Caraguatá em cinzas; Santa Maria, cinzas. Estávamos no centro do Império, São Miguel. (p. 232)

A partir da voz da personagem Etelvina, a professora de Curitiba, podem-se relacionar as cinzas dos redutos à cor cinza da capa do romance. “Caminhos... A floresta tem mil caminhos. (p. 07)

O narrador desempenha tríplice postura narrativa: é homodiegético no “Prólogo entre o céu e o inferno” e no “Epílogo” ao escrever sua própria história, imbricada no episódio histórico; heterodiegético do primeiro ao quinto ato, na crônica narrativa dos episódios da Guerra do Contestado; e heterodiegético interventivo, no processo de digressão metaficcional e na emissão de juízos de valor.

O narrador-personagem, Alfredo, que narra a sua história encaixada sobre a Guerra do Contestado, interfere no decorrer do processo, cortando o fluxo da história com reflexões e juízos de valor. O procedimento se evidencia na intersecção narrativa de episódios manifestados no conflito povo versus Governo, ocorridos na Espanha, no México e na Argentina. Essas revoltas de caráter civil, nas quais os que detêm o poder tornam-se vencedores,

assemelham-se à Guerra do Contestado. A situação de Porto Santo – Espanha, no século XV, é apresentada da seguinte maneira pelo narrador:

A relva que revestia o solo da Espanha sumiu debaixo dos cascos, entre os dentes afiados dos quadrúpedes privilegiados. A chuva lavou o negrume da terra, o vento soprou o pó. O sol aqueceu as rochas lisas e limpas de Andaluzia. Braços secos de camponeses se levantaram famintos, rogando a intercessão de Nossa Senhora. (p. 24)

O pensamento do coronel Gualberto de Sá, em **Império Caboclo**, expressa a idéia do perigo iminente do Brasil tornar-se um “novo México”, com a revolta dos caboclos do Contestado:

A estrada de ferro era uma arma de dois gumes. Os vagões que levavam soldados às frentes de combate poderiam voltar carregados de revolucionários. Não recordavam o que tinha acontecido no México? Não se lembravam de Pancho Vila e de Zapata? A subversão infesta o continente todo. O que ocorreu no México pode repetir-se no Brasil. Todos estamos em perigo! Não se permita que o inimigo cresça. (p. 45)

Já a Guerra nas Ilhas Malvinas, na Argentina, surge neste enfoque fornecido pelo narrador:

- Vale recordar a guerra das Malvinas? Os satélites americanos entregaram os argentinos aos ingleses. Os argentinos estavam certos de que podiam abater os ingleses a golpes de facão. Chamaram os faconeros. Usaram recursos do império caboclo contra a mais avançada tecnologia do mundo. O império caboclo foi sonho, nossas perspectivas de continente serão sonhos também? (p. 99)

Sendo assim, a Guerra do Contestado é o cenário encontrado pelo autor para indagar sobre a identidade do país e do seu povo, ao mesmo tempo que confere ao Contestado um caráter múltiplo e universal.

Além dessas relações com a história, o narrador, num processo analógico, estabelece liames entre os episódios histórico-literários e o movimento armado, e paralelos entre personagens históricos e ficcionais, como no ponto de vista do narrador-personagem nas duas passagens abaixo:

Retrógrado o movimento não foi. Eusébio sabia muito bem o que pretendia. (...) O movimento de Taquaruçu foi mais importante do que a Semana de Arte Moderna, dez anos mais tarde. (...) A renovação vem de baixo. (...) Não entenderam o que estava acontecendo por falta de imaginação. Faltou-lhes poesia. (p. 66)

Adeodato agiu como um príncipe matuto. Folheiem Maquiavel. Não penso em moral, refiro-me à eficácia. Querem um exemplo clássico? Eu os remeto a Ésquilo. (p. 228)

Diversas relações com as artes aparecem ao longo da narrativa. Na área da literatura brasileira encontramos Jorge Amado, Oswald e Mário de Andrade, Machado de Assis, José de Alencar, Manuel Bandeira e Cruz e Sousa. Os autores clássicos também estão presentes como Aristóteles, Homero, Voltaire, Kant, Descartes, Rosseau e Maquiavel. No campo da música encontramos Tchaikovski, Stravinski (o *Contestado* visto como a sinfonia *Sagração da Primavera*), Mozart, Beethoven e Villa Lobos. Já nas artes plásticas vimos Anita Malfati e Miguel Ângelo; passando também pelo cinema com Resnais. Incluímos, aqui, as citações de filósofos como F. Nietzsche, Marx e Hegel. Ao mesmo tempo que demonstram as influências, leituras e conhecimentos do escritor, essas relações atestam o caráter multifacetado do romance, como uma floresta, “caminhos que se abrem e se fecham.” (p. 07) Esses elementos denunciam e comprovam o nível cultural do autor implícito, o que requer correspondente leitor implícito.

A narrativa apresenta duas vertentes diegéticas: a primeira, relacionada com a história, na qual encontramos personagens verídicas como os monges João Maria e José Maria; os chefes militares Cel. João Gualberto, Cap.

Matos Costa, Gen. Setembrino de Carvalho; os coronéis Francisco de Albuquerque (Superintendente de Curitiba) e seu inimigo político Henrique de Almeida; os líderes da rebelião Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos e Adeodato; as videntes Teodora e Maria Rosa. A outra vertente relaciona-se com a ficção, na construção das personagens como os Pares de França “Roldão” e “Olivério”, o índio Rubén Dario⁵³, os americanos Robert e Christabel com o filho Christian, e as mulheres Etelvina (professora), Beija-Flor (prostituta) e a negra Terência (cozinheira do reduto).

Do reduto dos sertanejos, retiramos algumas personagens “marginalizadas” que nos parecem pós-modernas. “Beija-Flor” fora Laura no passado, uma imigrante italiana ambiciosa, que lutava por melhores condições de trabalho e salário em São Paulo. Depois de ser estuprada pelo patrão, vira a prostituta mais cobiçada do Vale do Anhangabaú. Monta seu próprio estabelecimento, mas resolve vir para o sul em busca de lucros milionários. (p. 76-7). “João Gostoso”, malandro carioca, sonhava em voltar para o Rio de Janeiro e implantar nos morros fluminenses as leis do Império, conforme relata o narrador, assumindo a visão interna da personagem:

O destino agora era o morro da Babilônia. Ia reunir vidas perdidas em noites de cachaça e jogo. Ia fazer um exército de traficantes, maconheiros e bicheiros (...) João Gostoso sentiu vontade de pular, de fazer um samba e cantar, uma letra que dissesse que tristeza já tem fim, que de dia não falta água nem de noite falta luz. (p. 179)

Etelvina, a professora de Curitiba, que virou uma das moças da “escola de virgem”, se rebela contra os desmandos de Adeodato e

⁵³ Seria uma referência ao poeta nicaraguense (e também mestiço!) Rubén Dario (1867-1916), fundador do movimento do Modernismo hispânico? De acordo com a **Enciclopédia Mirador Internacional**, ficamos sabendo que Rubén Dario visitou diversos países, como o Chile e Argentina, sendo que neste último “tornou-se um verdadeiro ídolo, formando ao seu redor influente grupo literário. (...) Sua poesia marca um ponto decisivo na literatura espanhola. Pablo Neruda, Salinas, Borges, Vallejo e outros não escaparam à sua influência.”

planeja uma revolução feminina (feminista?), de acordo com a revelação do narrador:

Mais do que morrer, importa-lhe viver com dignidade, ensaiando a revolução que é maior do que a social, a feminina. (...) Com a revolta encabeçada por Etelvina emerge a mulher do novo século, livre, enfim, do regime que por milênios lhe negou o poder. (p. 237-8)

Não existe uma personagem principal. A narrativa dispensa a figura clássica do herói. Poderíamos dizer que os protagonistas se definem no coletivo, de um lado o povo sertanejo da região contestada e, do outro, o Exército brasileiro. O foco narrativo é múltiplo. Ora recai sobre uma personagem, ora sobre outra. É fato que milhares de homens e mulheres, jovens ou velhos, se reuniram em torno de José Maria. O autor contou a história de alguns (que até poderia ser verdadeira, por que não?). Poderíamos dizer que este romance aborda o problema da referência, ao levantar dúvidas no leitor (O que é real? O que é ficção?), à medida que história e ficção estão intimamente ligados. De acordo com Linda Hutcheon (1991, p. 184-5), em certos romances “a história parece ter uma dupla identidade. (...) É uma extensão da separação que o senso comum faz entre dois tipos de referência: aquilo a que a história se refere é o mundo real; aquilo a que a ficção se refere é um universo fictício.”

O número de personagens é impressionante. À medida que fomos lendo, fomos anotando nomes, respectivas funções e laços afetivos. Observamos que a maioria absoluta é de homens (em torno de duzentos), o que poderia ser justificável devido ao caráter belicoso que envolve todo o episódio. “Guerra é feita por homens.” A ala feminina é formada por poucas dezenas de mulheres (cerca de quarenta). O fato é que os redutos eram formados por famílias (pais, mães e filhos), que se reuniam em torno do monge e, depois, de seus líderes. No entanto, a presença feminina em **Império Caboclo** é atuante em frentes diversas, como podemos perceber nas personagens Maria Rosa, Beija-Flor e

Etelvina. As mulheres não são excluídas do contexto, nem reduzidas a simples seres passivos ou complementos familiares dos homens, conforme as afirmações do Gen. Setembrino de Carvalho:

O número dos rebeldes aumenta. Combatem todos: homens, mulheres e crianças. Só guerra total resolve. É preciso arrasar tudo. (p. 180)

O exército não enfrentaria apenas homens em idade de lutar. Lutavam velhos e crianças, lutavam até mulheres. Bandos de mulheres emboscadas tinham trucidado batalhões. A ação não pouparia ninguém, seria contra todos. (p. 183)

Influenciado, talvez, pelos romances históricos da década de 70, o narrador apresenta os fatos da Guerra do Contestado (o passado da narrativa) com aspectos característicos do tempo da ditadura (o presente da narrativa), como censura, tortura, utopia e ironia. Refletindo, dessa forma, o paralelo existente entre o Contestado e os “Anos de Chumbo” brasileiros. Para evidenciar o processo de censura, há, no decorrer da narrativa, um pequeno trecho no qual o narrador registra suas idéias sob forma de receita de bolo, modelo seguido nos jornais da época de 1960 a 1970:

Dou-te a receita para criar um movimento místico. Ajeite um caldeirão de ferro sobre pedras. (...) Escolha um místico como dominante. Acrescente fome, desemprego, marginalização, fé. Misture tudo muito bem misturado. Bote lenha na fogueira: repressão armada. Tome peões e fazendeiros, nativos e imigrantes (...) homens e mulheres. Atire tudo no caldeirão. A fervura, sem anular as partes, cria um grupo homogêneo que, olhando de fora, você pode chamar de fanático. Divulgue a receita. (p. 36)

Por essas e por outras, incluímos a grande epígrafe (poesia *Receita* de Nicolas Behr⁵⁴) no início deste capítulo.

⁵⁴ Poeta de Brasília – DF. Sua obra mais conhecida é “Chá com Porrada”. “Receita” foi publicada em *Poesia Jovem – Anos 70*, organizado por Heloísa Buarque de Hollanda *et al*, São Paulo: Abril Educação, 1982. (Literatura Comentada) p. 25.

A tortura é revelada cruelmente, como deve ter ocorrido, tanto na época do Contestado - a narrativa do passado, como na narrativa do presente, a época da Ditadura Militar. Em *Homenagem Póstuma*, um exemplo da tortura realizada pela polícia:

O delegado mandou esquentar um ferro de marcar boi, e botou a caboclada em fila. Não tem degustador de vinho? Pois o delegado apresentou um degustador de voz. A autoridade garantia que o especialista era capaz de identificar sem erro todos os Guás berrados no enterro. (...) O delegado separou uns vinte que, depois de marcados, foram entregues à justiça na forma da lei. O pânico foi tão grande que, por muito tempo, caboclo nenhum se arriscava a dizer nem água para não incorrer no crime do Guá. Era comum ver caboclo abrir a boca e apontar a garganta com o dedo como se fosse mudo. Outros pediam cachaça para matar a sede. (p. 51)

Com o subtítulo *O trãnsfuga é interrogado*, apresenta-se outra passagem de **Império Caboclo**, revelando a impositiva superioridade policial na tortura:

- Como é teu nome?
- José Maria.
- Isso não é nome de gente.
- É nome de santo, cabo.
- Sargento, seu burro. Sargento Pantaleão de Almeida.
- José Maria é nome santo, sargento.
- Senhor sargento. E não se meta em assuntos de religião. Santos, só os da Igreja.
- Sim, senhor sargento.
- E de hoje em diante, você vai atender por nome de santo de respeito. Teu nome é Pedro.
- Sim, senhor sargento.
- Você agora é gente e não bandido como foi até agora.
- Bandido eu nunca fui, sargento.
- Você foi bandido.
- Sim, sargento.
- Senhor sargento. (p. 205)

No decorrer da narrativa, entretanto, percebemos que a tortura é praticada por ambos os lados, tanto da polícia como dos caboclos. Afinal,

“guerra é guerra”. Configuram-se, a seguir, dois exemplos de tortura realizada pelos caboclos, ambos na voz do narrador observador:

Os fanáticos enfiavam uma estaca na terra e suspendiam o espião pelo queixo. A ponta rasgava a carne, penetrava no céu da boca, furava os miolos e se detinha nos ossos do crânio. De olhos saltados, o infeliz atraía a voracidade dos abutres. A coluna de vaqueanos do capitão Espiridião se dissolveu. A estaca aniquilava coragem e expectativas de recompensa. (p. 84)

A festa continuou no vale do Timbó. Festa feia. Os jagunços tinham amarrado o tenente Aparício Santos num laço pela barriga. (...) Vinham velhas e lhe metiam as unhas até o sangue escorrer do peito e dos braços. As velhas o envolviam e lhe lambiam o sangue como cadelas famintas. (...) Moças se rolavam no chão e lhe mordiam as pernas. (...) Vinham de frente para lhe abocanhar as partes. A festa dos ébrios avançou pela tarde. Quando veio a tardinha, o horizonte se tingiu do sangue do tenente no vale do Timbó. (p. 86)

E, mais uma vez, o narrador intervém para estabelecer analogia ou paralelismo de alcance cultural mais amplo:

- Não fundamos a antropofagia cultural teorizada por Oswald? Devoramos os europeus nossos ancestrais, para absorver a força deles. (...) Não satisfeitos com a epiderme, exigimos as entranhas. Queremos a posse do coração, do fígado, do cérebro. Vampirescamente chupamos o sangue. Leia-se o resto em Sant' Anna. (p. 87)

A intersecção ao que tange à presença da utopia⁵⁵ pode ser observada sob três pontos de vista diferentes. Os sonhos do coronel Francisco de Albuquerque são revelados pelo narrador:

Houvesse imperador, o superintendente seria barão, barão de Curitiba. Desfilaria em Montevidéu, Londres e Paris como

⁵⁵ Utopia (u-topos = não localização, ausência de concretização) – país imaginário [localizado numa ilha], criação de Thomas Morus, escritor inglês (1480-1535), onde um governo, organizado da melhor maneira, proporciona ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz. Por extensão, utopia é uma representação de qualquer lugar ou situação ideais onde vigorem normas e /ou instituições políticas altamente aperfeiçoadas. Sinônimo também de projeto irrealizável, quimera, fantasia. (Novo Dicionário Aurélio, 2ª ed. revista e aumentada, 23 impressão – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986)

barão, o peito revestido de medalhas, divulgando seus feitos nas florestas do Brasil. (p. 36)

Ainda na voz do narrador, ficamos conhecendo os desejos mais íntimos do estrangeiro Kaspar Hauser:

Kaspar veio em busca do paraíso. Dizia que as cartas dos descobridores não podiam ter sido inventadas, que em algum lugar o paraíso terrestre tinha que estar, ele sentia que estava muito próximo, os pinhais eram a entrada. (p. 60)

Já os anseios do monge José do Rio, quanto à construção de um novo Império, são apresentados na voz do próprio monge:

Não se rendam, irmãos. Não roerão como ratos os tecidos dos nossos sonhos. Eu vos mostrarei um sítio fora do alcance dos canhões, um sítio donde partiremos para construir um Império de justiça, de beleza e de paz, Império em que todos terão o direito de viver, trabalhar e sonhar. (p. 252)

O processo de ironia, figura de pensamento pela qual dizemos o contrário do que pensamos, quase sempre com intenção sarcástica, pode ser evidenciado nas táticas caboclas para despistar e, ao mesmo tempo, aniquilar as tropas federais. Nesse sentido encontramos a escola das virgens e a dança das baianas. Quanto à escola das virgens, anotamos a seguinte passagem, na voz geral das tropas do Exército:

Para chegarmos ao reduto teríamos que passar primeiro pela escola das virgens. Foi o que nos informaram. Sabíamos de uma Virgem em Taquaruçu. Escola de virgens era novidade. (...) A velha nos garantiu que não privaria ninguém dos segredos das virgens. A escola estava aberta a todos que quisessem visitar (...). A visita nos consumiu um dia inteiro, um dos mais gloriosos e instrutivos da nossa carreira. (...) Resta observar que, ao contrário das informações, a escola ficava longe de Taquaruçu. Ao sairmos de lá não encontramos os fanáticos que desejávamos aniquilar. Os caminhos da floresta nos devolveram ao acampamento de que tínhamos partido. (p. 83)

Já a dança das baianas encontramos na voz do narrador, de visão ampla, em suas interventivas buscas por estabelecer analogias ou comparações:

As baianas... Não te admires de tão ousada prática militar. É a lição do carnaval. (...) Baiano escolheu alguns dos seus soldados mais belos e encenou em plena floresta reboleios carnavalescos. O resultado foi o esperado. Outros relatos dizem que as baianas eram mulheres reais. Prefiro esta. Os jagunços protegiam as mulheres dos riscos do combate. (p. 116)

O paradoxo civilização versus barbárie não deixa de ser abordado no romance. Considerando que os coronéis, aliados aos estrangeiros, são encarados como civilizados e os caboclos são vistos como bárbaros, o autor fornece essa e outras versões, geralmente ligadas a outro paradoxo: Idade da Pedra versus Idade do Ferro. No decorrer da narrativa, retiramos três excertos. Em *Roda de chope*, o narrador, interventivo na sua visão superior da história e capaz de relacionamentos diversos, expõe o preço do progresso:

- Não se esqueçam de que se tratava do confronto de duas idades: a idade da pedra e a idade do ferro. Isso é científico. Os conquistadores encontraram nossos índios na idade da pedra. Foi ferro contra pedra. A vitória tinha que ser do ferro, é óbvio. Em todo o globo foi assim. No início deste século, a estrada de ferro cortou o território de homens que viviam na idade da pedra. (...) Foi desumano, mas absolutamente necessário para o caminho do progresso. (p. 98)

As contradições dos caboclos são alvo do narrador, também interventivo-avaliador:

Não caia no equívoco de enquadrar o Império Caboclo na surrada antinomia civilização-barbárie. (...) O pobre se rebela, se desorienta e cai no crime. Enquadrar o desfavorecido nos padrões épicos da aristocracia foi artimanha romântica que hoje ninguém tolera. Bárbaro o caboclo não é. Quero acompanhá-lo em todas as suas contradições. (p. 135-6)

Em contrapartida, em *Curitiba recebe o general*, o narrador assume o pensamento do General Setembrino de Carvalho e sua revolta contra a luta dos sertanejos e seus ideais:

Setembrino queria o território limpo. Tolerar que fanáticos imobilizassem a estrada de ferro, seria corroborar com a vitória da barbárie sobre a civilização. Que a idade da pedra obstrua o avanço da idade do ferro revolta. (p. 186)

O povo daquela região é muito místico e acredita na volta de São João Maria, numa espécie de Sebastianismo. Dessa forma, está sempre de coração aberto para receber novos curandeiros que possam ser seus guias. Zélia de Andrade Lemos (1983, p. 133) escreve: “Quando Adeodato, (...) formou a cidade santa de São Pedro, já com 4.000 habitantes (...) o negro de barbas brancas chamado *frei* ou *monge* Manoel, (sic) começou a intitular-se *José Maria* e todos acreditaram na reencarnação (sic) do *monge do Irani*.” A história tem registrado que, desde aquela época até os tempos atuais, milhares de garotos que nasceram na região contestada foram batizados com os nomes de João Maria e José Maria por reverência aos santos. Inclusive, no próprio romance encontramos duas personagens denominadas de José Maria, além do monge. Quanto ao primeiro, trata-se do desertor sertanejo, que foi interrogado por um sargento (já citado). O segundo aparece no final do “Quinto Ato”, cujo subtítulo é *Catequese*, e trata-se de um “pescador”, que passa as idéias defendidas pelo monge João Maria para um outro homem, este “da cidade”. (Teria sido uma entrevista feita pelo escritor?!)

Quem eu sou? Eu sou José Maria, um homem da beira do rio, homem de fronteira. José Maria tem muitos, todos iguais e diferentes de mim, em lembrança ao Monge. Por ser homem de fronteira é que falo com o senhor. (p. 255)

A religiosidade dos caboclos, com a fé inabalável nos monges, fazia com que os sertanejos acreditassem nos poderes visionários das Virgens. A história apresenta-nos essas meninas Virgens e nos fala do grande poder de liderança de Maria Rosa. Donald Schüller aborda a questão das Virgens, no decorrer da narrativa, através das personagens Constantina, Teodora e Maria Rosa. E o narrador intervém:

Acima de Maria Rosa, José Maria e o exército encantado, abaixo de Maria Rosa, o Império. O imperador ainda não tinha formas precisas, de concreto havia Maria Rosa. Acompanhavam-na a vara e a espada. A vara para disciplinar, a espada para expandir e defender. (...) Com o poder de Maria Rosa, os tiros disparavam certos da floresta sem que os inimigos distinguíssem donde. Do Uruguai ao Iguaçu se reverenciava o nome de Maria Rosa. Os jornais o difundiam no Rio de Janeiro e em Montevideu, o nome primaveril de Maria Rosa, a Virgem do Império Caboclo do Brasil Meridional. (p. 112-3)

Império Caboclo nos apresenta, também, “Joaquim, o Virgem”. Segundo Maurício Vinhas de Queiroz (1966, p. 131), Joaquim, neto de Eusébio, veio para substituir o vidente Manoel, que fora destronado pelo povo, e a quem intitularam o Menino-Deus. Figura hermafrodita, inocente como uma criança, é apresentado no romance pelo narrador:

Abre-se a floresta e aparece Joaquim. Joaquim vem com a espada levantada, a encantada, Vem montado num cavalo branco que ninguém nunca tinha visto antes. Vem para o meio do quadro sorrindo. Vem com o rosto inocente de Virgem, e o povo o recebe com vivas ao Virgem. Manuel sumiu. Manuel sentiu santidade na aparição de Joaquim e desapareceu. (p. 78)

Ainda no campo religioso, Lauro Junkes, em seu trabalho “Império Caboclo: Encantos desnorteantes”⁵⁶, aborda, entre outros aspectos, a

⁵⁶ JUNKES, Lauro. “Império Caboclo: Encantos desnorteantes”. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional de Literatura I – O Romance, organizado pelo Curso de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 18 a 21 de março de 1997. (Anais..., no prelo)

intertextualidade do romance de Donaldo Schüler com a **Bíblia**, relacionando diversas passagens semelhantes entre essas duas obras.

A narrativa em labirinto nos apresenta um final semelhante ao início, “sem saída”. Os sertanejos continuam no seu papel de explorados, “sem terra”, e os coronéis continuam no papel de exploradores - os detentores do poder. No entanto, **Império Caboclo** permanece na névoa sem-fim do sonho.

Assim é a vida: milhares de caminhos. O Império é todos os caminhos reunidos ou Império ele não é. Que destruam redutos admito, o Império ninguém destrói. (p. 258)

Está mais do que na hora de “mudarmos o rumo desta prosa”. Precisamos de novos ares. E foi assim que percebemos o final de cada Ato, do Primeiro ao Quinto (p. 52, 101, 179, 217 e 256), mudança de ares dava novos rumos à narrativa de Donaldo Schüler, que seguia seu caminho pela “floresta”, ao sabor dos ventos:

Ar das imbuías, ar dos pinhais, ar dos penhascos, ar dos peraus, trazei-me o século novo, que os tempos são maus. (p. 256)

O desejo de um mundo melhor (seria utópico?!) não morreu. E a esperança está no novo século, como dizia Eusébio. (Agora com a chegada do ano 2.000, não somente um novo século, mas também um novo milênio.)

No país em que tudo acaba em samba, ou em pizza, vamos terminar com feijoada. Uma atitude pós-moderna. Ao lermos o romance, fizemos diversas relações do prato típico brasileiro com o ajuntamento dos sertanejos.

Na madrugada do dia 7 de agosto do ano da graça de 1912, ouviram-se muitos vivas a Manuel Alves, rei da feijoada e imperador do Brasil. (p. 37)

Primeiro nos chamaram a atenção as cores: o *preto* do feijão simbolizando o agrupamento, a força e, por outro lado, a morte; o *vermelho* das carnes (charque) representando a terra vermelha do Oeste catarinense, o fogo dos incêndios e o sangue derramado; o *branco* do arroz ou da farinha de mandioca nos remete à roupa das virgens e à bandeira de José Maria; a bandeira também trazia o *verde* (da couve mineira) que encontramos tanto nos pinheiros e na erva-mate, como na floresta em geral e simboliza a esperança. Depois, os sertanejos tinham a feijoada como um prato típico, tanto do dia-a-dia como para o dia de festa (até porque não tinham variedade de alimentos).

Avançavam os burros carregados de feijão, arroz, charque, banha, pelegos, roupas, cuias, panelas. Vinham os guerreiros que tinham repelido os peludos de Caraguatá. (p. 132)

Em contrapartida, percebe-se claramente que os americanos da Lumber e suas famílias não gostavam das iguarias brasileiras. (Teriam sido a ironia e o tom paródico que acabaram por desiludir a refinada Christabel com seu marido americano de primeiro mundo, para enfeitiçar-se com a feijoada carnavalesca do caboclo brasileiro?) O narrador demonstra o pensamento de Christabel:

Comida horrível: feijão, arroz, charque. Christabel ensinou Maria José preparar pratos franceses, alemães, italianos. Gente civilizada se orienta pelo cardápio de gente civilizada. Com que proveito? Christabel sentia em tudo gosto de charque. (p. 146)

Para confirmar nossas impressões, retiramos do início do Primeiro Ato, com o subtítulo *Dialética da Feijoada*, dois excertos, ambos na voz do narrador, com sua visão panorâmica do episódio histórico e dos seus entrelaçamentos:

Nós sul-americanos temos o dom de misturar as coisas. Deves acostumar-te a isso, pois é disso que nos orgulhamos. Não criamos nada, misturar sabemos. Praticamos a dialética da feijoadada, invenção nossa. (p. 19)

Drama ainda não produzimos nenhum, isso não quer dizer que nos falte substância dramática, nós a temos em abundância, mas, como verás, drama aqui vira piada. Efetivamente não somos um país sério; sofrido sim; sério nunca. (p. 19)

E, mais adiante, novamente o narrador intervém:

A pureza do nobre (da classe que está no poder, da arte que está no poder) contestada pela ebulição que ferve na base do panelão, ameaça ao de cima. (p. 175)

No “Epílogo”, quando a narrativa da campanha bélica já havia chegado ao fim, a narrativa retorna ao presente, a história do narrador Alfredo e sua mulher Evangelina. Depois de dez longos anos, Alfredo termina seu romance e Evangelina coloca para fora toda a sua mágoa pela indiferença do marido.

Tudo o que você fez nesses últimos dez anos não tem nenhuma importância, não te levou a absolutamente nada. Nenhum livro de história sério registra uma única linha de tudo o que você escreveu. Em vez de você se encontrar como queria, você se perdeu. Papéis. Você trocou a vida por papéis. Você virou papel. E eu? Quem sou eu na tua vida? (...) Estou com Maria Rosa, tudo é nada, é ou não é? (p. 257)

Entretanto, segundo Linda Hutcheon (1991, p. 21), o “repensar pós-modernista sobre a narrativa histórica na ficção é sempre uma reelaboração crítica, nunca um ‘retorno’ nostálgico.”

Enfim, seguindo os passos do narrador pela “floresta”, desse narrador-guia, de ampla visão histórica e de caráter reflexivo sobre os caminhos da cultura, percebemos inúmeras veredas diferentes possíveis de serem trilhadas. Mas, retornemos à trilha principal, qual seja, a da intertextualidade entre ficção e história, motivo da nossa caminhada.

III – O CAMINHAR PELA FLORESTA

Nesta parte, nos propomos a percorrer os caminhos da intertextualidade entre ficção e história, isto é, entre **Império Caboclo** e a Guerra do Contestado, seguindo, de um lado, o roteiro fornecido por Donaldo Schüler, e, do outro, a visão histórica do conflito armado, apresentada no primeiro capítulo deste trabalho. Desse modo, buscamos na ficção os motivos que culminaram com o levante caboclo.

A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, apesar de conferir o nome à guerra, não é considerada pelo autor ficcional como motivo relevante. A única passagem que vimos, relacionada a esta questão, encontramos no discurso do caboclo “Castelhano”, no banquete oferecido pelo mesmo, quando da tomada da vila de Curitiba pelos sertanejos:

Com os poderes imperiais que detenho, elevo Curitiba à categoria de Província, território que vai de Palmas até as margens do Uruguai, sendo que as fronteiras deverão em breve ser fixadas por comissão especial. Com essa medida ponho fim ao litígio que tanta desgraça trouxe aos moradores do assim chamado Contestado. Contestado não há mais. (p. 166)

Na visão de Schüler, o coronelismo é um dos principais motivos, senão o maior, da Guerra do Contestado. Já no início do “Primeiro Ato”, encontramos *Os coronéis e o Coronel*, com seus poderes, influências e desmandos. Percebe-se aqui uma nítida distinção: o Coronel, grafado com a primeira letra maiúscula, identifica-se com o Cel. Francisco de Albuquerque, Superintendente de Curitiba (que terá um papel relevante no entrevero) e, por outro lado, os coronéis, grafados com a primeira letra minúscula, retrata

todos os demais coronéis, os fazendeiros da região contestada (Henrique de Almeida, Fulgêncio, Emílio Blum, Artur de Paula, Amazonas, Otávio Ferreira e Alonso Boavista).

Coronéis havia muitos, mas esse era o Coronel. O município era dele. Um filho do Coronel era delegado, um cunhado era promotor, um sobrinho era notário, um primo era juiz. Superintendente era o Coronel. Todos dependiam da proteção dele. Muitos coronéis se abrigavam à sombra do Coronel. Afilhados tinha dezenas. O compadrio permitia aumentar a família indefinidamente. O Coronel defendia Curitiba porque era a casa dele, a família dele. (p. 15)

O Coronel ocupa posição nodal na história. Era coronel da guarda nacional⁵⁷, não o confundas com coronéis do exército; coronel da guarda nacional era título honorífico, podia ser até comprado, chefetes locais o ostentavam em troca de favores políticos, votos. (p. 18-9)

Percebemos, ainda, que o “Coronel” percorre toda a trama narrativa, no entanto, seu nome só aparecerá em duas ocasiões:

Fins de novembro de 1913. Em Florianópolis, tarde de sol, banhos, pesca, passeios, areia e mar. O Governador do Estado de Santa Catarina, sua excelência, o Dr. Vidal Ramos, recebe do Coronel Francisco de Albuquerque o alerta de ajuntamento ostensivo e agressivo de fanáticos nos campos de Taquaruçu. (p. 81)

Palavras de Eusébio: Ferrabraz, o monstro tem mil cabeças. As cabeças chamam-se Francisco de Albuquerque, Moreira César, Freire Gameiro... Os nomes são muitos, o monstro é o mesmo, a cobra de muitas cabeças, a hidra. (p. 115)

⁵⁷ Termo utilizado por Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, Enxada e Voto* (1986), como vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Com características expressionistas, a personagem denominada Kaspar Hauser⁵⁸ pinta um quadro do Coronel, apresentado pelo narrador:

Kaspar gostava de pintar, e fazia pinturas bem estranhas. A do Coronel, por exemplo. A cabeça do Coronel era quadrada e, dentro do quadrado, o losango da bandeira nacional era vermelho. Dos olhos pingavam gotas de sangue. A barriga dele era um globo terrestre. Dentro da barriga pastavam bois, cavalos e ovelhas. Como se o Coronel quisesse devorar o mundo! Os pés do Coronel estavam voltados para trás, como se ele não andasse para a frente. (p. 19)

A antipatia era recíproca. Para o Coronel, Kaspar Hauser, alemão que veio para a floresta brasileira em busca do Paraíso e viveu com o povo sertanejo de José Maria, não passava de um espião do Kaiser.

O Coronel dizia que o tal de Kaspar era contrabandista de armas a serviço do Kaiser para sublevar os caboclos, que a intenção do Kaiser era anexar o Sul do Brasil, fazer uma colônia como já tinha outras na África. Motivo da anexação, a densidade da população alemã. Os caboclos queriam imperador? Por que não ele, o todo-poderoso Kaiser? O Coronel recomendou ao Governador alertar o Presidente da República. Os alemães deviam estar sob vigilância rigorosa. O Kaspar se fazia de louco para enganar, que de louco ele não tinha nada. (p. 31)

Essas idéias e receios do Coronel tinham algum fundamento. De acordo com o Prof. Klaus Richter, Doutor em História e Arquivista, em sua obra **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau** (1992, p. 13-5), a Alemanha possuía interesses no Brasil Meridional: “representantes

⁵⁸ A princípio, pensamos que esta personagem fosse inteiramente ficcional. No entanto, ficamos sabendo de um filme alemão denominado **O Enigma de Kaspar Hauser**, de Werner Herzog. E, mais recentemente, a **Folha de São Paulo**, de 16/06/96, p. 5/8, apresentava como lançamento em literatura o romance **Kaspar Hauser**, de Jacob Wassermann, tradução de Adonias Filho, publicado pela Editora Topbooks. De acordo com o verbete do jornal, o “romance conta a história de Kaspar Hauser, personagem real que até os 18 anos não teve contato humano.” Kaspar Hauser já tornou-se personagem legendária na Alemanha.

burgueses da opinião pública, empresários e políticos alemães no final do século 19 continuavam interessados em influenciarem o rumo de tal emigração. Adeptos do imperialismo e nacionalismo da época, consideravam de interesse nacional que pela emigração os emigrantes não perdessem a sua etnia, cultura, língua e nacionalidade, mas, sim, formassem poderosos quistos étnicos alemães no além-mar.”

Richter, consultando um autor alemão⁵⁹, nos fala que “um manual destinado à documentação dos alemães fixados além das fronteiras do “Reich”, em 1902 estimava que no Brasil havia 350 mil pessoas falando o alemão. Segundo esta fonte, desses 350 mil alemães e descendentes de alemães estavam vivendo na época: (...) 80 mil em Santa Catarina, ou seja, 20% da população de SC (...) Entusiastas pela fundação de colônias agrárias alemães (sic) nestes estados, estavam tentando convencer o público, através de inúmeros artigos nos periódicos da época, destinados à discussão de problemas migratórios.”

No entanto, o próprio Klaus Richter (1992, p. 15), seguindo o pensamento de Gerhard Brunn, argumenta que o governo alemão não levava a sério esses projetos expansionistas. Segundo ele, “o governo alemão, porém, se recusou a considerar sérios tais planos sinistros. Bismarck como Chanceler, com a sua perspicácia comum em assuntos externos, (...) achou que o Brasil não fazia parte das zonas mundiais de interesse alemão, mas que, ao contrário, estaria ligado aos interesses globais dos Estados Unidos da América. Seria mister evitar que a Alemanha se viesse intrometer em assuntos brasileiros.”

Nesse sentido, Donaldo Schüler aborda a Doutrina Monroe (a América para os americanos) sendo explorada no Brasil, mais

⁵⁹ BRUNN, Gerhard. **Deutschland und Brasilien** (1889-1914). Latein-amerikanische Forschungen, Band 4, Köln, 1971, p. 167. In.: RICHTER, Klaus. (1992, p. 13-4)

precisamente no Contestado, através da voz da personagem Robert Helling, engenheiro americano:

A capacidade das máquinas americanas ultrapassava a França e a Alemanha reunidas. Inadmissível, made in Germany no Brasil. A doutrina Monroe não era só política ou territorial, era também industrial e econômica. Os Estados Unidos não poderiam tolerar a expansão das potências europeias na América. (p. 141)

A partir das ligações feitas acima entre Alemanha e Brasil, relacionamos **Império Caboclo** com o romance recém-publicado **O Bruxo do Contestado** (1996), de Godofredo de Oliveira Neto, que também aborda a Guerra do Contestado, porém o paralelo é realizado com a II Guerra Mundial. Aqui não encontramos a figura de Kaspar Hauser, mas sim a idéia do pangermanismo.

A briga política entre os coronéis Francisco de Albuquerque e Henrique de Almeida levou José Maria e seu povo a saírem de Taquaruçu e irem para os campos de Irani (na época pertencentes ao Paraná):

Interesses conflitantes robusteceram o movimento. José Maria era inteligente. Sabia que os coronéis não o ajudavam por gostarem dos pobres. Sentindo que a briga dos coronéis podia dar na matança de sua gente, tocou-se para longe, para Irani. (p. 35)

As relações de compadrio entre os coronéis e seus peões e agregados, como ditava a hierarquia social da época, são apresentadas ao mesmo tempo que são dissolvidas diante dos interesses dos coronéis:

O Coronel não gostava do Hermesildo. Hermesildo vinha lhe trazer informações, mas o Coronel não gostava dele. Podia confiar em alguém que tinha acompanhado José Maria a Irani? No conceito do Coronel, Hermesildo era fanático, fanático escondido, mas fanático. (...) Era seu compadre, mas o Coronel não confiava nele, como desconfiava de todos os que moravam

em Taquaruçu. Aquilo era um ninho de cobras e tinha que ser destruído. (p. 58)

Os coronéis, eram ambiciosos, tinham o poder e agiam somente de acordo com seus interesses. Enquanto não havia os estrangeiros com seus capitais para investir nas terras do Contestado, os coronéis não viam mal nenhum em ser compadres de seus peões (talvez mesmo para ostentar sua superioridade e manter seu domínio!). No entanto, bastou chegar o dinheiro estrangeiro para eles mudarem de opinião e apoiarem o Governo e o grupo norte-americano Farquhar. Por isso, os coronéis começaram a expulsar seus agregados e a vender terras onde já havia posseiros. O problema da posse da terra - de um lado, os poucos fazendeiros (coronéis); do outro, os diversos posseiros (sertanejos) - surge no jogo de poder, no qual o mais forte é o que sempre sai ganhando:

Tem coronel que acertou a legalização da posse. Você me paga tanto, e eu te passo a escritura. O posseiro economizava no mate, na banha, no feijão e no arroz. (...) O pagamento era em prestações divididas em quantias que o posseiro pudesse pagar. Perto da última prestação, o coronel espertalhão inventava um motivo para botar o adquirente na rua com mulher e filhos sem direito a nada. (p. 125)

A antinomia civilização-barbárie é confirmada pelo autor dentro da própria estrutura político-social-econômica do nosso país: uma “república dos coronéis”:

Repete-se a tática da conquista. Em quatrocentos anos de agressão ainda não aprendemos outra. O outro tem que ser destruído. Considera-se perigosa a outra cultura. Do outro não aceitamos nada. É a luta de um sistema decrépito, a república dos coronéis, contra um novo sistema. Coronéis são todos os que estão em posição de mando, desde o Presidente da República; o sistema é coronelício. A fachada é democrática, mas o sistema é coronelício. Não adianta culpar este ou aquele

do massacre. Qualquer um faria a mesma coisa. O mal está na organização do país como um todo. Nossas reformas vêm com atraso, por isso não progredimos. (p. 97)

Segundo o narrador de **Império Caboclo**, até Adeodato, o último líder dos sertanejos, é fruto desse sistema coronelício:

Ao despontar do novo século, Adeodato arrastava atrás de si o peso dos séculos passados. Era despótico como os coronéis do seu conhecimento e devasso como eles, era amedrontado e criminoso. (p. 230)

Matos Costa, oficial do Exército, ao buscar as causas do movimento caboclo que levou ao conflito armado, na tentativa de evitar maiores conflitos e mortes, não teve dúvidas em culpar os coronéis, conforme não esconde o narrador:

Matos Costa cometeu a imprudência de suspeitar da honestidade de coronéis. Chegou a observar que certos criadores escondiam máquinas de fabricar dinheiro em suas próprias casas. Até os nomes de supostos falsários não lhe escaparam (...) As provocações de Matos Costa não pararam aí. Responsabilizava os coronéis pela guerra por terem expulsado caboclos. (p. 124-5)

Em contrapartida, percebemos como os coronéis eram vistos com menosprezo pelos soldados, na voz da personagem de um bodegueiro que fora feito prisioneiro pelo Exército:

Do exército, o coronel Henriquinho, meu compadre, não podia me defender. Ele tinha fama de jagunço. Se interferisse, prendiam ele também. Para o exército, coronel da guarda nacional não significava nada. Até riam. Que tempos! (p. 219)

Quanto à morte do Coronel, enquanto na narrativa ficcional de Guido Wilmar Sassi, **Geração do Deserto**, esse episódio fica apenas implícito na jura de morte pelo monge José Maria, em **Império Caboclo** a

morte do coronel é representada na emboscada realizada pela personagem Mula – filho de Dentinho, que, ao mesmo tempo que cumpre a jura do monge, de certa forma, vinga seu povo do sistema coronelício.⁶⁰

O Coronel foi morto por um filho do Dentinho. O Coronel voltava de Florianópolis (...) Atrás de um pinheiro de quinhentos anos vigiava o filho de Dentinho, e o Coronel não sabia. Esperou semanas e meses, e o Coronel não sabia. Vivia para aquela morte, a morte do Coronel. A causa? Antigas pendengas, conflitos de terras há muito resolvidos, pastagens finalmente anexadas às terras do Coronel, demandas por todos esquecidas. (...) O estampido quebrou certo e seco o silêncio da tarde.” (p. 249)

A citação acima atesta a idéia de que, para o Coronel, o problema da posse da terra tinha sido resolvido e tudo voltara ao seu normal com a exterminação dos “fanáticos” pelas tropas do General Setembrino de Carvalho.

Outro motivo relevante para a Guerra do Contestado foi a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Como já vimos, surgiu a necessidade de se interligarem os grandes centros urbanos com a região sulina, inclusive o planalto catarinense, cuja ligação era feita apenas por precários caminhos de tropas. Para o narrador interventivo de **Império Caboclo**, a idéia de construir a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande teve claras influências norte-americanas:

Em nome do mito, nos impingiram a necessidade de ligar o Centro ao Sul com uma estrada de ferro. Em nome do progresso,

⁶⁰ Gostaríamos de ressaltar que existe uma outra versão para a morte do coronel Francisco de Albuquerque. Segundo o genro do referido coronel, Seu Arno Waldemar Johanes Hübbe (nosso avô, hoje com 91 anos), em entrevista realizada no dia 19/10/97, em Tubarão – SC, o coronel morreu numa emboscada sim, porém, a mando do coronel Henrique de Almeida, seu rival político, no ano de 1916.

destruíram tudo o que encontraram no caminho sem poupar a população nativa. (p. 93)

Abrir caminhos em florestas não é tarefa das mais fáceis. No entanto, a Brazil Railway Company soube explorar ao máximo esse ponto, ao construir a estrada de ferro numa linha repleta de sinuosidades, visto que ganhara quinze quilômetros de terra de cada lado da ferrovia. O resultado dessa construção “irregular” podemos verificar nas observações do narrador, quando do encontro de Matos Costa com frei Atanásio no trem:

O Rio do Peixe, disputando com o progresso o seu antigo leito, subia pelas encostas, se espalhava pelas terras desmatadas e paralisava a marcha da locomotiva. A Companhia tinha alinhado os dormentes nas margens cômodas do rio. O lucro foi maior, e o resultado, uma desgraça. Havia horário para sair, nunca havia horário para chegar. (p. 127)

A briga entre os Estados Unidos e a Alemanha pelo Brasil, isto é, a doutrina Monroe contra o pangermanismo, é retratada por Donald Schüller, através do pensamento do engenheiro Robert Hellwig quanto à construção da estrada de ferro:

A estrada de ferro representava braços da civilização no continente. A civilização vinha do norte. As redes ferroviárias amarrariam o continente inteiro às rotas dos navios americanos. Os países latino-americanos estariam unidos aos Estados Unidos, a única potência capaz de defender a América da invasão estrangeira. Uma muralha de ferro estava sendo construída contra o pangermanismo do Kaiser. (p. 142)

No entanto, a visão do povo sertanejo, quanto à estrada de ferro, era completamente oposta à do governo e seus “aliados”. Donald Schüller, através do narrador, analisa o pensamento de Eusébio, um dos líderes caboclo:

- Eusébio dera com o sentido do novo século, a renovação. (...) O novo não era a estrada de ferro, marginalizante. A máquina, por si só, não opera a revolução. Unida à prepotência, a máquina agrava o sofrimento. (p. 66-7)

O sofrimento do caboclo agrava-se com a concessão das terras marginais da ferrovia, doadas pelo Governo Federal ao grupo norte-americano Farhquar, devido à construção da estrada de ferro. Quinze quilômetros para cada lado. E os sertanejos, a maioria simples posseiros, viram-se mais uma vez expulsos de suas terras. O diálogo entre frei Rogério e o líder caboclo Eusébio, no qual este argumenta que seu povo não tem para onde ir, revela o drama sertanejo:

- Eusébio, vim para evitar uma desgraça. Se vocês se dispersarem e voltarem para suas casas, será melhor para nós todos. Se houve crimes, estão perdoados. O governo esquece, já esqueceu.

- Ir para onde, padre? O senhor quer que eu arranque os trilhos do trem e volte a plantar milho e feijão onde puseram dormentes e ferro? Tem gente que veio de Santos, padre. O senhor paga a passagem de volta? São mais de cem. Não vieram porque queriam. Vieram à força. Outros foram presos no Rio de Janeiro, andando pacificamente na rua. O senhor fala em crime? O senhor acha direito matar a porrete e a fome, como fizeram na estrada de ferro? Trataram nossa gente como não se trata bicho, quando não precisaram mais largaram no mato. (p. 65)

Na citação acima, percebe-se também o problema dos trabalhadores desempregados da estrada de ferro. A Companhia contratou diversas pessoas de outros estados e não cumpriu a promessa de mandá-los de volta para seus lugares de origem. Abandonou-os. Essa multidão de desempregados aumentou consideravelmente o povo sertanejo de José Maria, como podemos verificar em *A Grande Peregrinação*:

As multidões se adensavam, mal trapilhos e mal nutridos, multidões de molambentos, e vinham os que tinham perdido a terra pedir justiça e os que tinham sido despedidos nas obras da estrada de ferro (p. 55)

Um desses homens era Olivério. Uma personagem pós-moderna. De uma favela do Rio de Janeiro direto para a floresta do Contestado, o narrador nos conta sua história:

Quem era Olivério? Um negro da Rocinha, no Rio. Assassino ao quinze anos, maconheiro aos treze anos, condenado a vinte anos de cadeia aos vinte e um; condenado e foragido, passeando muito sim senhor no largo da Carioca, ele foi preso, preso e setenciado a dinamitar rochas nas margens do Rio do Peixe para o trem poder passar. (p. 69)

Para o Coronel, esses “intrusos”, os trabalhadores da estrada de ferro, eram os culpados pela Guerra do Contestado. Esse ponto de vista é apresentado em duas passagens, uma no início e outra no final da trama narrativa:

A culpa era dos intrusos. A estrada de ferro pagava fortunas para gente que nunca tinha visto dinheiro. Com algumas moedas nos bolsos, os caboclos olhavam soberbos, desrespeitavam autoridades. A ralé do Rio, de Salvador, do Recife infestava o mato, gente sem lei e sem respeito. Essa sem-vergonhice tinha que terminar. (p. 25)

Quem imaginaria que aqueles miseráveis pudessem um dia ter estado em armas para se apossar do poder? Responsáveis tinham sido os intrusos, gente de fora, bandidos do Rio e de Salvador trazidos pela civilização, o caminho de ferro. A gente do lugar labutava pacífica, contente com pouco, o suficiente para viver. (p. 249)

A mesma idéia era compartilhada pelo Gen. Setembrino de Carvalho, como podemos observar no diálogo com Pinheiro Machado:

- Delírio? Quem manda lá é gente treinada em assaltos aqui. Criminosos daqui fenderam rochas, deitaram dormentes, firmaram trilhos. Nós os fizemos trabalhar à força. Hoje são cabecilhas de sublevados. Esvaziamos as prisões do Rio, de Salvador, de São Paulo. Não conhecemos nada deles, e eles sabem tudo de nós. (p. 181)

Também para os norte-americanos, a culpa pela Guerra do Contestado era dos trabalhadores da estrada de ferro. O pensamento da personagem engenheiro Robert Hellwig demonstra essa idéia, numa atitude drástica de prepotência colonialista, denunciada pela ironia do narrador:

A floresta estava infestada de bandidos, bandidos que eles próprios tinham criado por serem humanitários. Se tivessem metralhado os miseráveis depois de concluído o contrato de trabalho com a Companhia, estariam livres deles e teriam prestado um serviço a todos: ao Brasil, à América, ao mundo. Metralhar e enterrar em vala comum. Ninguém perguntaria nada. Agora, todos estavam ameaçados. Humanitarismo americano... A desgraça estava feita. A floresta contaminada pelo crime como uma doença contagiosa. Desocupados e vadios tinham transformado gente crédula e pacífica num exército. (p. 141)

Percebe-se acima que o pensamento dos coronéis, do Exército e dos estrangeiros era o mesmo. Portanto, eram aliados nessa guerra contra o povo sertanejo. Não mataram todos, mas mataram muitos. Donald Schüller, através de seu narrador, consegue fazer poesia em sua prosa, no meio de tanta desgraça:

Os trilhos têm a cor dos ossos dos operários mortos. O trem atravessa o buraco aberto no peito da floresta como bala de canhão. A locomotiva lança fagulhas para estancar o sangue que escorre do tronco das árvores. Percorri, noite e dia, trezentos e sessenta e quatro quilômetros de dor. (p. 99)

No campo da economia encontramos mais um motivo para a guerra. O sistema econômico da região contestada na época do conflito girava em torno da erva-mate e do pinheiro. Comercializar esses produtos estava nos planos do povo sertanejo, seguidores de José Maria:

Dinheiro tinha que existir, moeda do Império com efígie de Virgem e de Imperador, dinheiro para comprar açúcar, sal, roupas e armas. A dinheiro o Império venderia madeira, pinhão, erva-mate, feijão, banana, aipim, couro e carne. (p. 114)

No entanto, os estrangeiros, aliados ao Governo brasileiro e aos coronéis, viram o potencial desses mesmos produtos e a garantia de lucros altos. Para isso, não pouparam esforços e capitais na construção de grandes serrarias, através da *Southern Lumber and Colonization Company*, mais conhecida apenas como *Lumber*. Os caboclos não tinham como competir nesse mercado. O pensamento caboclo é exposto através de um personagem histórico, um dos líderes do movimento, Seu Elias:

Agora, o que não suportava era gringo, gringo da estranja, gringo como os da Lumber, gringo que vinha para tomar terra, para derrubar pinheiro, para sugar o sangue do povo, para tirar a comida da caboclada. Vinham para matar. Matavam devagar, mas a morte era certa. (p. 114)

Em contrapartida, a visão dos americanos era bem diferente. Segundo eles, a estrada de ferro e as serrarias, com maquinários de última geração, vinham trazer o progresso para o Brasil. A floresta precisava ser modernizada. Apesar dos problemas enfrentados, os americanos sentiam-se orgulhosos com suas ações, denunciando sua atitude colonialista, conforme verificamos no pensamento do personagem eng. Robert Hellwig:

Milhares de dúzias de tábuas serradas para serem exportadas. Os trens corriam dia e noite para os portos de São Francisco e Paranaguá. A Lumber tinha transformado a paisagem em poucos

anos. Robert ainda se lembrava dos tempos em que todo aquele vale era uma floresta cerrada, povoada de onças, jararacas, índios e caboclos. O engenheiro olhava com orgulho para a estação, o depósito de madeira, a serraria, o armazém, as casas, monumentos do progresso no coração da floresta. (p. 139)

O Exército brasileiro compartilha com as idéias norte-americanas. E defende-as a todo custo, como podemos perceber no pronunciamento abaixo:

Potiguara declarou: a Lumber acaba com a floresta, é seu dever. O pinhal é uma cabeleira piolhenta. Para extirpar a piolheira é preciso deixar a terra lisa que nem bunda de nenê. (p. 203)

Piolho. Vale ressaltar aqui a origem do termo “pelado” para os sertanejos, contrapondo com a de “peludos” para os soldados e coronéis, de acordo com o pensamento da Virgem Maria Rosa, exposto pelo narrador:

Coceira e piolhos corroíam a paciência de seu povo. Os homens derrubavam a piolheira raspando o coco, mas os bichos sugavam o sangue escondidos na cabelama das mulheres. (p. 132)

Outro motivo para a Guerra do Contestado foi o desejo da restauração da Monarquia por parte dos sertanejos, em detrimento da República. Mais uma vez, Donaldo Schüler apresenta vários pontos de vista.

Para o povo sertanejo, seguidores de José Maria, o Império, e por conseguinte a Monarquia, era um sonho de São João Maria, que eles lutavam para tornar realidade.

O Império com que sonhava não seria destruído e teria domínio universal. Extinguiria todas as repúblicas assim como tinha sonhado João Maria, o Santo. (p. 39)

Sonham com o Império, com a justiça, com a paz. Muitos sonham, mas o sonho é um só. O sonho irmana, faz de muitos corpos se movendo um corpo só, jovem, alegre, robusto. A resistência tinha quebrado a espada da República. (p. 86)

Para os caboclos, a nova realidade, sob a égide da República, não era boa, sentiam-se marginalizados e explorados.

O Império era uma idéia, de justiça, de respeito, de dignidade, de ordem. O que oferecia a República? Humilhação, privilégio de poucos, invasão estrangeira, destruição das florestas, massacre de brasileiros, a entrega do Brasil a alemães, italianos, poloneses, ingleses, franceses, americanos... (p. 158)

E o sonho da volta da Monarquia torna-se realidade quando da tomada da vila de Curitiba pelos sertanejos, liderados por Castelhana:

Minha gente, tenho um tiro só, e este é a instauração do Império. Digo mal, eu quis dizer restauração, porque a República foi uma usurpação. Digo “foi”, porque a República já não é. A República com os seus desmandos foi. Onde foi a República, é o Império Caboclo do Brasil Meridional. (...) “Meridional” e “Caboclo” é provisório. Em breve seremos o que já fomos, “Império do Brasil”. (p. 165)

Com a morte de José Maria e sob o comando de Elias de Moraes, o Império tinha suas próprias leis, herança do monge:

Já era hora de criar leis, reformar e codificar costumes do Império para serem divulgados e respeitados. Lei tinha, mas era tradição. Por exemplo: (...) a gente do Império só brigava quando atacada; nem armas da República queriam, queimavam as que tomavam do inimigo; armas, só as do Império, munição, só a fabricada por gente do Império. Isso não podia continuar assim, foi no que Elias vinha meditando. O Império tinha que avançar, as leis tinham que ficar do tamanho do território, lei boa era a que protegia o território. Tradição! Tudo muito bem. Agora, tem tradição e tradição. (p. 113)

Nesse sentido, percebemos a antiga tática de guerra que dita: “a melhor defesa é o ataque.” Em *Acordo*, o narrador problematiza a guerra a partir da fala de Elias de Moraes, em conversa com o Capitão Matos Costa:

- Contra guerra total, só guerra total é eficaz. A humanidade dos jagunços no início do conflito é notória. Quando viram o que a República fez em Taquaruçu, tornaram-se criminosos. A guerra total é criminosa. Quem os levou ao crime? (p. 138)

Em *Insígnias de general*, o narrador nos apresenta “um novo Francisco Alonso”, líder caboclo que retira seu bigode, considerado por ele mesmo um “vício da República”. O bigode era muito utilizado na época pelos coronéis, tanto os do Exército como os civis. Relembramos, aqui, a denominação de “pelados” para os sertanejos e “peludos” para os soldados.

O bigode farto se inclinava preto sobre os lábios rubros. Francisco Alonso o aparava devagar. (...) Francisco Alonso catava com a tesoura os fios salientes. O bigode descia parelho. Bigode de general. (...) Francisco Alonso pelara o crânio e a cara, o bigode preto em contraste com a face lisa o deixava com aspecto de mau. (...) A navalha voltou às mãos de Chiquinho. Derruba o bigode com dois golpes. O Império merecia o sacrificio da vaidade. Por que sujar a cara com os vícios da República? (p. 153-4)

Já para o Coronel, o levante sertanejo era um movimento político, uma revanche da Revolução Federalista de 1893:

Telegrafaria a Florianópolis imediatamente. Monarquistas tinham voltado a se concentrar em Taquaruçu, a segurança da pátria estava em perigo. (...) O movimento tinha implicações claramente políticas. Um exército estava se formando. Não tratassem os sediciosos com leviandade. Gente da revolução de 93 organizava a sedição. Tratava-se de um movimento revanchista. (p. 58)

Para o Exército, a República estava em perigo, com o desejo do povo sertanejo de restaurar a Monarquia nos sertões catarinenses. Constatamos essa idéia nas vozes do Cel. Gualberto de Sá e do Gen. Setembrino de Carvalho, respectivamente:

Não o convencia o falatório de que se tratava do deslocamento inofensivo de pobres fanáticos. Via-se que era um movimento organizado. O coronel sabia de boa fonte que se tratava de manobra destinada a subverter a ordem nacional. O momento era grave, gravíssimo. Objetivo? A restauração do Império. (p. 45)

Pinheiro, você não reconhece o perigo? Eles são monarquistas, o destino da República está em jogo. (p. 181)

Como também no pensamento do político Pinheiro Machado (líder do Partido Republicano Conservador):

No Morro da Garça recebera Matos Costa, ali recebera Setembrino de Carvalho para limpar as florestas do Sul. O monarquismo era o câncer que debilitava a nação. O melhor do exército na floresta para salvar a nação. Primeiro, Canudos; agora, o Contestado. Quando é que extirpariam o mal? (p. 248)

A visão do grupo norte-americano Farhquar vem expressa através do pensamento do engenheiro Robert Hellwig, para quem o perigo maior das idéias monárquicas dos sertanejos era uma possível influência do pangermanismo:

Havia notícia de chefetes alemães entre os jagunços. As idéias monárquicas dos caboclos estariam sendo manipuladas pelo Kaiser? As colônias alemãs no Brasil teriam que estar sob rigorosa vigilância. Com facilidade se converteriam em base de operação do exército germânico. (p. 142)

Outro motivo para a Guerra do Contestado foi o messianismo, com a presença dos monges na região contestada. Reuniu-se em torno de José Maria todo o povo sertanejo, descontente com o Governo e com a sociedade. Nesse sentido, o narrador afirma a importância da religião, como nas duas passagens abaixo:

O messianismo dos pobres tem uma visão mais precisa da situação. Porque os despossuídos atacam o nervo da questão, igreja e estado se sentem ameaçados. O direito à propriedade e à liberdade, negado aos amotinados de Taquaruçu, provocaria a modernização do país. (p. 66)

A religião se desenvolvia em resposta a necessidades reais. A certeza da ressurreição e a esperança em dias melhores eram urgentemente requeridas para suportar as privações presentes. (p. 87)

Já em *Outros ares*, o narrador apresenta uma visão diferente sobre o messianismo, semelhante às idéias colonialistas dos norte-americanos:

- Isso explica o curandeirismo, nossos altos índices de mortalidade infantil, a baixa média de vida, o descuido da saúde pública. Em lugar do trabalho, o milagre, que é uma forma para justificar a preguiça. (p. 92)

Por outro lado, os “intelectuais” do governo republicano pareciam estar preocupados com o poder do monge que liderava milhares de sertanejos, ao mesmo tempo que sonhavam com esse poder de liderança, como revela o narrador ao expor o pensamento da personagem Inocência Dias, “Acessor cultural do Governador”:

Estaria nascendo no Contestado um movimento realmente popular, uma revolta de camponeses capaz de convulsionar a América e o mundo? O misticismo o intrigava. Misticismo é ópio do povo. O movimento teria que ser conduzido pelos intelectuais. Os místicos deveriam ser silenciados a fim de que os intelectuais pudessem assumir o lugar que a história lhes reservou. Cabia-lhes forjar uma cultura racional. Não havendo tradição, a tradição teria que ser inaugurada. (p. 123)

Ao término da narrativa, o narrador interventivo reafirma, num tom mais racional:

Privações nos tornam disponíveis a visionários que anunciam a concretização do que desejamos. O líder messiânico adivinha e exprime o apelo de muitos. Ele é o espelho em que enxergamos nossa fisionomia de pedintes. (p. 253)

E vieram os monges. Para alívio e esperança de muitos caboclos, que os seguiam fielmente. A figura do monge era, para o sertanejo, a “luz no fim do túnel”. No entanto, para outros segmentos da sociedade, a história era bem diferente.

Para os padres, representantes da Igreja Católica Apostólica Romana, esses homens que se diziam monges, não passavam de curandeiros oportunistas, como podemos verificar no pensamento de Frei Inácio, assumido pelas palavras do narrador:

Curandeiros, estes sim. Atraíam multidões. Seduziam ainda mais quando pregavam. Enchiam de fantasias almas crédulas. Asneiras, as mais descabidas encontravam adeptos. (...) Espertalhões se aproveitavam de almas ingênuas e infestavam a terra com cruces sacrílegas e nichos, hedionda caricatura do catolicismo. (p. 20-1)

O Governo também não simpatizava com os monges, devido aos ajuntamentos de caboclos e dos novos ensinamentos religiosos, no ponto de vista dos caboclos, como atesta o narrador:

O Governador não gostou do ajuntamento de miseráveis ao redor de São João Maria. Os governadores não querem que os miseráveis se reúnam para rezas ao fim da tarde. Pobre não deve formar sociedades como os abastados. Sina de pobre é viver separado. Quantos João Maria existiram? O que importa? João Maria era um que era dois e era dois que era um. Perseguir João Maria não adianta. Sumindo um vem outro, um outro que é o mesmo. (p. 39)

Em **Império Caboclo**, São João Maria apareceu como uma figura legendária e carismática. Sua história não é narrada com detalhes,

mas o povo sertanejo constantemente se recordava dele e o invocava, pois aprendeu a tê-lo na mais alta consideração e a seguir seus ensinamentos. No decorrer da narrativa, surge ele nas mais diversas passagens. A princípio como o modelo para José Maria (p. 33 e 42), o seu santo de devoção. Depois, ora dividindo as atenções dos caboclos com os padres (p. 62), ora conseguindo novos adeptos, ex-capangas de coronéis (p. 108).

No entanto, o monge José Maria, na narrativa de Donaldo Schüller, é o centro das atenções, não no sentido de ser a protagonista, mas por seu papel relevante e aglutinador na Guerra do Contestado. Afinal, somente ele deixou-se rodear de inúmeras pessoas, além de ter organizado e armado o povo sertanejo para a luta. Sua influência sobre os caboclos era tanta, que eles tiveram forças para lutar por mais três anos depois de sua morte em Irani, no primeiro combate com as tropas federais. Nesse sentido, a narrativa de Schüller aborda com frequência a idéia (promessa de José Maria) de ressurreição de todos os caboclos e a existência do Exército Encantado. Outra referência ao Sebastianismo. Além disso, a idéia de ressurreição dava forças para os sertanejos lutarem sem medo pela terra. Eles não tinham mais nada a perder, pelo contrário, só a ganhar. Retiramos da narrativa, dois momentos que confirmam essa crença. O primeiro, na vitória dos caboclos contra as tropas federais, no reduto de Taquaruçu:

A batalha tinha sido ganha pelo exército encantado de São José Maria. O santo tinha prometido, o santo tinha cumprido a promessa. (...) Os caboclos viram centenas de cavalos brancos em disparada pelos céus e os saudavam com cânticos de louvor e gritos de guerra. (p. 87)

E o segundo momento, na morte do coronel Francisco de Albuquerque:

Para as almas piedosas, o tiro que dobrou o Coronel não foi disparado por arma de vivente. Levantaram reverentes os olhos para o alto, donde vinha a guerra do exército encantado. (p. 250)

A narrativa ficcional revela, ainda, o boato em torno do monge José Maria, que teria violentado uma moça, candidata pelo município de Ponta Grossa a um concurso de beleza em Curitiba. O fato teria ocorrido no hotel Guaíra, na capital paranaense. A repercussão desse episódio (que não chega a denegrir a imagem do monge perante seu povo) inicia com a acusação de Frei Inácio (p. 20 e 39); passa pela defesa de Kaspar Hauser (p. 59) e termina com a versão da referida moça ao delegado, no dia 14/03/1908 (p. 240-2). Logo em seguida, o narrador intervém, colocando um ponto final na controvérsia, ao relacioná-lo com um santo da Igreja Católica (mais uma intertextualidade!):

- Mesmo que tivesse havido estupro, a mancha se apagou com a regeneração de José Maria. Até Santo Agostinho que foi quem foi teve um filho ilegítimo antes de se converter. Isso impediu que se tornasse santo? (p. 242-3)

No “Terceiro Ato”, surgem mais dois monges, além dos já difundidos João Maria e José Maria. O primeiro seria o José do Rio (José Sebastião Maria), cuja fama de curandeiro e profeta o fez ser reconhecido como “João Maria, o Ressuscitado”.

A poesia, o provérbio, o aforismo, a metáfora, a máxima, a parábola, o sermão são os gêneros do novo Monge, José Sebastião Maria, cognominado José do Rio. (p. 111)

Esse monge traz um novo conceito de Império, mais amplo, sem implicações políticas, como podemos verificar em *A gestação do novo*:

Não se podia dizer que ele era hostil à República, ainda que falasse de Império. José do Rio teve o cuidado de limpar “Império” de conotação política. De certa forma se pode dizer que o Império dele não era deste mundo, estratégia para fazer com que o Império fosse de todos os que sofrem em todos os tempos e lugares. (p. 240)

Maurício Vinhas de Queiroz (1966, p. 267) nos fornece a pista para um possível reconhecimento: “Aí surgiu Sebastião de Campos, um curandeiro a quem acreditavam que aparecia o próprio São Sebastião em pessoa. (...) Sebastião proclamou-se *comandante geral*, porém manteve em seus lugares Manoel Machado, Conrado Grober e a *virgem* Maria Rosa.”

Um outro e novo monge surge na figura de Miguel Maria, diferente em quase tudo dos demais monges, como podemos verificar na seguinte passagem:

Apareceu, por aqueles dias um outro Monge, que se apresentou com o nome de Miguel Maria. Era loiro, alto e vinha das bandas de Blumenau. (...) Esse não pregava nem fazia milagres, outro era seu estilo. Ao contrário dos Monges do meu conhecimento, veio acompanhado de mulher. (p. 243)

(Um monge alemão?! Seria um enviado do Kaiser?! Dessa forma, os receios do Coronel teriam fundamentos. Ou será que o colonizador estava se deixando influenciar pela cultura do colonizado?! Caminhos...)

Como podemos observar, a história não é um simples pano de fundo, mas a causa da obra. A ficção criada pelo autor nos leva a repensar nosso passado (real e não tão longínquo) e suas relações sociais. Segundo o crítico literário Italo Moriconi⁶¹, “abordar ficcionalmente o dado histórico é interpretar interpretações, operação que implica em situar-se num jogo de forças éticas e políticas e moldar uma estratégia discursiva com base nesse posicionamento.” **Império Caboclo** é um grito de denúncia, procurando representar parte da memória de um país que teima em não ter memória ou renega a memória que não lhe é agradável. Donald Schüler busca, ao contar a Guerra do Contestado, retomar o passado, questionando-o, para entender o presente.

⁶¹ MORICONI, Italo. “Formas da História, Formas da Ficção”. In: **34 Letras**, nº 4, Rio de Janeiro: Junho, 1984. (p. 78-84)

Para finalizar, retomamos a primeira epígrafe deste capítulo: “Não se mata uma idéia com balas”, de autoria de Leclerc, um general francês (possivelmente um militar da estirpe do Capitão Matos Costa). Relacionamos a referida epígrafe com o pensamento de Donaldo Schüler, expresso na voz do narrador, ao término do “Quinto Ato”, sobre o levante caboclo:

Sendo essência, o Império não foi destruído. Esfacelou-se o externo, o visível, o corpóreo, o carnal, o perecível. A idéia não morreu. (p. 256)

ENCRUZILHADA

“A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás;
Mas só pode ser vivida olhando-se para a frente.”

Kierkegaard

“O mundo não deve ter fronteiras, mas horizontes.”

André de Batton

Os discursos da história - que têm um compromisso com a Verdade - geralmente nos chegam através da visão dos vencedores, isto é, de quem está no poder (Estado). Walter Benjamin problematiza esta questão em suas **Teses sobre Filosofia da História**: “afinal, com quem se identifica o historiador do historicismo? A inelutável resposta é: com o vencedor. (...) a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. (...) Não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. (...) Por isso o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo.”⁶² Segundo Lauro Junkes: “Benjamin, por sua vez, procura ver a história como uma história possível entre outras, não a história ‘oficial’ dos vencedores, mas uma história que poderia ter sido, não tendo, porém, tido condições de ser.”⁶³

Guido Wilmar Sassi e Donaldo Schüler buscam, ao contar a história dos vencidos, mostrar o lado desconhecido da Guerra do Contestado, a história não oficial, o outro lado da história – aquela que tentou realizar-se, mas não contou com condições suficientes para tanto.

Nesse sentido, o cineasta Sylvio Back revela o poder dos vencedores sobre os vencidos, mesmo tendo terminado o conflito, qualquer que seja. Depois de anos de pesquisas sobre a Guerra do Paraguai (para a realização de um filme), buscando as versões dos dois lados do entrevero, Back atesta com segurança: “também o vencido mente, distorce e até heroifica algozes e crimes contra a humanidade. Razões de Estado, de ontem e de hoje, especialmente as contemporâneas, acintosamente atropelam a verdade – vítima perene dos que reescrevem, vulgarizam e ensinam a história como quem muda de canal no seu aparelho de TV.”⁶⁴

⁶² BENJAMIN, Walter. “Teses sobre Filosofia da História”. In: KOTHE, Flávio R. (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. p. 156-7.

⁶³ JUNKES, Lauro. **A Fragmentação da Plenitude**. Trabalho aprovado no Concurso para Professor Titular. Florianópolis: UFSC, 1992 (mimeo). p. 57.

⁶⁴ BACK, Sylvio. “A Saga dos Pelados”. Revista **Afinal**, 08/07/1986, p. 52.

Na Guerra do Contestado, quem saiu vencedor foi o Governo, porque, depois de quatro anos de lutas ferrenhas, as tropas militares do Estado conseguem aniquilar todos os redutos dos sertanejos. Seja através da morte da maioria deles, seja fazendo com que eles se entregassem ou fugissem para bem longe.

Entretanto, teria sido uma vitória total do poder político oficial, exterminando os rebeldes? Afinal de contas, três aspectos chamam a atenção por mostrar a força do movimento caboclo, ainda hoje, no Oeste catarinense principalmente.

O primeiro aspecto diz respeito à permanência, reverência e santificação do nome do monge João Maria. O povo não somente continua batizando inúmeros meninos com esse nome, como também faz romaria pela terra há doze anos, cada ano em uma cidade, juntamente com a Igreja Católica, através da Pastoral da Terra. De acordo com a reportagem da jornalista Walquíria Guimarães⁶⁵, “foi na localidade de Taquaruçu, interior de Fraiburgo, que a Romaria da Terra teve seu início em 1986. Becker [Bernardo Becker, coordenador estadual da Comissão da Pastoral da Terra] explica que, por esta ser uma região marcada pelo primeiro movimento de organização social de trabalhadores, foi estabelecido que a Guerra do Contestado seria um dos principais temas do encontro.” (Convém ressaltar que, na época do conflito bélico, a Igreja Católica - na figura do Frei Rogério Neuhaus - era contra o movimento dos sertanejos, ficando ao lado do Governo. Atualmente, com a firme atuação da Pastoral da Terra e com a influência da Teologia da Libertação, percebem-se sinais de que a Igreja Católica está repensando seus dogmas.)

Já o segundo aspecto refere-se ao final do romance **Geração do Deserto**, de Guido Wilmar Sassi, no qual a nova geração, representada

⁶⁵GUIMARÃES, Walquíria. “Romaria resgata primeiro conflito pela terra em SC”. In: *Jornal Diário Catarinense*, Florianópolis, 09/09/96, p. 25.

pelos meninos Tadeu e Valentim, e pela mãe deste (Luzia), atingiu a outra margem do rio, indicando, dessa forma, que eles alcançariam e conquistariam a terra prometida.

Nesse mesmo sentido, o terceiro aspecto trata do final do romance **Império Caboclo**, de Donald Schüler. Por um lado, o narrador apresenta a morte do Coronel Francisco de Albuquerque, assassinado por um caboclo, juntamente com o Exército Encantado de José Maria. Transparecem, dessa maneira, as idéias de vingança e de messianismo contidas no movimento caboclo. Por outro lado, as últimas palavras do narrador deixam a mensagem de que este “império” é indestrutível. Podem matar os sertanejos, aniquilar os redutos, queimar bandeiras e cruzes, mas o “império” continua vivo no pensamento e no coração dos caboclos.

Este trabalho procurou conhecer e compreender a Guerra do Contestado, conflito que dizimou milhares de pessoas no início deste século, no interior de Santa Catarina. Nessa perspectiva, a primeira epígrafe deste capítulo, de autoria de Kierkegaard, vem ao encontro de nosso objetivo. Ela evidencia a importância de conhecer o passado (não podemos esquecer-lo, nem renegá-lo, mesmo que a história não seja bonita) – a Guerra do Contestado - para compreender o presente (como por exemplo o Movimento Sem Terra e a luta pela reforma agrária brasileira) e poder fazer um futuro melhor.

Sendo assim, o primeiro capítulo tratou de uma contextualização histórica-social da Guerra do Contestado, a partir de livros de história, que, geralmente, revelam a visão dos vencedores. Convém ressaltar que, idéias diversas de vários autores se complementam, com a intenção de mostrar os dois lados do conflito bélico, vencedores e vencidos.

Em contrapartida, o segundo e terceiro capítulos, com as análises dos romances **Geração do Deserto** de Guido Wilmar Sassi e

Império Caboclo⁶⁶ de Donaldo Schüller, procuraram evidenciar como ambos abordam a Guerra do Contestado.

Já nos *Primeiros Passos*, descobrimos semelhanças e diferenças, entre um romance e outro, no que diz respeito à estrutura narrativa.

O que se pretende, nesta *Encruzilhada*, é contrapor os dois textos quanto ao enfoque dado por cada autor para as causas da Guerra do Contestado. Tanto Guido Wilmar Sassi quanto Donaldo Schüller retrataram todos os motivos que culminaram com o levantamento caboclo, relatados no primeiro capítulo deste trabalho, com pequenas nuances, como veremos a seguir.

Nos dois romances, a questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina não merece destaque. Se em **Geração do Deserto** a figura do advogado Juca Tavares - com seu discurso inflamado - não chega a contagiar os caboclos (p. 12-3), em **Império Caboclo** a contenda é apenas mencionada “en passant”, em uma única passagem (p. 166).

Já o coronelismo é apresentado com destaque nos dois romances. Em **Geração do Deserto**, a rixa entre o Cel. Francisco de Albuquerque – Superintendente de Curitibanos – e o monge José Maria perpassa toda a trama narrativa e os desmandos dos coronéis da região não passam despercebidos pelo narrador. **Império Caboclo** apresenta, além destes aspectos, as relações “interesseiras” dos coronéis, que mantinham uma relação de compadrio com seus peões e agregados. Tais relações acabaram assim que surgiram os estrangeiros, trazendo a “civilização” e o “progresso”. Este romance revela, ainda, o sistema político da época, uma “república de coronéis”.

⁶⁶ Apesar de apresentar múltiplas vozes, apontando visões divergentes, percebe-se claramente a posição do narrador, interventivo no decorrer da trama narrativa, ao lado dos sertanejos, isto é, dos vencidos.

Com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, muitos sertanejos foram expulsos de suas terras. **Geração do Deserto** demonstra a fé do povo sertanejo no monge João Maria, que profetizara a vinda do “dragão de ferro”, além de verificar as “infiltrações” estrangeiras, não apenas na política, como na economia catarinense. Nesse sentido, **Império Caboclo** revela a atitude colonialista dos norte-americanos. Os dois romances tratam, também, da situação embaraçosa dos milhares de desempregados da estrada de ferro. Muitos vieram de longe para a sua construção e não tinham como voltar para suas cidades de origem, nem como sobreviver na região contestada. **Império Caboclo**, inclusive, vai mais longe, ao revelar o pensamento comum dos coronéis, do Exército e dos norte-americanos instalados no planalto barriga-verde. Para esses grupos, esses homens desempregados não passavam de bandidos e eram os grandes culpados pela Guerra do Contestado.

No campo econômico, ambos os romances abordam os produtos básicos da região: a erva-mate e o pinheiro, porém, sob aspectos diferentes. A erva-mate em **Geração do Deserto** é vista como um bom negócio, só que para os estrangeiros, que tomaram conta de tudo. Apenas os estrangeiros conseguiam transportar a erva-mate em grandes quantidades pela estrada de ferro para exportação. O mesmo ocorre com o pinheiro, sendo que a Companhia Lumber torna-se uma forte ameaça aos sertanejos. Já em **Império Caboclo**, a erva-mate aparece nos planos do povo sertanejo, que pensa em cultivá-la para exportação, servindo-lhe como dinheiro, em troca de sal, açúcar e roupas. O pinheiro é encarado como fonte de alimento para o caboclo e fonte de riquezas para o estrangeiro. Com a exploração do pinheiro em grande escala se percebe a devastação da mata.

O desejo de restauração da Monarquia pelos sertanejos em detrimento da República configura-se nas duas narrativas ficcionais como

uma reação a um Governo que não lhes ajudava, muito pelo contrário, explorava-os e os expulsava de suas terras. No entanto, aspectos diferentes são levantados em cada narrativa. Em **Geração do Deserto** observa-se a comparação de D. Pedro II com o monge João Maria e, em **Império Caboclo**, verificamos a visão do Coronel, que encarava o movimento caboclo como uma revanche da Revolução Federalista de 1893, e o ponto de vista do engenheiro norte-americano, para quem as idéias monárquicas poderiam ter influências do pangermanismo.

Por último, mas não menos importante, verificamos a presença de monges no sertão catarinense, antes e durante o conflito armado, e seu aspecto messiânico. Em **Geração do Deserto**, as figuras dos monges João Maria e José Maria perpassam toda a trama narrativa, tanto na santificação dos beatos, como referências a São Sebastião, além de comparações feitas pelos próprios sertanejos. Já em **Império Caboclo**, o messianismo ora é visto como uma reação, no campo religioso, dos sertanejos contra a vida miserável e sofrida que estavam sendo submetidos; ora é encarado como curandeirismo e oportunismo; ora como um misticismo perigoso e nefasto. Nesta narrativa encontramos diversos monges: João Maria – o legendário, José Maria – o principal líder caboclo, José do Rio – o profeta e Miguel Maria – o “diferente”.

Enfim, ao rever todas as causas da Guerra do Contestado, imbricadas às duas narrativas ficcionais, poderíamos dizer que o povo sertanejo da região contestada foi transformado em sem terra, sem território e aprendeu a lutar por seus direitos. Dessa forma, a geração cabocla torna-se errante no deserto (como a geração israelita guiada por Moisés) e reforça o pensamento de que o *império caboclo* não foi destruído. Dentro dessa perspectiva, a segunda epígrafe deste capítulo, de autoria de André de Batton, faz refletir sobre o caráter universal da Guerra do Contestado: “O mundo não deve ter fronteiras, mas horizontes.”

À medida do possível, buscamos a imparcialidade, pois, quem somos nós para julgar estes ou aqueles? O caráter multifacetado da Guerra do Contestado faz refletir não somente sobre o fato histórico em si, mas também sobre o ser humano.

“Toda ação implica uma reação.” O levante sertanejo nada mais foi do que uma reação às ações impostas indiretamente pelo recém-criado Governo Republicano Brasileiro. Afinal, era o Governo quem dava “carta branca” para os coronéis, assim como foi ele quem trouxe o grupo norte-americano Farquhar para construir a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e, ainda, concedeu-lhe terras para serem colonizadas por imigrantes e o direito de explorar suas riquezas (pinheiro e erva-mate). Tudo em nome do progresso. A que preço?! Progresso que, se por um lado trouxe benefícios para o povo da região (o sertão foi ligado ao litoral catarinense e aos grandes centros urbanos, surgimento de novas cidades e a exportação de produtos naturais), por outro lado atizou os ânimos políticos e provocou sede de poder. Nas lutas do Contestado, durante quatro anos, milhares de pessoas pagaram com a própria vida essa conta. Sertanejos, soldados ou vaqueanos; homens, mulheres ou crianças, ninguém estava livre desse fisco.

Aproveito a ocasião para lembrar que em outubro⁶⁷ deste ano, 1997, completaram-se 85 anos do primeiro combate da Guerra do Contestado, nos campos de Irani. Um episódio sangrento da história brasileira que merece destaque. Afinal de contas, o problema da posse de

⁶⁷ Interessante observar, ainda, que a Guerra do Contestado iniciou e terminou no mês de outubro. Começou com o combate de Irani, em 1912, e acabou em 1916, com a assinatura do Acordo entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, referente à questão de limites. Tudo isso reforça a idéia de que o Contestado não teve apenas um motivo deflagrador de tão sangrenta guerra civil, mas foi resultado de uma soma de várias e diferentes causas.

terra continua existindo, ainda hoje, como se pode verificar na luta dos milhares de sem terra pela reforma agrária brasileira⁶⁸.

Enfim, por ironia do destino⁶⁹ ou mera coincidência, levei quatro anos para realizar este trabalho, 1994-1997. Quatro anos de uma longa caminhada, por desertos e florestas. Quatro anos de lutas internas e externas, com as quais tive oportunidades de crescer e amadurecer.

Reconheço que esta caminhada abriu horizontes. No entanto, novos ventos apontam para outras direções, outros caminhos. A meta é seguir adiante. Parodiando o poeta português Fernando Pessoa, “caminhar é preciso”.

⁶⁸ “Segundo a entidade [MST], existem hoje cerca de 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra no Brasil – ou 4,8 milhões de famílias.” In: *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 03/07/94, p. 1-10. (Número que pode ter aumentado, já que se passaram três anos da publicação desta pesquisa.)

⁶⁹ Essa “ironia do destino” está relacionada com os significados dos números quatro e quarenta, tratados no capítulo referente à análise do romance *Geração do Deserto* de Guido W. Sassi. Convém ressaltar, aqui, que não foi proposital, mas sim “mera coincidência”, o fato de que os dois capítulos, referentes às análises dos romances trabalhados, têm em torno de quarenta páginas cada um.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Antônio da Rocha. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: Editora da UFSC: Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. Com a colaboração de Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1990.

BACK, Sylvio. "A saga dos 'pelados' " In: Revista **Afinal**, 08/07/1986, p. 48-55

Bíblia Sagrada, 2ª ed. São Paulo: Ed. Ave-Maria Ltda., 1994.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. 1º volume. 2ª ed. Curitiba-PR: Grafipar, 1969.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense – Universitária, 1981.

BASTOS, Ângela Maria de Oliveira. **O Contestado: Sangue no Verde do Sertão**. Ilustração de Pitágoras Dutra. Florianópolis: Ed. Terceiro Milênio, 1997.

BENJAMIN, Walter. "Teses sobre Filosofia da História". In: KOTHE, Flávio R. (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

BESSOW, Alfredo Roberto. "Romance do Contestado". In: **Jornal O Estado**, Florianópolis/SC, 01/07/84.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 2ª ed. 8ª impressão. São Paulo: Cultrix, 1978.

BRIGUGLIO, Nunzio. "A Guerra Esquecida – Contestado: a primeira matança pela posse da terra." In: **Revista Afinal**, de 08/07/1986.

BURKE, Peter. "Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro." In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica)

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

_____. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. (Brasiliana, 310)

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Tradução de Vera da Costa e Silva & outros. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

CONY, Carlos Heitor. "O Manifesto dos Intelectuais" In: **O Ato e o Fato: crônicas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante (dir.) **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: FAE, 1989. 2 V: ilustr.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. 35ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

DIMENSTEIN, Gilberto. "Contestado – A Guerra do Paraíso" In: Revista **Visão**, de 04/10/1982.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987. (Biblioteca Estudos Brasileiros, vol. 15)

ECO, Umberto. **Pós-escrito a *O Nome da Rosa***. Tradução de Letizia Zini Antunes e Álvaro Lorencini. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d

Enciclopédia Delta Universal, volume 4, Rio de Janeiro: Ed. Delta S.A., s.d.

Enciclopédia Mirador Internacional, volume 6, São Paulo-Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1995.

Enciclopédia Mirador Internacional, volume 7, São Paulo-Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1989.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria: recusa dos excluídos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

FELIPPE, Euclides. J. **O Último Jagunço: Folclore na História do Contestado**. 1ª ed. Curitiba –SC: Universidade do Contestado, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. revista aumentada, 23ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FLAVIENSE, Alexandre Caetano Gomes. **História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França** – Traduzida do castelhano por Jeronymo Moreira de Carvalho. Rio de Janeiro/RJ: Livraria Império, s.d.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. (Coleção História, 8)

Grande Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Ed. Delta S.A., 1973.

GUIMARÃES, Walquíria. “Romaria resgata primeiro conflito pela terra em SC”. In: **Jornal Diário Catarinense**, Florianópolis, 09/09/96.

HOHLFELDT, Antônio. **A Literatura Catarinense em Busca de Identidade: o romance**. Vol. 2. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: FCC, Ed. da UFSC, 1994.

_____. “Ficção e Realidade”. In: MIGUEL, Salim e SOARES, Iaponam (org.) **Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania**. Florianópolis, Ed. da UFSC/ Ed. Lunardelli, 1992.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção.** Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro-RJ: Imago Ed., 1991. (Série Logoteca)

JAMUNDÁ, Theobaldo C. **Catarinensismos.** Florianópolis: UFSC, EDEME, 1974.

Jornal **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03/07/1994, Da Reportagem Local, "MST atua em 19 Estados" - Caderno 1, p. 10.

JUNKES, Lauro. **Aníbal Nunes Pires e o Grupo Sul.** Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Lunardelli, 1982.

_____. **A Fragmentação da Plenitude.** Trabalho aprovado no Concurso para Professor Titular. Florianópolis: UFSC, 1992 (mimeo).

_____. "O Contestado no Romance de Sassi" In: **Jornal A Notícia**, Joinville, 28/02/1993, Anexo, p. 4.

_____. "Império Caboclo: Encantos desnorteantes". Trabalho apresentado no **Colóquio Internacional de Literatura I – O Romance**, organizado pelo Curso de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 18 a 21 de março de 1997. (Anais..., no prelo)

_____. **A Literatura de Santa Catarina: síntese informativa.** Florianópolis: Edição do Autor/Ed. da UFSC, 1992.

KRISTEVA, Julia. "A Palavra, o Diálogo e o Romance" In: **Introdução à Semanálise**. Tradução: Lúcia H. F. Ferraz. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. (Debates, 84)

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo, no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na História do Contestado**. 2ª ed. (revista e aumentada). Curitibanos: Impressora Frei Rogério Ltda., 1983.

LEONARDOS, Stella. **Romanceiro do Contestado**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

MACHADO, Janete G. **A Literatura em Santa Catarina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. (Série Revisão, 23)

MAGALHÃES, Álvaro (org.). **Enciclopédia Brasileira Globo**. Volume IV 13ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1974.

MARQUES, Aracyldo. **Demônios do Planalto**. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1995.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. Volume VII (1933-1960). São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78.

MELO, Lionete Neto Garcia. **O Regionalismo na Literatura de Guido Wilmar Sassi**. Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Letras – Literatura Brasileira, Florianópolis: Dezembro de 1978.

MELO-FILHO, Osvaldo F. de. **Introdução à História da Literatura Catarinense**. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia, 1958. (Publicações do Centro de Estudos Filológicos, IV)

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário Literário Brasileiro**. 2ª ed. revista, aumentada e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MIGUEL, Salim – Série de 14 longas entrevistas publicadas em **O Estado**, Florianópolis/SC, no ano de 1983, respectivamente em 07, 10, 14, 17, 21, 24 e 28 de setembro; 01, 05, 08, 12, 19, 22 e 26 de outubro.

MORITZ, Heloísa Helena Clasen. **Aspectos da Narrativa de Guido Wilmar Sassi**. – Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Letras – Literatura, Florianópolis/SC, Janeiro de 1977.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MORICONI, Italo. “Formas da História, Formas da Ficção”. In: **34 Letras**, nº 4, Rio de Janeiro: Junho, 1984.

NASCIMENTO, Noel. **Casa Verde: Guerra do Contestado**. 2ª ed. Curitiba: Beija-flor, 1981.

Nova Enciclopédia Barsa, volume 4, São Paulo-Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1997.

Nova Enciclopédia Barsa, volume 6, Rio de Janeiro – São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1997.

OLIVEIRA, Fernando Osvaldo de . **O Jagunço: um episódio da Guerra do Contestado**. Edição do Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: IOESC, 1978.

OLIVEIRA-NETO, Godofredo de. **O Bruxo do Contestado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983.

PIRES, Zeca. “A Margem que o Brasil Desconhece”. In: **Diário Catarinense**, Revista DC, p. 6-7 – Florianópolis, 28/08/1994.

Poesia Jovem – Anos 70 / Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder Pereira. São Paulo: Abril Educação, 1982. (Literatura Comentada)

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "D. Sebastião no Brasil. O imaginário em movimentos messiânicos nacionais" In: Revista USP, nº 20, de dez/jan/fev/93-94.

_____. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

_____. **O Messianismo no Brasil e no Mundo.** São Paulo: Dominus Editora, 1965. (Ciências Sociais, 5)

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: A Guerra Sertaneja do Contestado, 1912 - 1916.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Retratos do Brasil, volume 45)

RICHTER, Klaus, **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau** 2ª ed. revista e ampliada. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

SACHET, Celestino. **A História de Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. **A Literatura Catarinense.** Florianópolis: Lunardelli, 1985.

_____. "A Memória, o Mito e a História na Geração do Deserto". In: SOARES, I & MIGUEL, S. (org.) **Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania.** Florianópolis: Ed. da UFSC e Lunardelli, 1992.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina** Edição do Autor, 1974.

SASSI, Guido Wilmar. **Piá**. Florianópolis: Edições SUL, 1953.

_____. **Amigo Velho**. Florianópolis: Edições SUL, 1957. 2ª ed. Porto Alegre/RS: Editora Movimento, 1981. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Movimento/INL-MEC, 1982.

_____. **São Miguel**. São Paulo: Ed. Boa Leitura, 1962. 2ª ed. Edições Antares/INL, s.d.. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1982.

_____. **Testemunha do Tempo**. Rio de Janeiro: G.R.D., 1963.

_____. **Geração do Deserto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Movimento, Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. (Coleção Santa Catarina, volume 19)

_____. **O Calendário da Eternidade**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

_____. **A Bomba Atômica de Deus**. Florianópolis: FCC Edições, 1986.

_____. **Os Sete Mistérios da Casa Queimada**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

_____. "Cerração" In: MELO, Osvaldo F. de & MIGUEL, Salim (org.) **Contistas Novos de Santa Catarina**. Florianópolis: Edições SUL, 1954.

_____. “Amigo Velho” In: **Maravilhas do Conto Moderno Brasileiro**. São Paulo: Cultrix, 1958.

_____ *et. al.* **Vinte Histórias Curtas**. Rio de Janeiro: Ed. Antunes, 1960.

_____. “O Contestado – uma epopéia trágica e desconhecida” In: **Revista Comentário**, nº 4, Rio de Janeiro, 1961.

_____. “Noite” In: **Antologia do Novo Conto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Júpiter, 1964.

_____. “Noite” In: SOARES, Iaponan (org.) **Panorama do Conto Catarinense**. Porto Alegre: Ed. Movimento; Instituto Nacional do Livro, 2ª ed. 1974. (Coleção Santa Catarina, v. 1)

_____. “Noite” In: VIEIRA, Emanuel Medeiros. **Assim Escrevem os Catarinenses**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. “Véu e Grinalda” In: **Amor à Brasileira**. São Paulo: Traço Editora, 1987.

SCHÜLER, Donaldo. **A Mulher Afortunada**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1981.

_____. **O Tatu**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1982.

_____. **Martin Fera: histórias de cordel** (poesia). Porto Alegre: Ed. Movimento, 1984.

- _____. **Chimarrita**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1985.
- _____. **O Astronauta** (literatura infantil). Porto Alegre: L & PM, 1985.
- _____. **Faustino**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. **Pedro de Malas Artes**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1992.
- _____. **Império Caboclo**. Florianópolis: Ed. da UFSC; FCC Ed.; Porto Alegre: Ed. Movimento, 1994.
- _____. **Aspectos Estruturais da Ilíada**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1972.
- _____. **Carência e Plenitude**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1976.
- _____. **Plenitude Perdida: uma análise das seqüências narrativas no romance Dom Casmurro de Machado de Assis**. Porto Alegre: Movimento, 1978.
- _____. **A Palavra Imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **A Dramaticidade na Poesia de Drummond**. Porto Alegre: UFRGS, 1979.
- _____. **Poesia Modernista do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1982.

_____. **A Prosa Fraturada**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1983.

_____. **Literatura Grega**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. **Teoria do Romance**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Eros: Dialética e Retórica**. São Paulo: Ed. da USP, 1992.

_____. **Narciso Errante**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

SILVA, Alcides Ribeiro J. da. **Os Rebeldes Brotam da Terra: contestado: uma história de amor e de luta**. São Paulo: FTD, 1995.
(Coleção canto jovem)

SOARES, Iaponan & Miguel, Salim. (org.) **Guido Wilmar Sassi: Literatura e Cidadania**. Florianópolis: Ed. da UFSC e Lunardelli, 1992.

SOUSA, Frederecindo Marés de. **Eles não acreditavam na morte: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado**. Estante Paranista, vol. 8, Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 1978.

THOMÉ, Nilson. **A Aviação Militar no Contestado: réquiem para Kirk**. Caçador – SC: Imprensa Universal Ltda., 1986.

_____. **Trem de Ferro: história da ferrovia no Contestado**. 2ª ed. Florianópolis: Editora Lunardelli 1983.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 4ª ed. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1977.

WEINHARDT, Marilene. **Mesmos Crimes – Outros Discursos? Algumas narrativas sobre o Contestado**. Trabalho apresentado como tese para o Concurso de Professor Titular de Literatura Brasileira na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.